

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	11
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	29
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	33
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	46
4.5 - Processos sigilosos relevantes	47
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	48
4.7 - Outras contingências relevantes	49

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	50
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	51
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	54
5.3 - Descrição dos controles internos	56
5.4 - Alterações significativas	70
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	71
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	72
6.3 - Breve histórico	73
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	75
6.6 - Outras informações relevantes	76
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	77
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	79
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	82
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	91
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	92
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	96
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	97
7.8 - Políticas socioambientais	98
7.9 - Outras informações relevantes	99
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	100
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	101
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	102

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	103
---	-----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	104
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	106
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	107
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	120
9.2 - Outras informações relevantes	121

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	122
10.2 - Resultado operacional e financeiro	133
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	135
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	136
10.5 - Políticas contábeis críticas	137
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	141
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	142
10.8 - Plano de Negócios	143
10.9 - Outros fatores com influência relevante	144

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	145
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	147

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	148
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	153
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	157
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	158
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	159
12.7/8 - Composição dos comitês	167

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	171
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	174
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	175
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	176
12.13 - Outras informações relevantes	177

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	178
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	180
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	184
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	185
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	191
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	192
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	193
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	194
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	195
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	196
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	197
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	198
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	199
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	200
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	201
13.16 - Outras informações relevantes	202

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	203
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	205
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	206
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	207
14.5 - Outras informações relevantes	212

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	213
15.3 - Distribuição de capital	227
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	228
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	230
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	234
15.7 - Principais operações societárias	235
15.8 - Outras informações relevantes	236

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	238
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	239
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	246
16.4 - Outras informações relevantes	247

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	248
17.2 - Aumentos do capital social	249
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	250
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	251
17.5 - Outras informações relevantes	252

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	253
---------------------------	-----

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	254
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	255
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	256
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	257
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	259
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	260
18.8 - Títulos emitidos no exterior	261
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	262
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	263
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	264
18.12 - Outras informações relevantes	265

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	268
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	269
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	271

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	272
20.2 - Outras informações relevantes	273

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	279
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	280
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	281
21.4 - Outras informações relevantes	282

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Eugênio De Zagottis****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**Marcilio D'Amico Pousada****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos



Raia Drogasil S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 61.585.865/0001-51

Código CVM: 5258

Declaração

Declaro, nos termos da instrução CVM 480 e posteriores alterações, que na qualidade de Diretor Presidente da Raia Drogasil S.A.:

1. Revisei o formulário de referencia
2. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
3. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Raia Drogasil e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2016.

A handwritten signature in dark ink, consisting of a large loop followed by a series of smaller, connected strokes.

Marcilio D'Amico Pousada

Diretor Presidente



Raia Drogasil S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 61.585.865/0001-51

Código CVM: 5258

Declaração

Declaro, nos termos da instrução CVM 480 e posteriores alterações, que na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Raia Drogasil S.A.:

1. Revisei o formulário de referencia
2. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
3. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Raia Drogasil e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2016.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eugênio De Zagottis', written over a horizontal line.

Eugênio De Zagottis

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

As declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores estão respectivamente nos itens 1.1 e 1.2 deste formulário.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	25/06/2010 a 01/01/2015
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras e Revisão das Informações Trimestrais - ITR e serviço de elaboração de memorando técnico para desenvolvimento de softwares da Raia Drogasil S.A..
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social de 2014 foi de R\$ 995 mil, referentes a prestação de serviços de auditoria; R\$ 35 mil referentes ao serviço de elaboração de memorando técnico para desenvolvimento de softwares da Raia Drogasil S.A.. Os valores informados são acrescidos de tributos.
Justificativa da substituição	Serviços prestados durante cinco anos consecutivos, conforme artigo 31 da Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alexandre Rubio	16/10/2013 a 01/01/2015	258.958.198-00	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre II - 10 and., Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733637, e-mail: alexandre.rubio@br.ey.com
Luiz Carlos Nannini	25/06/2010 a 15/10/2013	038.563.538-95	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre I - Floors 5-8, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733404, e-mail: luiz.c.nannini@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	02/01/2015
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras e Revisão das Informações Trimestrais - ITR.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social de 2015 foi de R\$ 599 mil, referentes a prestação de serviços de auditoria. Os valores informados são acrescidos de tributos.
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Renato Barbosa Postal	02/01/2015	137.941.898-41	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 9-10º,13º-17º andar, Centro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-100, Telefone (011) 36743901, Fax (011) 36742030, e-mail: calf.brasil@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	2.656.798.000,00	2.456.937.000,00	2.326.983.000,00
Ativo Total	4.699.201.000,00	4.049.289.000,00	3.614.093.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	8.897.849.000,00	7.391.569.000,00	6.232.919.000,00
Resultado Bruto	2.714.560.000,00	2.110.192.000,00	1.720.176.000,00
Resultado Líquido	339.785.000,00	221.386.000,00	100.985.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	329.286.000	329.286.000	330.386.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	7,998545	7,461407	7,043225
Resultado Básico por Ação	1,032720	0,672320	0,305660
Resultado Diluído por Ação	1,03	0,67	0,30

3.2 - Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis:

A Companhia conforme detalhado nesta seção, divulga a medição não contábil LAJIDA, ou EBITDA em inglês. O EBITDA ajustado foi de R\$ 743.516 mil em 2015, R\$ 544.499 mil em 2014 e R\$ 377.235 mil em 2013.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

O quadro a seguir apresenta a conciliação entre o nosso resultado líquido nos períodos indicados, conforme extraído das nossas demonstrações financeiras e o nosso EBITDA ajustado, pois consideramos também as despesas não recorrentes relacionadas ao processo de fusão das companhias Raia e Raia Drogasil para refletir apenas despesas e receitas recorrentes. O Ebitda ajustado abaixo, bem como a receita bruta de vendas estão em base comparável, uma vez que foram considerados as receitas e resultados operacionais da 4Bio para os anos de 2013, 2014 e 2015.

(R\$ mil)	2015	2014	2013
Lucro líquido Consolidado ⁽¹⁾	339.786	221.386	100.985
Resultado financeiro líquido	64.961	40.541	10.447
Ajuste a valor presente - AVP ⁽²⁾	0	0	15.685
Depreciação e amortização	227.698	187.568	158.736
Imposto de renda e contribuição social	96.116	80.837	38.402
Despesas extraordinárias da fusão (despesas não recorrentes)	9.978	9.473	48.466
Ajuste PPA 4Bio	1.354	0	0
EBITDA 4Bio anterior à aquisição	3.624	4.693	4.514
EBITDA Ajustado Combinado (Pró-Forma)	743.516	544.499	377.235
Margem EBITDA Ajustada Combinado (Pró-Forma)	7,9%	7,0%	5,8%
Receita Bruta De Vendas e/ou Serviços Consolidado ⁽¹⁾	9.295.978	7.658.890	6.464.103
Receita Bruta De Vendas e/ou Serviços 4Bio anterior à aquisição	128.799	125.345	93.918
Receita Bruta De Vendas e/ou Serviços Combinado (Pró-Forma)	9.424.777	7.784.234	6.558.021

⁽¹⁾ Refere-se a Raia Drogasil + últimos três meses de 4Bio para o ano de 2015.

⁽²⁾ Ajuste a Valor Presente Pró-Forma para o ano de 2013. A metodologia foi adotada a partir de 2015, sendo que houve reprocessamento apenas nas DFs de 2014.

3.2 - Medições não contábeis

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada por nossa administração, conciliada com observância das disposições da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, consistindo no Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização.

Consideramos que a apresentação do EBITDA é útil por ser este frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão do nosso desempenho operacional, bem como na comparação do nosso desempenho operacional com a de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes.

O EBITDA não deve ser considerado um substituto do lucro, ou da receita operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve evento subsequente às demonstrações financeiras de 2015 e 2014.

Após a publicação das demonstrações financeiras de 2013 em 18 de março de 2014, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 23 de abril de 2014, o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas (“Plano”), descrito no item 13.4.

O plano é destinado aos administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle e tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia.

Estimamos que as despesas decorrentes do plano não excederão 2% das ações representativas do capital social total em não menos do que cinco anos, ou seja, serão de no máximo 0,4% do capital social total por ano. As despesas efetivas dependerão do número de ações efetivamente outorgadas conforme as deliberações do Conselho de Administração e conforme o maior ou menor atingimento dos resultados propostos a cada ano, que direcionarão a outorga das ações.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido, após a constituição da reserva legal e o pagamento do dividendo obrigatório, seja destinado a reserva estatutária, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

i. valores das retenções de lucros

	2015	2014	2013
Reserva Legal 5%	17.010.315,05	11.069.321,58	0,00
Reserva Estatutária (Estatuto - Máximo de 65%)	173.390.008,98	107.180.856,36	62.449.284,52
Reserva de Retenção de Lucros (Art. 196 Lei 6.404/76)	0,00	0,00	0,00
	190.400.324,03	118.250.177,94	62.449.284,52

b. regras sobre distribuição de dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

O pagamento do dividendo é realizado duas vezes ao ano.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve restrição nos últimos três exercícios sociais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	323.381.996,48	210.503.120,88	101.171.411,58
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	46,462079	49,176742	38,449597
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	5,704666	4,213319	1,671692
Dividendo distribuído total	150.250.000,00	103.518.577,02	38.900.000,00
Lucro líquido retido	190.400.324,03	118.250.177,94	62.449.284,52
Data da aprovação da retenção	31/03/2016	09/04/2015	23/04/2014

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	67.900.000,00	01/12/2015	29.058.749,88	01/12/2014	19.400.000,00	02/12/2013
Ordinária	82.350.000,00	30/05/2016				
Ordinária			74.459.827,14	29/05/2015		
Ordinária					19.500.000,00	30/05/2014

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	2.042.402.721,74	Índice de Endividamento	0,76874624	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		3.565.000,00	0,00	0,00	0,00	3.565.000,00
Empréstimo	Garantia Real		5.926.000,00	777.000,00	0,00	0,00	6.703.000,00
Financiamento	Quirografárias		98.701.000,00	141.927.000,00	45.492.000,00	0,00	286.120.000,00
Títulos de dívida	Quirografárias		1.540.573.721,74	165.981.000,00	7.828.000,00	31.632.000,00	1.746.014.721,74
Total			1.648.765.721,74	308.685.000,00	53.320.000,00	31.632.000,00	2.042.402.721,74
Observação							
Os dados acima referem-se aos números consolidados da empresa.							

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. ao emissor:

A concorrência poderá nos afetar adversamente, pois operamos em mercados altamente competitivos e competimos com redes de drogarias nacionais, regionais e locais, incluindo as redes DPSP, Farmácias Pague Menos e Brasil Pharma, as quais vêm expandindo agressivamente no mercado em que atuamos. Alguns dos nossos concorrentes possuem um grande número de lojas no Brasil, bem como uma presença de mercado significativa, reconhecimento do nome, rede de distribuição, marketing e outros recursos. Nós também competimos com drogarias independentes, serviços de prescrição de receitas por telefone e outros varejistas, como supermercados e lojas de conveniência. Além disso, futuramente, outros varejistas poderão entrar no mercado em que atuamos e vir a ser nossos concorrentes.

A competição é caracterizada por vários fatores, incluindo variedade de produtos, propaganda, preço, qualidade, serviço, localização, reputação e disponibilidade de crédito. Competimos com redes de drogarias e outros varejistas quanto à variedade de produtos para que as preferências dos consumidores sejam atendidas. Se houver falha em prever e corresponder às preferências dos consumidores, nossa receita poderá ser prejudicada e uma parcela do mercado poderá ser perdida para nossos concorrentes.

O aumento de competitividade no mercado no qual atuamos, quer pelo aparecimento de novos concorrentes, quer pela expansão das operações dos concorrentes já existentes, poderá afetar negativamente nossa participação no mercado, bem como os preços dos produtos que vendemos, reduzindo nossa margem de lucro ou a variedade de nossos produtos, afetando nossa Companhia adversamente.

Nosso crescimento depende, em primeiro lugar, da nossa capacidade em abrir e operar novas lojas com êxito.

Nossa capacidade de abrir e operar novas lojas com sucesso depende de vários fatores, muitos dos quais estão fora do nosso controle. Esses fatores incluem nossa habilidade em identificar locais convenientes para instalação de lojas, o que inclui reunir e avaliar informações de localização e população, de marketing para determinar se haverá demanda de clientes para consumo de nossos produtos nos locais escolhidos e a negociação de locações aceitáveis. Nossa capacidade em aumentar os nossos negócios poderá ser prejudicada se não for possível encontrar localidades convenientes e se as negociações para a locação não forem favoráveis para nós. Competimos com outros varejistas e comerciantes na procura por localidades adequadas para nossas lojas. As regulamentações sobre o uso do solo, entre outras, aplicáveis aos tipos de lojas que desejamos construir poderão representar um entrave à nossa capacidade de identificar locais adequados e influenciar no preço de construção das nossas lojas.

A abertura de novas lojas também irá exigir a manutenção de elevados níveis de estoque de produtos com custos aceitáveis, de modo a atender as necessidades das novas lojas e, também, a contratação, o treinamento e a manutenção dos funcionários, especialmente os farmacêuticos, gerentes e vendedores. Além disso, por causa do nosso elevado número de lojas, especialmente na área metropolitana da Grande São Paulo, é possível que novas lojas atraiam consumidores de nossas lojas antigas.

Lojas novas ou abertas recentemente podem não alcançar o nível de receita e lucratividade em comparação ao apresentado por nossas lojas mais antigas, no tempo estimado por nós ou de modo geral. Além disso, nossas novas lojas ou lojas abertas recentemente podem afetar negativamente a receita e lucratividade das nossas lojas existentes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos ser afetados adversamente se houver falha em abrir e operar novas lojas ou se falharmos ao implementar a nossa estratégia de crescimento no tempo e de modo adequado, bem como se não administrarmos eficientemente nosso negócio para manter o nosso crescimento orgânico.

O sucesso dos nossos negócios depende em grande parte de contribuições feitas por pessoas chave do nosso quadro de gerentes. A perda de qualquer uma dessas pessoas pode causar um efeito adverso para nós, especialmente se não conseguirmos contratar, em tempo hábil, novos gerentes qualificados em substituição aos que eventualmente venham sair. Além disso, nossa capacidade de administrar e prever o crescimento da Companhia depende de nossa capacidade para contratar, recrutar e manter gerentes qualificados. O insucesso em manter ou contratar novos gerentes poderá causar efeito adverso para a Companhia.

Além disso, conforme os nossos negócios se expandem, acreditamos que o sucesso futuro irá depender enormemente da nossa contínua capacidade em atrair e manter funcionários qualificados. O setor em que atuamos está vivendo uma contínua deficiência de farmacêuticos licenciados, o que tem resultado na pressão para a melhoria da remuneração de farmacêuticos. Os empregados da área de vendas representaram a maioria do total da rotatividade de nossos empregados. Nossa incapacidade de atender os requerimentos de nossos farmacêuticos e funcionários da área de vendas pode limitar nossa capacidade de prestar serviços em horários prolongados e pode impactar negativamente nossa receita e capacidade de prestar serviços de alto padrão para os nossos clientes.

Possuímos uma relevante concentração de lojas no estado de São Paulo. Em decorrência disso, nossa atividade é influenciada significativamente pelas condições econômicas e demais características desta região.

Em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente de 58,6% das nossas lojas estavam localizadas no estado de São Paulo. Em decorrência disso, somos sensíveis às condições econômicas e demais fatores que afetam essa região, tais como mudanças na regulamentação do setor farmacêutico, custo de energia, imóveis, seguro, impostos, aluguéis, clima, fatores demográficos, disponibilidade de mão de obra, bem como fatores geopolíticos variados. Caso haja uma desaceleração da economia do estado de São Paulo ou ocorram mudanças significativas em quaisquer condições relativas aos fatores acima mencionados que resultem, inclusive, mas não se limitando, na redução da força de trabalho e dos níveis de renda, nossas atividades poderão ser afetadas adversamente.

Interrupções ou falhas em nossos sistemas poderão nos afetar adversamente.

Nossas operações dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade do nosso centro de processamento de dados e outros vários sistemas, incluindo o nosso sistema de pontos de venda nas lojas, sistemas de logística e de comunicação, e outros vários aplicativos usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho comercial e financeiro.

O sucesso na operação de nosso negócio depende significativamente do desempenho dos nossos sistemas de informações gerenciais. Poderemos ser adversamente afetados caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período de tempo, inclusive em razão da ação de terceiros. A falha desses sistemas pode afetar adversamente a disponibilidade e precisão no processamento de nossas transações, contabilidade, relatórios comerciais e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

financeiros, assim como nossa capacidade de gerenciar nosso negócio e, adequadamente, projetar os resultados operacionais e necessidade de caixa. Além disso, interrupções significativas ou repetidas em qualquer desses sistemas poderão impedir o acesso de clientes a nossos produtos e serviços, e fazer com que tais clientes decidam comprar os produtos de nossos concorrentes. Para administrar o crescimento esperado para as nossas operações, é possível que exista a necessidade de continuar a melhorar nossos sistemas operacionais e financeiros, e, deste modo, poderemos ter aumentos substanciais em nossas despesas e problemas de integração, o que poderia prejudicar nossos resultados financeiros.

Nós podemos ser afetados materialmente e adversamente se nossos centros de distribuição sofrerem danos materiais ou forem fechados.

Operamos através de sete centros de distribuição, localizados em São Paulo (SP), Embu das Artes (SP), Contagem (MG), Aparecida (GO), São José dos Pinhais (PR), Barra Mansa (RJ) e Ribeirão Preto (SP). Se estes centros de distribuição sofrerem qualquer dano substancial, incluindo danos causados por desastres naturais, danos ambientais, fogo ou enchente, ou se nossa atividade de distribuição for reduzida ou interrompida por causa de greves ou interrupções de trabalho, poderemos incorrer em aumento significativo de custos e de tempo maior para processamento e distribuição de nossos produtos para as nossas lojas. Tais eventos podem ocasionar em desabastecimento de nossos centros de distribuição resultando em perda relevante de vendas e de resultado.

Certos riscos são inerentes à atividade farmacêutica e nossa cobertura de seguro pode não cobrir suficientemente os danos sofridos por nós.

Drogarias estão expostas a certos riscos inerentes à atividade de aviar receitas e de distribuir produtos farmacêuticos e outros produtos relacionados à saúde. Podemos ser demandados em ações de responsabilidade civil relacionadas aos produtos farmacêuticos distribuídos por nós ou pelos serviços que prestamos. O limite de cobertura da nossa apólice de seguro poderá não ser suficiente para nos proteger contra futuras reclamações. Um julgamento desfavorável em ação judicial que nos responsabilize por um determinado produto poderia causar danos à nossa reputação e causar um efeito adverso para os nossos negócios.

Risco associado a não renovação dos aluguéis dos imóveis para as lojas

A Companhia possui contratos de locação de imóveis com prazos e vigência entre um e vinte anos, existindo a possibilidade de renovação. Segundo o estabelecido na Lei 8.245-91 (Lei do Inquilinato), a companhia tem assegurado o direito à renovação dos contratos que tenham sido firmados com duração igual ou superior a 5 anos, devendo impetrar uma Ação Renovatória na justiça no período entre 6 e 12 meses anteriores ao vencimento sempre que este não tenha sido renovado de maneira consensual entre as partes. Dos 1459 contratos de aluguéis que temos em vigência, apenas 20 foram assinados com duração inferior a 5 anos, não tendo o direito de renovação estabelecido pela Lei do Inquilinato. É também importante ressaltar que, mesmo no caso dos contratos com duração superior a 5 anos, eles podem não ser renovados caso o proprietário solicite o imóvel para transferência de fundo de comércio existente a mais de um ano do qual o proprietário, seu cônjuge, ascendentes ou descendentes, sejam detentores da maioria do capital, e desde que este negócio seja de ramo distinto ao do locatário.

Nosso desempenho depende em grande parte de esforços e da capacidade de nossos executivos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A perda de qualquer um deles poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios, alterando nosso resultado operacional e financeiro. Adicionalmente, caso venhamos a perder alguns desses executivos, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para suprir nossas necessidades. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, podemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, consequentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

Se não tivermos êxito em eventuais aquisições que viermos a realizar, poderemos ser adversamente afetados.

Temos adotado como principal estratégia o crescimento orgânico de nossa rede de drogarias. No entanto, poderemos realizar aquisições que contribuam para o nosso crescimento e para a criação de valor, que dependem de diversos fatores, dentre eles, nossa capacidade de identificar empresas ou ativos para aquisição, negociar preços adequados, integrar e manter a qualidade da operação das empresas ou ativos adquiridos e nos protegendo de eventuais contingências.

Eventuais aquisições poderão também exigir que aumentemos nossa dívida ou acessemos os mercados financeiros e de capitais a custos aceitáveis, inclusive mediante a emissão de novas ações, o que poderá acarretar na diluição da participação societária de nossos acionistas em nosso capital social. Adicionalmente, tais aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá reduzir nosso lucro e, consequentemente, reduzir os dividendos a serem pagos aos nossos acionistas.

Nosso êxito em agregar valor a partir de aquisições dependerá da nossa capacidade de obter sinergia da integração dos ativos que adquirirmos e de reduzir custos. Poderemos não obter ganhos esperados decorrentes dessas aquisições, o que poderá afetar adversamente nossas atividades.

As aquisições também apresentam o risco de exposição às obrigações e contingências das empresas ou ativos adquiridos, devido a atos prévios de administração e responsabilidade anteriormente incorridas. O processo de auditoria legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que recebemos de vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências. Caso existam contingências significativas oriundas das aquisições, estas poderão prejudicar adversamente nossas atividades e resultados.

A venda de uma quantidade expressiva de ações ordinárias da Companhia poderá afetar adversamente o preço dessas ações ordinárias e a emissão de novas ações poderá diluir todas as demais participações.

A eventual emissão de novas ações por parte da Companhia, caso os acionistas assim deliberem, resultará na diluição da participação dos acionistas que não acompanharem a oferta em nosso capital social.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações poderá diluir a participação acionária dos investidores em nossa Companhia.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com

4.1 - Descrição dos fatores de risco

exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações.

Os titulares de nossas ações poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou Lei de Sociedades por Ações, e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas fazem jus a dividendo mínimo de pelo menos 25,0% de nosso lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. Apesar da exigência do dividendo obrigatório, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as nossas ações pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA apresentou uma capitalização de mercado de R\$ 1,91 trilhões em 31 de dezembro de 2015, e um volume médio diário de negociação de R\$ 6,79 bilhões em 2015. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado, representavam, aproximadamente, 50,7% da capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015. A volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar consideravelmente a capacidade dos titulares de nossas ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Alterações nas regras do Novo Mercado e Câmara de Arbitragem podem impactar diretamente a nossa Companhia.

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, da validade, da eficácia, da interpretação, da violação e de seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Alterações significativas nas regras do Novo Mercado podem impactar diretamente a Companhia.

b. a nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses de nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos acionistas minoritários.

Temos administradores que além de exercerem funções relativas aos cargos do nosso Conselho de Administração e Diretoria, ainda são nossos acionistas. O fato descrito poderá, eventualmente, acarretar a tomada de medidas que conflitem com os interesses dos nossos demais acionistas ou que não resultem em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

melhoria de nossos resultados operacionais, podendo ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

c. a nossos acionistas:

Nossos administradores e demais colaboradores elegíveis poderão participar do Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas que está intimamente relacionado ao desempenho do preço das ações de nossa emissão.

A política de remuneração da nossa administração e de determinados colaboradores inclui um Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, nos termos pelos quais nosso Conselho de Administração poderá outorgar ações restritas de emissão da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral.

É importante ressaltar que parcela da remuneração conferida aos nossos administradores e demais colaboradores estaria atrelada ao preço das nossas ações e ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, o que poderia fazer com que tais profissionais busquem retornos a curto prazo o que conflitaria com os interesses dos acionistas que buscam retornos a longo prazo em seus investimentos em nossas ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

d. a nossas controladas e coligadas:

O resultado do emissor pode ser diretamente penalizado por um mau desempenho de nossa controlada.

A 4bio opera em um mercado competitivo e de margem comprimida. Uma eventual disputa de mercado baseada em aumento de descontos pode levar a margem da empresa a ficar negativa. A empresa também conta com executivos com larga experiência no setor de medicamentos de especialidade e a perda de qualquer um deles poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios, alterando o nosso resultado operacional e financeiro.

A compra das ações remanescentes da 4Bio poderá impactar de maneira significativa o caixa da controladora.

O acionista André Kina, detentor de 45% das ações da 4Bio, possui uma put contra a Companhia, que por sua vez possui uma call contra André Kina, ambas com uma regra única pré-estabelecida de precificação que leva em consideração o EBITDA médio de 2018, 2019 e 2020 e a dívida líquida média de 2020. Portanto, não existe um valor fixo previamente estipulado para o exercício destas opções. A Companhia estima hoje o valor presente das referidas opções em R\$ 34.336 mil, mas este valor poderá oscilar para cima ou para baixo conforme os resultados obtidos pela 4Bio. Os exercícios de ambas opções estão concomitantemente estipulados para 2021, e podem resultar em um descaixe material de caixa e na contração de dívidas. Para gerenciar este risco, a Raia Drogasil seguirá monitorando continuamente a expectativa de desembolso de caixa e refletindo esta potencial obrigação no seu planejamento de caixa como se fosse uma obrigação líquida e certa. Destarte, a Raia Drogasil seguirá mantendo uma estrutura de capital conservadora, com baixa alavancagem, que nos permitirá honrar o exercício das opções por meio de recursos próprios ou da manutenção de ampla capacidade de financiamento que permita à Companhia captar com antecedência os recursos necessários. É importante ressaltar que, apesar de originar risco financeiro, o exercício destas opções, em nossa opinião, não acarreta risco econômico, criando valor para a Companhia na medida em que o desembolso estará diretamente vinculado ao valor do ativo a ser adquirido.

e. a nossos fornecedores:

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Mudanças na indústria farmacêutica brasileira poderão ter efeito adverso em nossos negócios.

Fatores relacionados à indústria farmacêutica brasileira que poderão gerar efeitos adversos nos nossos negócios incluem:

- i) mudanças na política de fabricação de produtos farmacêuticos ou procedimentos relacionados a preços, vendas, estoque, distribuição e fornecimento;
- ii) mudanças nos métodos de distribuição dos produtos farmacêuticos;
- iii) mudanças na legislação ou regulamentação relativa à indústria farmacêutica;
- iv) imposições de controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos, e
- v) aumento de venda de produtos farmacêuticos pelos supermercados brasileiros.

Futuras mudanças na indústria farmacêutica brasileira poderão afetar adversamente o fornecimento, demanda e preços dos nossos produtos e serviços, restringir a nossa capacidade de realizar negócios em nosso mercado atual e futuro, com consequente efeito adverso para nós.

f. a nossos clientes

Partes substanciais das nossas vendas são efetuadas por cartão de crédito, o que nos faz dependentes das políticas de pagamentos praticadas pelas operadoras de cartão de crédito com relação aos custos associados à aceitação desses cartões de crédito. Qualquer mudança nas políticas praticadas por estas empresas com relação aos estabelecimentos credenciados, tais como a própria Companhia, ou aos nossos clientes, será capaz de afetar o resultado de nossas operações e o preço de nossas ações.

g. aos setores da economia nos quais atuamos

A crescente consolidação do setor de varejo no Brasil poderá exercer pressões em nossas margens e resultado operacional.

O setor de varejo no qual atuamos passou por um processo de consolidação nos últimos anos. Como resultado, temos concorrentes maiores, mais sofisticados e com um poder de barganha crescente, capaz de operar com um estoque reduzido e resistir a aumento de preços, além de demandar preços menores e aumento de programas de promoção. Se não respondermos eficazmente a estas tendências, o ritmo de crescimento de nossas vendas poderá reduzir ou ainda podemos ser obrigados a ter que diminuir nossos preços ou aumentar nossos gastos com promoção, os quais poderão afetar nossos resultados.

Drogarias estão intrinsecamente sujeitas ao risco de que o consumo de seus produtos e serviços possam causar lesões, enfermidade ou morte, e a cobertura do nosso seguro poderá não ser adequada para arcar com quaisquer danos sofridos por clientes.

As drogarias estão expostas a certos riscos inerentes à venda e distribuição de produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados à saúde, bem como à prestação de serviços farmacêuticos. Ademais, erros na comercialização de tais produtos farmacêuticos e na prestação de serviços farmacêuticos poderão acarretar sérias lesões ou morte. Reclamações de responsabilidade civil podem ser apresentadas contra nós, no

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tocante a qualquer dos produtos farmacêuticos ou de outra natureza que vendemos e serviços que prestamos, e poderemos ficar obrigados a suspender ou interromper nossas atividades e a venda de determinados produtos ou a prestação de determinados serviços ou, ainda, a recolher produtos por nós comercializados. Adicionalmente, o limite da nossa cobertura de seguro poderá não ser adequado para nos proteger de reclamações futuras oriundas de responsabilidade de produtos por nós comercializados ou serviços por nós prestados e, poderemos não ser capazes de manter cobertura de seguro com condições adequadas para esses riscos.

Caso eventuais ações judiciais referentes à responsabilidade por produtos por nós comercializados ou ainda serviços por nós prestados resultem em sentenças desfavoráveis à nossa Companhia, poderemos incorrer em danos à nossa reputação e em indenizações financeiras que podem não ser cobertas integralmente pelos nossos seguros, podendo acarretar efeitos adversos sobre nós.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue:

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controle de preços à maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos.

Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço tem resultado em uma menor margem de lucro em drogaria do que aqueles comumente realizados nos produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não podemos garantir que o Governo Federal não irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderá nos afetar adversamente.

A indústria farmacêutica está sujeita a um grande número de regulamentações.

A indústria farmacêutica está sujeita a um grande número de regulamentações federais, estaduais e municipais para a operação e padrões de segurança do Ministério da Saúde, da ANVISA e agências estaduais e municipais, bem como leis e regulamentações relativas aos aspectos de proteção ao meio ambiente, saúde e segurança, incluindo a exposição, o manuseio e descarte de substâncias perigosas. Não pode haver garantia de que as agências reguladoras ou o poder judiciário irão reconhecer que a Companhia encontra-se completamente enquadrada nos termos das leis e regulamentações.

Nossas operações poderão ser influenciadas pelas regulamentações específicas para os estados e áreas metropolitanas nas quais nós atuamos.

Nossas operações poderão ser influenciadas pelas regulamentações específicas para os estados e áreas metropolitanas nas quais nós atuamos, tais como leis de zoneamento e restrições ao marketing. Particularmente, devido ao fato de parcela significativa de nossas lojas estar localizada na região metropolitana da Grande São Paulo, qualquer regulamentação adicional ou mais onerosa ou restrições impostas pelo estado de São Paulo ou pelo município de São Paulo podem ter efeitos adversos para os nossos negócios.

O cumprimento intempestivo ou o não cumprimento das regulamentações aplicáveis poderão resultar em imposição de sanções na esfera civil e criminal, causando efeito adverso para a manutenção dos nossos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

negócios, incluindo: suspensão dos pagamentos referentes aos programas do governo; perda de certificações exigidas pelo governo; perda de autorização para participar ou nossa exclusão de programas de reembolso do governo; perda de licença para operar uma ou mais lojas ou para exercer determinadas atividades comerciais; ou multas significativas ou penalidades financeiras, podem nos afetar adversamente. Além disso, mudanças dessas regulamentações poderão restringir nossas operações existentes, limitar a expansão dos nossos negócios, e requerer ampliação de sistemas e mudanças operacionais que poderão ser difíceis de ser implementadas.

Mudanças na nossa cadeia produtiva poderão ter efeito adverso em nossos negócios.

Fatores relacionados ao setor farmacêutico que poderão gerar efeitos adversos nos nossos negócios incluem:

- mudanças na política de distribuição de produtos farmacêuticos ou procedimentos relacionados a preços, vendas, estoque, distribuição e fornecimento;
- mudanças nos métodos de distribuição dos produtos farmacêuticos;
- mudanças na legislação ou regulamentação relativa ao setor farmacêutico;
- imposições de controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos, e;
- aumento de venda de produtos farmacêuticos pelos supermercados brasileiros.

Futuras mudanças no setor farmacêutico poderão afetar adversamente o fornecimento, demanda e comercialização de nossos produtos e serviços, restringir a nossa capacidade de realizar negócios em nosso mercado atual e futuro, com consequente efeito adverso para nós.

Aumento nas despesas de pessoal devido às novas exigências regulatórias ou às negociações trabalhistas desfavoráveis podem nos afetar adversamente.

O cumprimento de novas legislações, regulamentações das autoridades competentes ou negociações trabalhistas desfavoráveis podem acarretar aumentos em nossas despesas operacionais, tais como: (i) incrementos salariais; (ii) aumento do número de funcionários nas lojas, no Centro de Distribuição e no centro administrativo; (iii) substituição de outros profissionais por farmacêuticos; (iv) aumento de outras despesas relativas a vendas em loja; e (v) manuseio e controle no nosso Centro de Distribuição. Não podemos garantir que estes possíveis custos adicionais não sejam repassados a nossos preços. Caso tais repasses não ocorram, estes aumentos de custos podem impactar a nossa rentabilidade e nos afetar adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Atualmente não atuamos em países estrangeiros.

j. a questões socioambientais

As maiores preocupações em relação às questões sócio ambientais estão relacionadas ao consumo e utilização de recursos naturais: água, energia elétrica e combustíveis fósseis, cuja escassez pode impactar a operação, aumentando custos e diminuindo o conforto de clientes e funcionários em nossas instalações.

A Companhia promove entre os funcionários educação para o uso consciente de energia elétrica e água e conta com um comitê estruturado sobre o tema energia elétrica, desenvolvendo programa para controle dos gastos visando a redução do consumo e utilizando de maneira eficaz este recurso nos equipamentos e luminárias de nossas instalações. A escassez deste recurso gera aumento de custos em nossa operação e, no caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica, dificuldade em operar devido à queda de sistemas eletrônicos e possibilidade de perda de itens com necessidade de refrigeração.

A água não possui papel direto em nosso processo produtivo, mas é item essencial para manutenção de condições adequadas para nossos funcionários, sendo utilizada em banheiros e refeitórios. Além das medidas educativas, um de nossos Centros de Distribuição utiliza água de reuso.

Nosso processo de distribuição baseia-se no transporte rodoviário. Dessa forma, uma escassez de combustíveis afeta adversamente o fornecimento e comercialização de produtos em nossas lojas. Mantemos nossa frota sempre atualizada, com veículos modernos e econômicos para reduzir ao máximo a utilização de combustíveis.

A geração de resíduos sólidos é outro tema que nos preocupa em relação às questões sócio ambientais. A Companhia atua de maneira responsável em relação aos resíduos que gera e ao impacto destes no meio ambiente. Praticamos a coleta seletiva e a logística reversa de nossos produtos em lojas e Centros de Distribuição. Disponibilizamos um programa de recolhimento de medicamentos vencidos da população para destiná-los também de maneira adequada, evitando a contaminação de solos e lençóis freáticos. A legislação acerca de resíduos sólidos no setor farmacêutico ainda possui pontos em discussão e eventuais mudanças nesta legislação podem exigir adequações da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A exposição do Grupo ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração do Grupo entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R\$ 3.565) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as vendas com recebimento a prazo representaram 49% (48% - 2014) e 50% para o consolidado, sendo que desse total 90% (87% - 2014) e 87% no consolidado são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião do Grupo e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 10% (13% - 2014) e 13% para o consolidado são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM'S"), convênios e cheques pré-datados e boletos, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora		Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Operação	Risco			
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.130	1.413	1.695
Receita		1.130	1.413	1.695
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	36	45	53
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	7	9	10
Despesa		43	54	63

Consolidado		Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Operação	Risco			
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.137	1.421	1.705
Receita		1.137	1.421	1.705
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	36	45	53
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	7	9	10
Despesa		43	54	63

A Administração não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), às quais estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para o Grupo.

(e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão do caixa líquido ou da dívida líquida pelo patrimônio líquido. O caixa líquido ou a dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Controladora
	2015	2015	2014	2013
Financiamentos de curto e longo prazo	289.685	296.388	281.237	244.825
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-264.549	-266.051	-281.189	-241.885
Dívida líquida	<u>25.136</u>	<u>30.337</u>	<u>48</u>	<u>2940</u>
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	2.640.629	2.640.629	2.456.937	2.326.983
Participação de não controladores		22.989		
Total do patrimônio líquido	<u>2.640.629</u>	<u>2.663.618</u>	<u>2.456.937</u>	<u>2.326.983</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,95</u>	<u>1,14</u>	<u>0</u>	<u>0,13</u>

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora e Consolidado
	Opção de compra de ações adicionais
Saldo inicial	
Aquisição da 4Bio	30.230
Despesas reconhecidas no resultado	<u>1.402</u>
Saldo final	<u>31.632</u>
Total de despesas no exercício incluídas no resultado	<u>1.402</u>
Variação das despesas não realizadas no exercício incluídas no resultado	<u>1.402</u>

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes dos quais somos parte, de acordo com sua natureza.

Ação Civil Pública

PROCESSO N.º. 0010156-53.2015.5.03.0021	
a. Juízo	21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	05-07-2010
d. Partes do processo	Ministério Público do Trabalho de Uberlândia e Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	Valor da causa R\$ 1.000.000,00 – obrigação de fazer (anotação de ponto, respeito ao limite de jornada, concessão de intervalos, abstenção de trabalho aos domingos, para quem tiver folga no mesmo dia), pagamento e horas extras e dano moral coletivo,
f. Principais fatos	horas extras; registro de ponto; intervalos intra e interjornadas; compensação por dano moral
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	Necessidade de anotação da jornada de trabalho dos empregados em registro de ponto; pagamento das horas extras realizadas, com acréscimo de adicional; limitação da jornada, inclusive de horas extras – limite de duas diárias; concessão de intervalo para refeição e descanso, para refeição e descanso; concessão de folgas de 11 horas consecutivas entre uma jornada e outra, bem como folga semanal de 24 horas, preferencialmente aos domingos; conceder folgas aos empregados nos domingos, quando estas estiverem previstas para tal dia da semana; pagamento de multa pro obrigação de fazer; pagamento de indenização por danos morais.

Aspectos Tributários

Em 29 de abril de 2016, figurávamos como ré em 208 processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Os processos que representavam contingências passivas totalizavam, naquela data, o valor aproximado de R\$ 91.088.172,70.

Como política interna adotada por nós provisionamos os valores referentes a contingências prováveis, razão pela qual temos provisionado o montante aproximado de R\$ 470.332,79.

Dentre as ações de natureza tributária que representavam contingência relevante para a Companhia em abril de 2016 em razão do respectivo valor destacam-se:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**(I) IRPJ e CSLL:**

Processo Administrativo n. 19515.000237/2006-12	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
c. Data de instauração	30/03/2006
d. Partes do processo	Exequente: Delegacia da Receita Federal do Brasil; Executada: Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 6.054.866,01 em abril/2016.
f. Principais fatos	MÉRITO: Trata-se de manifestação de inconformidade em face do auto de infração, o qual a Impugnante teria deduzido despesas como BRINDES da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no ano calendário de 2001. ANDAMENTO: Em 30 de março de 2006, a via original da impugnação foi entregue à empresa para protocolo. Em 24 de novembro de 2008, julgados procedentes os lançamentos do IRPJ. Em 19 de fevereiro de 2009, interposto Recurso Voluntário. Em 30 de abril de 2010, os autos foram recebidos no CARF, onde aguardam julgamento do recurso.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 6.054.866,01 em abril/2016.

Processo Administrativo n. 19515.001156/2008-00	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	31 de março de 2008
d. Partes do processo	Exequente: Delegacia da Receita Federal do Brasil; Executada: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 2.337.358,18, em abril/2016
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado para constituir crédito tributário de IRPJ e CSLL, referente ao ano-calendário de 2003, cobrados indevidamente, tendo em vista que o contribuinte tinha apurado saldo negativo relativo aos tributos ora lançados - (DIPJ/2004). Tais valores eram suficientes para absorver o valor dos tributos apurados, sendo cabível à Fiscalização proceder com o ajuste dos saldos negativos de IRPJ e CSLL. Andamento: 08/03/2016 - Protocolados Embargos de Declaração; 18/03/2016 - Protocoladas Contrarrazões

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	ao Recurso Especial da Fazenda; 18/04/04 - Autos na Equipe de Controle e Cobrança de Créditos Tributários - DERAT - SPO desde 22/10/2015, aguardando envio ao CARF para julgamento de Recurso Especial.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.337.358,18, em abril/2016

Processo Administrativo n. 16561.720167/2014-89	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	15/12/2014
d. Partes do processo	Exequente: Secretaria da Receita Federal do Brasil Executada: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 11.066.510,83, em abril/16
f. Principais fatos	Objeto: Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para exigência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre Lucros Líquidos ("CSLL"), relativos aos anos-base de 2009 a 2012, cumulados com multa de ofício agravada e juros de mora. De acordo com entendimento da Autoridade Fiscal, seria necessária a "glosa de deduções da amortização de ágio nas bases do IRPJ e da CSLL (...) de RAIA", uma vez que tais deduções só teriam sido possíveis por intermédio da utilização da sociedade Grappa Investimento e Participações S/A ("Grappa"), suposta "empresa veículo", desprovida de qualquer propósito negocial. Andamento: 15/12/2014 – Ciência da lavratura dos autos de Infração; 13/01/2015 - Protocolada impugnação; 02/02/2015 - Os autos permanecem na Equipe de Controle e Cobrança e Credito Tributário-DERAT-SPO. Aguardando a remessa dos autos para uma das Delegacias de Julgamento da Receita Federal para que seja analisada a Impugnação apresentada em 13/01/2015; Em 24/08/2015 protocolada petição requerendo o cancelamento dos Autos de infração originários do processo em razão do equívoco cometido no calculo do crédito tributário cobrado; 04/02/2016 – Os autos permanecem no Serviço de Julgamento da Receita Federal.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 11.066.510,83, em abril/16

(II) FINSOCIAL/COFINS:

Processo Administrativo: 10880.000388/94-70	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	29.12.93
d. Partes do processo	Autuante: Receita Federal; Autuada: Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	Finsocial: R\$ 2.736.769,25, em abril/16.
f. Principais fatos	A empresa foi autuada sob a alegação de não ter efetuado os recolhimentos do Finsocial no período de janeiro a março de 1992 e da Cofins, no período de abril a dezembro de 1992, pela alíquota de 2%. Andamento: Em 24.01.94 enviamos impugnação a ser protocolada pela empresa. Em 05.03.08 a empresa foi intimada da decisão que julgou parcialmente procedente o auto de infração. Interposto recurso voluntário, ao qual foi negado provimento. Protocolado recurso especial, ao qual foi negado provimento. Protocolada petição requerendo a suspensão do andamento deste processo administrativo até o julgamento definitivo do processo administrativo nº 13808.004551/98-40.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	O débito será inscrito em dívida ativa e, se não pago, será cobrado judicialmente, através de execução fiscal.

(III) Adicionalmente, em abril de 2015, A Companhia era parte nos seguintes processos judiciais e autos de infração, relativos à margem do ICMS, no período de 10/94 à 10/97, sendo:

Processos Judiciais relativos à diferença entre base de retenção do ICMS no regime de substituição tributária e o preço efetivamente praticado:

(IV) Auto de Infração e Imposição de Multa – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

AIIM 4.020.867-9 - Portaria CAT nº 17/1999.
--

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	19/07/2013
d. Partes do processo	Exequente: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo Executada: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 12.487.500,96, em abril/16.
f. Principais fatos	Objeto: Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa por meio do qual se exige o recolhimento de ICMS no importe de R\$ 3.978.563,09, acrescido de multa de ofício de 50% e juros de mora, em razão da não comprovação do direito de ressarcimento do ICMS retido a maior por substituição tributária, relativo aos períodos de apuração de abril, maio e junho de 2008, formalizado por meio dos processos GDOC's ns. 51257-203178/2010 e 51257-291981/2010. Andamento: Em 09 de agosto de 2013, ciência do Auto de Infração. Em 06 de setembro de 2013, protocolada a Impugnação. Em 20 de setembro de 2013, entrada do processo na Delegacia Tributária de Julgamento. Em 01 de outubro de 2013, distribuída a defesa para julgamento - DTJ-1- Unidade de julgamento de São Paulo. Em 02 de outubro de 2013, protocolada petição física juntando mídia contendo a digitalização de todos os documentos fiscais que demonstram o valor total do ICMS objeto dos requerimentos de ressarcimento em discussão. Em 11 de novembro de 2013, processo retornou de diligência. Em 20 de dezembro de 2013, distribuída a defesa para julgamento - DTJ-1-Unidade de Julgamento de São Paulo. Em 24 de janeiro de 2014, proferida decisão convertendo o julgamento em diligência, para efetiva manifestação do agente fiscal sobre os documentos apresentados. Em 14 de outubro de 2014, disponibilização de retorno dos autos de diligência, com prazo de 30 dias para manifestação. Em 18 de novembro de 2014, protocolo de manifestação sobre r. despacho disponibilizado em 17/10/2014 acerca da diligência. Em 15 de dezembro de 2014, publicada decisão que indeferiu a Impugnação. Em 30 de dezembro de 2014, interposto Recurso Voluntário. Em 29 de janeiro de 2015, aguardando admissibilidade de recurso. Em 19 de fevereiro de 2015, recurso ordinário admitido. Em 17

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	de abril de 2015, protocoladas Contrarrazões pela Fazenda Pública, e, após, autos remetidos ao TIT. Em 06 de agosto de 2015, Recurso Ordinário distribuído. Em 11 de setembro de 2015, incluído na pauta de julgamento de 18 de setembro de 2015, quando foi realizada sustentação oral e o feito foi retirado de pauta. Em 18 de setembro de 2015, incluído na pauta de julgamento de 25 de setembro de 2015, quando foi proferido julgamento anulando a decisão de 1ª instância.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 12.487.500,96, em abril/16.

AIIM 4.039.062 -7 - Portaria CAT nº 17/1999.	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	31/03/2014
d. Partes do processo	Exequente: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo Executada: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 2.687.273,00, em abril/16.
f. Principais fatos	Objeto: Lavrado auto de infração, sob as alegações de: (i) não atender notificação prévia, a qual determinava o recolhimento do valor excedente do ressarcimento relativo ao ICMS retido a maior por substituição tributária, referente a março/2009; (ii) creditamento indevido do ICMS, ao lançar em sua GIA, referência março/2009, erroneamente no código 719 quando o correto é o código 721, montante de crédito de operação própria no valor de R\$ 2.439.711,23, quando o Fisco apurou o valor de R\$ 1.861.858,26. Andamento: Em 08 de maio de 2014, protocolada a Impugnação. Em 10 de junho de 2014, entrada do processo na Delegacia Tributária de Julgamento. Em 1 de julho de 2014, distribuição da Defesa para Julgamento - DTJ-1 - Unidade de Julgamento de Santos. Em 29 de julho de 2014, o julgamento foi convertido em diligência. Em 07 de agosto de 2015, disponibilização de despacho intimando as partes sobre o retorno dos autos de diligência, bem como abrindo prazo de 30 (trinta) dias para manifestação. Em 08 de setembro de 2015, foi protocolada manifestação sobre o retorno da diligência. Em 21 de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	outubro de 2015, disponibilizada decisão que manteve o Auto de Infração e Imposição de Multa. Em 19 de novembro de 2015, protocolado Recurso Voluntário. Em 04 de dezembro de 2015, aguardando admissibilidade. Em 27 de janeiro de 2016, foi admitido o recurso ordinário. Aguarda-se apresentação de contrarrazões.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.687.273,00, em abril/16.

AIIM 4.046.508-1	
a. Juízo	Tribunal de Impostos e Taxas - SP
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	03/06/2015
d. Partes do processo	Exequente: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo Executada: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 2.008.956,86, em abril/16.
f. Principais fatos	Objeto: Auto de Infração que exige o recolhimento de ICMS no importe de R\$ 802.825,58, acrescido de multa de mora, por suposta falta de recolhimento do tributo devido sob o regime de substituição tributária no período de apuração de 11/2013 a 01/2014. Andamento: Em 03 de junho de 2015, protocolo de Impugnação. Em 11 de junho de 2015, entrada do processo na Delegacia Tributária de Julgamento. Em 16 de julho de 2015, as partes foram intimadas de que o julgamento foi convertido em diligência. Em 29 de julho de 2015, apresentada manifestação sobre a diligência a ser efetuada. Em 24 de agosto de 2015, disponibilizada intimação sobre retorno de diligência. Em 08 de setembro de 2015, protocolizada manifestação sobre retorno de diligência. Em 01 de outubro de 2015, distribuição da Defesa para Julgamento. Em 29 de outubro de 2015, julgamento convertido em diligência. Em 07 de dezembro de 2015, protocolo de manifestação sobre diligência. Em 23 de fevereiro de 2016, proferida decisão julgando parcialmente procedente a Impugnação apresentada.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.008.956,86, em abril/16.

(V) Auto de Infração - Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

Auto de infração nº 03.462757-0	
a. Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	15/04/2015
d. Partes do processo	Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro Réu: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 1.058.468,45, em abril/16.
f. Principais fatos	Objeto: Auto de infração que exige recolhimento de ICMS no importe de 560.559,81, acrescido de multa de ofício de 75% e juros de mora, por ter a empresa se creditado de valores indevidos do referido tributo nas apurações mensais realizadas entre janeiro e novembro de 2014, conforme constatação de supostas divergências entre as GIAs e o SPED. Andamento: Em 15 de abril de 2015, protocolada Impugnação. Em 25 de janeiro de 2016, ciência de parecer do auditor fiscal informando que a diligência determinada pela Delegacia de Julgamento demonstrou que inexistem as divergências apontadas no auto de infração. Em 24 de fevereiro de 2016, protocolo de petição requerendo o cancelamento da autuação.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.058.468,45, em abril/16.

(VI) Auto de Infração - Fazenda do Estado de Santa Catarina

Infração Fiscal 1570000049001	
a. Juízo	Fazenda do Estado de Santa Catarina
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	24/06/2015
d. Partes do processo	Autor: Fazenda do Estado de Santa Catarina Réu: Raia Drogasil S.A.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. Valores, bens ou direitos	R\$ 5.246.951,02, em abril/16.
f. Principais fatos	Objeto: Notificação que aponta suposta irregularidade consubstanciada na apropriação de crédito de imposto (ICMS) relativo a pedido de restituição ainda pendente de autorização. Andamento: Em 24 de junho de 2015, apresentada Defesa Prévia. Em 02 de julho de 2015, recebido auto de infração. Em 28 de julho de 2015, protocolada Impugnação.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 5.246.951,02, em abril/16.

(VII) Autos de Infração – Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná

Processo n. 6606738-6	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	05/11/2014
d. Partes do processo	Exequente: Inspetoria Regional de Fiscalização do Paraná Executada: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 1.808.090,90 em abril/16
f. Principais fatos	Objeto: Notificação que aponta suposta irregularidade consubstanciada na falta de recolhimento do ICMS relativo a substituição tributária quanto às mercadorias (entradas) constantes no relatório denominado "Levantamento Físico - resumo" cujo valor teria sido obtido após levantamento físico quantitativo realizado no exercício de 2013. Andamento: Em 30 de outubro de 2014, apresentada defesa prévia. Em 28 de novembro de 2014, recebido auto de infração. Em 29 de dezembro de 2014, apresentada Reclamação. Em 21 de janeiro de 2015, autos encaminhados para CRE/DJ. Em 16 de junho de 2015, autos encaminhados para DRR02/IRF. Em 16 de outubro de 2015, autos encaminhados para delegacia

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	de julgamento.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.808.090,90 em abril/16

Processo n. 6606904-4	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	14/11/2014
d. Partes do processo	Exequente: Inspetoria Regional de Fiscalização do Paraná Executada: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 1.808.123,64, em abril/16
f. Principais fatos	Objeto: Trata-se de notificação apontando suposto débito de ICMS relativo a substituição tributária quanto às mercadorias (entradas) constantes no relatório denominado “Levantamento Físico – Resumo.pdf”, cujo valor teria sido obtido após levantamento físico quantitativo realizado nos exercícios de 2011 e 2012. Andamento: Em 12 de setembro de 2014, apresentada defesa prévia. Em 28 de novembro de 2014, recebido auto de infração. Em 29 de dezembro de 2014, apresentada Reclamação. Em 21 de janeiro de 2015, autos encaminhados para CRE/DJ. Em 19 de junho de 2015, autos encaminhados para DRR02/IRF.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.808.123,64, em abril/16

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**(VIII) Auto de Infração – Prefeitura Municipal de São Paulo**

Processo n. 6017.2016/0000717-0	
a. Juízo	Prefeitura do Município de São Paulo - SP
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	29/01/2016
d. Partes do processo	Autor: Município de São Paulo Réu: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 198.636,59, em abril/16
f. Principais fatos	Objeto: Trata-se de autos de infração lavrados com a finalidade de exigir o Imposto sobre Serviços - ISS que supostamente deixou de ser retido pela ano de 2010, relativo a serviços executados por prestadores não cadastrados perante a Municipalidade. Andamento: Em 29 de janeiro de 2016, foi protocolada a impugnação.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 198.636,59, em abril/16

(IX) Execução Fiscal – Estado de Minas Gerais

Execução Fiscal nº 1691516-04.2015.8.13.0024	
a. Juízo	Vara de Feitos Tributários do Estado de Belo Horizonte
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	25/08/2015
d. Partes do processo	Exequente: Estado de Minas Gerais Executada: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 7.164.593,38, em abril/16.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. Principais fatos	Objeto: Trata-se de Execução Fiscal do crédito tributário objeto Auto de Infração PTA 01.000198561-20, lavrado por ter a empresa, supostamente, deixado de reter ou retido a menor o ICMS devido por substituição tributária, em operações de transferência de mercadorias para filiais mineiras, ocorridas nos anos de 2009, 2010 e 2011. Andamento: Em 23 de julho de 2013, ciência do Auto de Infração. Em 21 de agosto de 2013, protocolada Impugnação. Em 17 de outubro de 2013, ciência sobre a retificação da autuação. Em 14 de novembro de 2013, protocolada nova Impugnação. Em 13 de dezembro de 2013, intimação sobre juntada aos autos da via original do Ofício GAB/DF/JF/No 417/2012. Em 19/12/2013, encaminhada, por correio, manifestação sobre o ofício supra. Em 06 de janeiro de 2014, processo recebido no CC/MG. Em 07 de janeiro de 2014, aguardando elaboração de parecer pela assessoria do CC/MG. Em 21 de maio de 2014, saída dos autos do Conselho Contribuinte de MG para diligência. Em 09 de setembro de 2014, protocolada petição de manifestação sobre o encerramento de diligência. Em 27 de novembro de 2014, análise de Instrução Processual. Em 28 de novembro de 2014, aguardando elaboração de parecer pela assessoria do CC/MG. Em 11 de fevereiro de 2015, disponibilização de certidão de inclusão do processo na pauta de julgamento de 11/03/2015. Em 11 de março de 2015, realização de sustentação oral e acompanhamento de julgamento, no qual foi indeferida a Impugnação apresentada. Em 13 de abril de 2015, aguardando formatação do acórdão.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 7.164.593,38, em abril/16.

(X) Mandado de Segurança – Estado de São Paulo

n° 0002146-66.2016.403.6100	
a. Juízo	Fórum Federal Cível de São Paulo - SP
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	03/02/2016
d. Partes do processo	Autor: Raia Drogasil Réu: Receita Federal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. Valores, bens ou direitos	R\$ 2.304.462,36 em abril/16.
f. Principais fatos	Objeto: Trata-se de mandado de segurança objetivando a renovação da certidão fiscal, visto que os supostos débitos apontados no relatório de restrições decorrem de desconsideração de procedimento de denúncia espontânea realizado pela Impetrante. Andamento: Em 03 de fevereiro de 2016, distribuída a ação. Em 04 de fevereiro de 2016, proferida decisão postergando a análise da liminar para após a vinda das informações. Em 29 de fevereiro de 2016, ciência de decisão que deferiu parcialmente a liminar. Em 15 de março de 2016, despachada petição informando o depósito judicial do valor sob discussão. Em 16 de março de 2016, proferida decisão determinando a expedição da certidão.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.304.462,36 em abril/16.

Não há valor provisionado até 31 de dezembro de 2015 para os processos descritos no item 4.3

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não somos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não existem informações adicionais sobre processos sigilosos relevantes dos quais somos parte e não foram divulgados nos itens 4.3 e 4.4.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

- Processos Cíveis

a) Valores envolvidos	R\$ 5,8 milhões
b) Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Contingência relacionada a processos judiciais cíveis de natureza consumerista com objetos diversos, tais como: indenização por protesto indevido de títulos, relação de consumo (produtos com defeito, venda incorreta de medicamentos), furto de objetos de clientes por terceiros em nossos estabelecimentos, dentre outros.

- Processos Trabalhistas

a) Valores envolvidos	R\$ 78,9 milhões
b) Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Contingência relacionada a processos judiciais trabalhistas com objeto diversos, tais como: horas extras, verbas rescisórias, adicional noturno, dano moral, reembolso de descontos indevidos, contribuições sindicais e adicional de insalubridade.

4.6.1. Indicar o total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

- Os valores provisionados para os processos cíveis e trabalhistas descritos acima totalizam R\$ 11,3 milhões
- Salientamos que os valores aqui descritos são baseados nas informações da Companhia em 30 de Abril de 2016, bem como que os processos descritos no item 4.3. não são considerados processos repetitivos ou conexos e, portanto, não estão incluídos na letra “b” do presente item.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, pois somos uma Companhia nacional, com sede e ações emitidas no Brasil.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1 - Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia ainda não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos para os riscos mencionados no item 4.1, por entender que as práticas, controles e políticas adotadas até mais recentemente eram suficientes para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos aos quais estava exposta em decorrência de suas operações e atividades.

No entanto, tendo em vista as disposições da ICVM nº 552/2014 relativas ao assunto e em atenção às boas práticas de governança corporativa e aos padrões internacionais de gestão de riscos, a Companhia optou por proceder à formalização de uma política de gerenciamento de riscos.

Neste contexto, a Companhia contratou, em fevereiro de 2016, a PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos ("PwC") com o objetivo de auxiliar a Companhia na elaboração de uma política formal de gerenciamento de riscos. O escopo do trabalho envolve o mapeamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a definição de estratégias e políticas de controle para mitigação destes riscos, o desenvolvimento de planos de ação caso estes riscos se materializem e a definição da estrutura organizacional requerida para garantir a efetividade da política de gerenciamento de riscos a ser adotada.

Atualmente, a Companhia adota as seguintes práticas, controles e políticas para o gerenciamento de seus riscos estratégicos, operacionais, regulatórios e de *compliance*:

- Código de Ética e Conduta. Visando preservar e fortalecer a imagem da Companhia perante seus clientes, fornecedores e investidores, de forma a atingir elevados padrões éticos, a Companhia instituiu um Código de Ética e Conduta, cujo objetivo é delinear as diretrizes que irão dirigir seus administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços regulares da Companhia ("Colaboradores") a adotarem, em seu dia-a-dia de trabalho, comportamentos e atitudes guiados pela ética e pelos valores básicos da Companhia. O Código de Ética e Conduta estabelece os valores e as diretrizes da Companhia que irão orientar as decisões e atitudes de todos os Colaboradores, no exercício de suas atribuições, servindo de guia para suas condutas pessoais e profissionais, sempre baseados na dignidade, liberdade, integridade, lealdade e justiça. Todos os Colaboradores devem assinar um termo de recebimento do Código de Conduta;

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- Adequação de Fornecedores e Prestadores de Serviços aos Padrões Éticos de Conduta. A relação da Companhia com seus fornecedores e prestadores de serviços exige transparência e lisura nos procedimentos de compra quanto a preços, qualidade dos materiais e serviços a serem adquiridos, devendo sempre ser realizada com fornecedores e prestadores de serviço que operem nos padrões éticos compatíveis com os descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia. Dessa forma, no processo de seleção de fornecedores, a Companhia considera, de forma imparcial, fatores técnicos, pautando-se igualmente na adequação de tais fornecedores aos princípios éticos da Companhia e do mercado;
- Gerenciamento de Situações de Conflito de Interesse. O Código de Ética e Conduta da Companhia estabelece diretrizes para situações de conflito de interesses pessoais de Colaboradores e da Companhia que possam comprometer ou, de alguma forma, influenciar de maneira indevida o desempenho de suas atribuições e responsabilidades. Dessa forma, diante de uma situação de conflito de interesses, o colaborador deverá posicionar seu superior imediato para que este tome a decisão cabível, de forma a zelar pelo patrimônio da Companhia, de seus clientes, acionistas, investidores e demais partes relacionadas;
- Canal Conversa Ética. A Companhia, com o fim de promover um ambiente de trabalho norteado pela honestidade e transparência, instituiu um canal de denúncias destinado ao relato de situações de práticas suspeitas, ou no caso de clara violação ao disposto no Código de Ética e Conduta. As violações às disposições do Código de Ética e Conduta podem ser levadas ao conhecimento do Diretor Presidente da Companhia, sendo certo que o anonimato do funcionário e a confidencialidade do caso serão garantidos. Ademais, como forma de incentivar o reporte de denúncias, a Companhia não tolera quaisquer atos de punição ou retaliação contra funcionário ou terceiros que efetuem denúncias.
- Treinamentos. A Companhia promove com frequência treinamentos aos funcionários que atendem em lojas e estabelecimentos comerciais, visando orientar e informar as diretrizes relativas aos requisitos para a venda de medicamentos em geral e controlados, bem como instruir sobre as regras de atendimento a clientes, de forma a evitar e/ou mitigar riscos de infringências à regulação à qual o setor do varejo farmacêutico está submetido;
- Monitoramento da Legislação e Questões Regulatórias. A Companhia tem como prática monitorar constantemente as regulamentações e instruções normativas relacionadas ao setor farmacêutico. Este

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

monitoramento é realizado pelo Departamento Jurídico, o qual, após a identificação de eventuais mudanças legislativas, procede à avaliação de seu impacto nas atividades da Companhia;

- Comitês de Apoio à Gestão. A Companhia possui comitês de apoio à gestão, cujas atribuições estão descritas no item 12.1 deste Formulário de Referência. Estes Comitês atuam em conjunto com a Diretoria da Companhia no monitoramento de determinados riscos;
- Auditoria Interna. A Companhia realiza auditorias internas por seu departamento de gestão de riscos, tendo como objetivo identificar assuntos críticos e avaliar os sistemas de alerta prévia para riscos efetivos e potenciais. Dessa forma, as auditorias internas visam detectar e remediar riscos em potencial ou irregularidades já ocorridas; e
- Monitoramento dos Sistemas de Operações Gerenciais. Tendo em vista que o sucesso das operações da Companhia depende da funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade do centro de processamento de dados e outros vários sistemas da Companhia, incluindo o sistema de pontos de venda nas lojas, sistemas de logística e de comunicação, a Companhia tem como prática a checagem dos sistemas para garantir a funcionalidade, de forma a controlar ou mitigar falhas nos sistemas de operações gerenciais que gerem interrupção e danificação de suas operações.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

Não aplicável.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Não aplicável.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não aplicável.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Não aplicável.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos de mercado

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia ainda não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado para os riscos mencionados no item 4.2, por entender que as práticas, controles e políticas adotadas até mais recentemente eram suficientes para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos aos quais estava exposta em decorrência de suas operações e atividades.

No entanto, tendo em vista as disposições da ICVM nº 552/2014 relativas ao assunto e em atenção às boas práticas de governança corporativa e aos padrões internacionais de gestão de riscos, a Companhia optou por proceder à formalização de uma política de gerenciamento de riscos.

Neste contexto, a Companhia contratou, em fevereiro de 2016, a PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos ("PwC") com o objetivo de auxiliar a Companhia na elaboração de uma política formal de gerenciamento de riscos. O escopo do trabalho envolve o mapeamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a definição de estratégias e políticas de controle para mitigação destes riscos, o desenvolvimento de planos de ação caso estes riscos se materializem e a definição da estrutura organizacional requerida para garantir a efetividade da política de gerenciamento de riscos a ser adotada.

O objetivo das práticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos de mercado, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

A Companhia visa tomar medidas para diminuir os riscos inerentes às variações de taxa de juros. Não estamos expostos à variação cambial, uma vez que não temos dívidas ou títulos a pagar em moeda estrangeira. A companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

O Comitê de Finanças atua em conjunto com a Diretoria Financeira da Companhia no monitoramento de riscos de mercado.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia ainda não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia ainda não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles

A Companhia mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas bom grau de eficiência e segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

- Registro das Operações Financeiras. O registro das operações é efetuado por um sistema integrado de gestão empresarial e planejamento de recurso corporativo transacional, denominado SAP. Este recurso possibilita à Companhia integrar todos os seus dados e processos em um único sistema. Ademais, o monitoramento dos saldos financeiros é realizado diariamente pela área de finanças que é responsável por controlar todas as movimentações financeiras da Companhia e reportar aos Diretores e VP's. A área de Controladoria e Finanças também avalia a razoabilidade dos saldos de todas as movimentações financeiras e, em hipótese de discrepâncias relevantes, justificativas e ajustes são solicitados às respectivas áreas.

Além disso, mensalmente um *checklist* de fechamento contábil é disponibilizado na rede da Companhia para que as áreas envolvidas possam reportar as operações e atividades do mês. A área Contábil realiza o acompanhamento do *checklist* para se assegurar de que todas as atividades de fechamento contábil foram concluídas e que o fechamento contábil do mês pode ser finalizado. Ademais, a área de Controladoria também realiza a análise das variações das contas patrimoniais e de resultado. Todas as variações significativas das contas patrimoniais e de resultado são analisadas para checagem da coerência das justificativas.

- Elaboração das Demonstrações Financeiras. Trimestralmente são elaborados e divulgados os relatórios financeiros da Companhia, conforme regulamentação aplicável. Estes relatórios são elaborados com base no balanço consolidado da Companhia, DRE, DMPL, fluxo de caixa, DVA, notas explicativas e comentário de desempenho/relatório da administração. A versão preliminar dos relatórios financeiros é revisada pelas áreas de Controladoria e Contabilidade, que revisa a razoabilidade

5.3 - Descrição dos controles internos

dos saldos apresentados e das notas explicativas. A revisão é documentada por escrito na versão preliminar e arquivada na Área de Contabilidade.

Por fim, é importante ressaltar que a Companhia está conduzindo um trabalho de mapeamento de processos com o intuito de aprimorar a sua política de controles internos e de gerenciamento de riscos. O escopo deste trabalho também contempla determinar o tamanho da estrutura organizacional requerida para garantir a efetividade da política de controles internos e gerenciamento de riscos a ser adotada.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Conforme descrito no item 5.3 (a) acima, os controles internos relativos às demonstrações financeiras da Companhia são feitos de forma integrada entre várias áreas e departamentos da Companhia.

- Conselho de Administração. Como um dos principais componentes do sistema de governança corporativa, o Conselho de Administração toma decisões conforme interesses da Companhia, os quais são expressados mediante deliberação e voto da maioria dos Conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na Administração da Raia Drogasil.
- Comitê de Finanças. É função do Comitê de Financeiro orientar o Conselho de Administração na estratégia financeira da Companhia bem como na identificação de riscos e na elaboração de estratégias e políticas para a mitigação destes.
- Diretoria. Cabe ao diretor-presidente e vice-presidentes a responsabilidade pela gestão da Companhia e a coordenação dos demais diretores, incluindo a execução das diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração e a prestação de contas a este órgão. O diretor-presidente, os vice-presidentes e os diretores estabelecem um relacionamento transparente com as partes interessadas, prestando aos envolvidos as informações de seu interesse, zelar pelo cumprimento do código de conduta.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração

A Companhia não conta atualmente com uma área dedicada à gestão de riscos, no entanto, possui um reporte periódico em relação aos riscos incorridos por parte dos administradores ao Comitê de Finanças e também ao Conselho, quando aplicável. A Companhia está desenvolvendo atualmente um trabalho com o intuito de formalizar estratégias e políticas e para a atribuição de responsabilidades. O escopo deste trabalho também contempla determinar o tamanho da estrutura organizacional necessária para tal.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório de auditoria relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram detectadas deficiências sobre o ambiente de controles internos, algumas delas classificadas como significativas pelo auditor independente, conforme detalhado no anexo A.

5.3 - Descrição dos controles internos

Todas as deficiências foram avaliadas e comentadas pela administração da Raia Drogasil, bem como as devidas providências para corrigi-las estão sendo adotadas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Companhia vem trabalhando para implementar ações relacionadas ao contínuo aprimoramento dos seus controles internos com o intuito de corrigir as deficiências apontadas pelo auditor independente, bem como para reduzir o número de ocorrências futuras. No Anexo A temos um detalhamento das providências que foram ou estão sendo tomadas para a correção das deficiências apontadas.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia acreditam que as estruturas organizacionais, os procedimentos e as ações descritas anteriormente, juntamente com o sistema de elaboração das demonstrações financeiras, são suficientes para assegurar a precisão e a confiabilidade dos relatórios financeiros.

5.3 - Descrição dos controles internos

Anexo A
Deficiências Significativas (DS)

Classificação		Sequencial	Observação	Possível impacto	Recomendação	Benefício da recomendação	Comentário e plano de ação da administração
2014	2015						
N/A	DS	1	Lançamentos contábeis Identificamos lançamentos contábeis efetuados no módulo contábil do SAP efetuados por usuário que não faz parte do quadro de colaboradores da Raia Drogasil desde 07/10/2014.	A ausência de bloqueio de login de colaboradores desligados da Companhia pode impactar na existência de lançamentos inadequados e/ou não autorizados.	Recomendamos que a administração efetue análise periódica dos usuários que possuem acessos para inserção e modificação de informações no sistema SAP.	A revisão de acessos auxiliará na aderência das políticas da Companhia e prevenirá a existência de lançamentos contábeis não autorizados que possam causar impactos significativos nas demonstrações financeiras.	Não temos conhecimento de usuários que possam acessar login de outros usuários eventualmente desligados da empresa, inclusive temos uma política quanto ao bloqueio de usuários demitidos. A administração entrará em contato com a área de T.I. para que monitorem e bloqueiem eventuais usuários desligados, e que possam garantir que este controle esteja compartilhado com o Recursos Humanos.
N/A	DS	2	Política de provisão para créditos de liquidação duvidosa Observamos que a Companhia não possui política formalizada e aprovada para a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.	A ausência de formalização da política de PCLD pode impactar em inconsistências nas premissas utilizadas para cálculo da estimativa contábil, bem como apresentar diferenças na	Recomendamos que a Companhia efetue a formalização das políticas, critérios e premissas utilizadas para provisão de créditos de liquidação duvidosa.	Consistência na constituição das provisões ao longo dos períodos, bem como garantir a adequada apresentação das demonstrações financeiras, quanto à realização de ativos	O procedimento será formalizado em 2016.

5.3 - Descrição dos controles internos

N/A	DS	3	Contratação de serviços com pessoa jurídica No decorrer de suas atividades, a Raia Drogasil contrata profissionais especializados para atuação em atividades específicas, tanto empregados de outras empresas prestadoras de serviços quanto profissionais autônomos com emissão de notas fiscais fornecidas por esses colaboradores através de empresas individuais constituídas pelos mesmos. Não identificamos a existência de controles para avaliação dos riscos de contratação desses profissionais, especialmente quanto à presença de eventual subordinação às normas das empresas, habitualidade e dependência econômica, o que poderia caracterizar como empregados em essência nos termos das legislações previdenciária e trabalhista.	comparabilidade dos saldos nas demonstrações financeiras.	Recomendamos à Companhia que implemente controles para a avaliação de risco nas contratações de serviços bem como para a coleta de documentação suporte que confirme a condição de prestador de serviço autônomo. Alternativamente, e se for o caso de se caracterizar empregado em essência, considerar a possibilidade de alterar a forma de contratação do profissional.	da Companhia.	Evitar possíveis questionamentos fiscais e de natureza trabalhista	Estamos tratando internamente com as áreas envolvidas, de modo a implementar procedimentos mais robustos de forma a identificar possíveis situações de riscos no decorrer das atividades e contratações, bem como na coleta de documentação suporte adequada que evidencie a descaracterização de qualquer vínculo empregatício.
-----	----	---	--	---	--	---------------	---	---

5.3 - Descrição dos controles internos

N/A	DS	4	Ausência de uma estrutura formal de governança corporativa Durante os trabalhos realizados na Raia Drogasil, verificamos que atualmente a companhia não possui estrutura constituída e formal de Governança Corporativa responsável: Pela estrutura corporativa e cultura organizacional associada à implementação, manutenção e constante aprimoramento do ambiente de controles internos, constituindo situação permanente e contínua, em todas as áreas da empresa, na redução dos riscos e aumento da eficácia dos processos. Em constituir e implementar política sobre gerenciamento de riscos e adoção formal de controles internos, envolvendo diretores, gerentes e funcionários, com a finalidade de prover razoável garantia quanto à realização dos objetivos específicos da empresa; alinhamento das ações ao direcionamento estratégico; conceder efetividade e eficiência às operações; obter confiabilidade no processo de comunicação por meio das demonstrações contábeis; e assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.	Ausência de padronização dos processos e controles da Raia Drogasil, desconhecimento ou descumprimento dos papéis e responsabilidades dos profissionais da companhia, aumento de risco de erros intencionais ou não intencionais, gerando impacto direto ou indireto nas demonstrações financeiras.	Recomendamos que seja implementada estrutura de controles internos e auditoria interna sob as devidas estruturas organizacionais assegurando assim a melhoria do ambiente e cultura de controles da Raia Drogasil. Também recomendamos que sejam implementadas e tempestivamente divulgadas políticas, normas e procedimentos que definam os padrões desejados e regras que deverão ser aplicadas para a execução das atividades e controles internos da companhia.	Maior transparência e clareza na definição dos papéis e responsabilidades, bem como maior confiabilidade sobre os processos da Raia Drogasil e seus registros apresentados nas demonstrações financeiras.	A partir de 2016 a Companhia iniciará uma consultoria conduzida pela PWC, para mapear, identificar e formalizar as eventuais falhas e os pontos que possam ser melhorados e formalizados com relação aos seus controles internos e políticas de gerenciamento de riscos.
N/A	DS	5	Fragilidade no processo de lançamentos contábeis manuais Durante os trabalhos realizados na Raia Drogasil, verificamos junto à Administração, que atualmente não existem procedimentos formais que assegurem que lançamentos contábeis registrados manualmente no sistema SAP sejam devidamente aprovados e revisados por pessoa independente.	Existência de registros financeiros em contas contábeis e montantes indevidos ou não autorizados, gerando impacto direto na acurácia das demonstrações financeiras.	Recomendamos que seja implementado controle que previna a execução de lançamentos manuais sem a adequada revisão e aprovação por profissional independente.	Maior confiabilidade sobre os saldos apresentados nas demonstrações financeiras.	Os lançamentos contábeis manuais são realizados por profissionais capacitados e formados em Ciências Contábeis, quando surge a necessidade de reclassificação, rateio e provisão a área solicitante envia ao Departamento Contábil e-mail formal solicitando.

5.3 - Descrição dos controles internos

N/A	DS	6	Fragilidade no processo de abertura e amamento de períodos contábeis Durante os trabalhos realizados na Raia Drogasil, verificamos junto a Administração que a abertura, reabertura ou fechamento dos períodos contábeis deveria ser restrita aos 3 funcionários da área contábil. Por meio de testes de detalhes no sistema SAP no processo de Tecnologia (scripts ACE), identificamos algumas inconsistências, a saber: Número excessivo de acessos Verificamos que para a transação de abertura e fechamento de períodos contábeis (transação OB52), existem 23 usuários com acesso ativo: – 2 usuários da área de Auditoria – 8 usuários da área de Contabilidade (Custos, Societário, Controladoria) – 2 usuários da área de Controles de vendas – 1 usuário da empresa terceira Delloite – 3 usuários do depto financeiro – 4 usuários do planejamento financeiro e corporativo	Existência de registros financeiros em contas contábeis e montantes devidos ou não autorizados, gerando impacto direto na acurácia das demonstrações Financeiras.	Recomendamos que o acesso à abertura e fechamento de períodos seja restrita os profissionais de maior escalão dentro o departamento contábil, profissionais estes que não deverão ser responsáveis pela execução de lançamentos manuais, segurando assim a adequada segregação e funções.	Maior confiabilidade sobre os saldos apresentados nas demonstrações financeiras.	Nesse momento avaliamos a procedência e se de fato o pedido condiz com lançamentos realizados indevidamente que necessitam de reclassificação ou a impossibilidade da área de realizar rateio no registro original por conta de travas do sistema SAP. Por último, as provisões são enviadas por e-mail com formulário padrão assinado pelos responsáveis da área solicitante. Com relação a esse item não tínhamos conhecimento que 24 usuários possuíam acesso a transação OOB52 (abertura e fechamento de período contábil), após tomarmos conhecimento pelos auditores, encaminhamos ao Depto de TI e-mail solicitando a restrição aos usuários que não fazem parte das pessoas habilitadas a esse procedimento. Os acessos de abertura e fechamento de períodos são necessários para melhor controle dos lançamentos.
-----	----	---	---	---	---	--	---

5.3 - Descrição dos controles internos

		- 3 usuários de TI.					efetivados nos últimos dias de fechamento e quando há a necessidade de extrair relatórios do sistema SAP (Balanço/Balancete), isso justifica o número excessivo de cessas
N/A	DS	7	Elevado número de utilizações Verificamos que nos últimos 3 meses a quantidade de acessos realizados pela transação OB52 apresentou-se excessivo, resultando em 625 acessos. Conflito de funções Adicionalmente, verificamos que os usuários nos quais possuem acesso a transação OB52, apresentam conflitos de segregação de função - além do acesso a abertura, reabertura ou fechamento dos períodos contábeis, estes podem realizar lançamentos contábeis manuais. Para detalhamento dos acessos, fui enviada relação de usuários em excel na sheet "Avaliação transação OB52"	Alteração incorreta ou não autorizada dos registros de horas dos profissionais, gerando o risco de fraude e pagamentos indevidos à colaboradores.	Recomendamos que o acesso ao ajuste do apontamento de horas seja restrita aos profissionais definidos pela área de Administração de Pessoal.	Adequada segregação de funções e redução do risco de alteração indevida dos registros de pontos dos profissionais.	A administração realizou os devidos ajustes na base de dados. Está em desenvolvimento um auditor para sinalizar quando houver qualquer funcionário que não seja gestor, vinculados aos grupos de usuários com permissão ao apontamento de horas Adicionalmente, a administração revisou todas as permissões do cadastro de usuários, somente a área de Processos e Melhorias tem permissão para alteração de grupo de usuários.
N/A	DS	8	Ausência de aprovação após alteração de pedido de compras	Alteração incorreta ou não autorizada dos	Recomendamos que toda alteração com	Maior confiabilidade sobre as despesas	Houve uma falha pontual no processo,

5.3 - Descrição dos controles internos

			Durante os trabalhos realizados na raia Drogasil, verificamos que para o pedido "4500533193" no valor de R\$ 1.802,80 para o item PTM-MATERIAIS ELETRICOS (código Saphira: X0002911 e código SAP: 3000317) avaliado durante teste identificamos que houve aprovação no sistema Saphira por 1) Gerente Compras Indiretas e 2) Gerente de Eng. Expansão e enviado ao sistema S.AP. Posteriormente, este mesmo pedido teve seu valor alterado diretamente no sistema SAP para R\$ 21.402,00, ou seja, valor superior ao aprovado anteriormente no sistema Saphira, fazendo-o mudar de categoria de aprovação: Pedidos de R\$0,01 até R\$20.000,00 devem ser aprovados por: 1) gerente de compras, 2) coordenador requisitante, 3) gerente da área requisitante Pedidos de R\$ 20.000,01 a R\$100.000,00 devem ser aprovados por: 1) gerente de compras, 2) diretor de compras, 3) gerente do requisitante 4) diretor do requisitante Como a aprovação é realizada no sistema Saphira, não foi acionado novo workflow de provação e, portanto concluímos que o nível de aprovação para a compra não foi o adequado. A alteração de valores diretamente no sistema SAP sem o fluxo de aprovação definido no ERP aumenta o risco de que compras sejam realizadas em montantes não aprovados pelos gestores, consequentemente influenciando os valores definidos em orçamentos gerenciais e aumentando o risco de fraude nas compras, com perdas financeiras para a companhia. Alterações manuais realizadas diretamente na tabela BSEG do sistema SAP	pedidos de compras, gerando o risco de fraude e pagamentos indevidos a fornecedores.	potencial impacto financeiro em pedidos de compras seja submetida a nova aprovação por meio de workflow sistêmico.	incorridas pelo processo de compras, como sobre os consequentes saldos apresentados nas demonstrações financeiras.	Mas diante dos documentos apresentados não há risco de fraude nas compras ou perdas financeiras para companhia, pois o valor pago ao fornecedor está de acordo com a nota fiscal.
N/A	DS	9	Existência de registros financeiros em contas contábeis e montantes indevidos ou não	Recomendamos que o acesso às tabelas de produção do SAP sejam restritos e	Maior confiabilidade sobre os saldos apresentados nas demonstrações	Com relação as análises de acessos e alterações feitas por usuários associados	

5.3 - Descrição dos controles internos

			Durante os trabalhos realizados na Raia Drogasil identificamos que ocorreram alterações diretas na tabela padrão “BSEG” do Sistema SAP (Registros gerais de contabilidade) com potencial impacto sobre as informações e registros do exercício de 2015. As alterações foram realizadas por usuário que corresponde à um consultor externo que presta suporte ao departamento de Apoio Administrativo. O departamento de Apoio Administrativo é o responsável pela gestão de aluguéis e contratos. Verificamos que não existiram alterações ou acesso direto à tabela BSEG por outros usuários. A tabela BSEG é uma das principais tabelas do sistema SAP e armazena informações dos dados contábeis com diversas tabelas dependentes. Ou seja, uma alteração indevida pode comprometer o funcionamento correto do sistema. Lançamentos contábeis realizados por este usuário diretamente nas tabelas do sistema SAP: verificamos que foram realizados lançamentos manuais, nas seguintes contas: 213124 – Tributos a Recolher – I.R.R.F./Aluguéis de Imóveis a Pagar e 421103 – V Locação – Imóveis Comerciais PJ. Outras tabelas com dados alterados pelo usuário: estendemos nossa avaliação para todos os acessos realizados por esse usuário e identificamos que as seguintes tabelas também foram alteradas, vide detalhamento: JEST Status individual por objeto 50, BSEG Itens de documentos gerais de FI31, BSIK Itens de partidas em aberto de fornecedores 21, VITMPY Informação de regra de postagem 11, TIVCDFLOWTYPE Fluxo de contrato imobiliário 5, VICDCOND contrato imobiliário 5, VICDCFPAY Informação de condição 5, VICDCFPAY Fluxo de caixa de pagamento relacionado 4, VICNCN Informação de contrato imobiliário 4, T012 Bancos de empresa 3, BUT000 Parceiro de negócio 2, GB01 Tabela de substituição 2, T001D Validação de documentos contábeis 2,	monitorados, assegurando que não hajam mudanças incorretas ou não autorizadas.	financeiras.	com projeto RE, ocorreram em função de ajustes necessários por estarmos no primeiro ano de implementação. As alterações foram acompanhadas sempre pela minha equipe e foram pontuais para ajustar algum problema identificado, pois temos vários tipos de contratos e formas de pagamento que vem sendo avaliados e ajustados durante todo esse período. Nenhuma dessas alterações foram realizadas para alterar ou incluir contratos, os quais são previamente aprovados pela minha equipe e pelo departamento jurídico por ser uma despesa relevante em nosso negócio todas as variações que estejam fora da normalidade são analisadas e justificadas.
--	--	--	--	---	---------------------	--

				VIAIRECORD Registro de ajustes 2, VISRRREPORT Relatório de vendas 2, BUT100		
--	--	--	--	--	--	--

5.3 - Descrição dos controles internos

N/A	DS	10	Roles de parceiro de negócio 1, T059FB Fórmulas para cálculo de IRF (nova funcionalidade) 1, T059Z Código IRF (imposto retido na fonte – funcionalidade ampliada) 1, TIV/26 Tipo de contrato imobiliário 1, VIAJOBINDEX Objeto de Contrato /Aluguel 1, VIAJRECINDEX Registro de ajustes INDEX 1, VIAJRULE Ajuste de regra e contrato/aluguel 1, VIAJSPECINDEX Ajuste de método INDEX em objeto de contrato/aluguel 1, VIAJTERM Ajuste de termo em objeto de contrato/aluguel 1, VIBDBU Informação de propriedade (building) 1, VITMTERM Informação de termo 1 e ZDRTRE008 "Sem descrição" 1. Fragilidades no processo de aprovação registro de Acordos Comerciais tempestivamente, antes da ocorrência de prestação de serviço Durante trabalhos realizados na Raia Drogasil constatamos junto a Administração que a efetivação/ operacionalização das atividades relacionadas a Acordos Comerciais negociadas junto aos fornecedores (Exposição e/ou Oferta e/ou Bonificações e/ou Outros), pode ser realizada antes da celebração (assinatura) Acordo Comercial, firmado junto ao fornecedor. Desta forma, valores, regras e produtos oriundos da negociação podem ser refletidos em lojas e sistemas da companhia antes do aceite Formal do Fornecedor, Gerente e Diretor da área de Compras da Raia Drogasil. Verificamos ainda junto a área de GC (Gerenciamentos de Categorias) que, devido ao não recebimento do Acordo assinado de maneira tempestiva, os valores de vendas podem não ser enviados ou registrados pela área Comercial e consequentemente não cobrados do fornecedor. Pelo fato do processo ser altamente manual e dependente de pessoas de diferentes departamentos da companhia, o manuseio das planilhas utilizadas no controle podem causar i)	Inclusão incorreta ou não autorizada dos acordos comerciais, gerando o risco de fraude e perda financeira.	Recomendamos que seja implementado controle preventivo que assegure assinatura formal do acordo comercial seja efetivado o registro do acordo no sistema corporativo e consequente prestação do serviço.	Asseguração de acordo formal entre as partes antes da efetivação dos acordos comerciais e prestação dos serviços.	Em função do processo burocrático de assinatura dos acordos por parte dos fornecedores, foi instituído a efetivação antecipada dos acordos sem a assinatura. No entanto, antes de ser realizada a contabilidade do mês, a área financeira garante que todos os acordos tenham sido assinados, caso tenha algum que não tenha assinatura do fornecedor, este acordo é excluído do resultado do mês de competência.
-----	----	----	--	---	---	--	--

5.3 - Descrição dos controles internos

N/A	DS	11	inconsistências nas análises de cobrança ao fornecedor e ii) risco de prevenção indevida de serviços sem o devido recebimento. Fragilidade nos processos de alteração de alteração de títulos de Contas a Pagar Durante trabalhos realizados na Raia Drogasil verificamos junto a Administração a ausência de controles que assegurem que alterações nos títulos de contas a pagar apenas sejam realizados mediante autorização formal e independente, a saber: - Possibilidade de alteração de data de vencimento (antecipação ou prorrogação) sem revisão formal e independente, - Possibilidade de associação manual de títulos de Contas a pagar a boletos bancários (arquivo xml DDA) incorretos, sem revisão formal e independente, com risco de associação indevida. Tais vulnerabilidades expõe a companhia a riscos de não conformidade relacionados ao não pagamento tempestivo junto a fornecedores indevidos.	Alterações incorretas ou não autorizadas dos títulos de contas a pagar, gerando risco de fraude e pagamentos indevidos.	Recomendamos que seja implementado controle preventivo que assegure a adequada segregação de função entre elaborador e aprovador de alterações nos títulos de contas a pagar.	Maior confiabilidade sobre os pagamentos efetuados pela companhia, bem como sobre os consequentes saldos apresentados nas demonstrações financeiras.	A administração entende que trata-se de uma fragilidade sistêmica e que já solicitou bloqueio para este tipo de alteração junto ao departamento de Tecnologia.
N/A	DS	12	Fragilidades no processo de registro e compensação de títulos de Acordos Comerciais a pagar Durante trabalhos realizados na Raia Drogasil identificamos ausência de controles que assegurem que negociações realizadas pelo departamento Comercial junto aos fornecedores para pagamento de Acordos Comerciais por meio de Pedido/Nota fiscal bonificada (*que pode ser abatimento de vendas do mesmo fornecedor) <u>sejam</u> formalmente aprovados e registrados de maneira adequada no sistema SAP por pessoa independente. Atualmente tanto o registro da negociação quanto a compensação de títulos por	Inclusão ou alteração incorretos ou não autorizada de acordos comerciais, gerando o risco de fraude e pagamento indevidos à fornecedores.	Recomendamos que seja implementado controle preventivo que assegure a adequada segregação de função entre elaborador e aprovador de acordos comerciais.	Maior confiabilidade sobre os benefícios gerados pelo processo de acordo comercial, bem como sobre os consequentes saldos apresentados nas demonstrações financeiras.	Atualmente não é possível ter este controle pela área financeira, pois o financeiro não detém os detalhes para validar tal processo. O que pode ser feito é a criação de um processo de interação e cooperação entre as áreas, de modo que gere a informação necessária para aprovação e revisão independente do financeiro. Então proponho a mudança para garantir esta independência.

5.3 - Descrição dos controles internos

N/A	DS	13	bonificação é realizada manualmente no sistema SAP, mediante solicitação da área Comercial, sem a existência de revisões independentes, sendo o processo altamente dependente de pessoas entre os departamentos Comercial e Financeiro. Ausência de monitoramento sobre a abertura e manutenção do mandante e produção do sistema SAP Por meio de inspeção verificamos que atualmente a Cia não está com o log para registro de abertura e manutenção do ambiente de produção ativo (configuração "rec/client" sem valor definido). A ausência de monitoramento/controle sobre as manutenções que são realizadas no ambiente de produção, o que aumenta o risco de alterações indevidas e/ou não autorizadas. No dia 07/10/15 verificamos que mandante de produção do sistema SAP foi aberto para manutenção direta em produção. No entanto, não foi disponibilizado a documentação de análise, validação e aprovação.	Alterações no ambiente de produção indevidas ou não autorizadas, gerando impacto direto nas demonstrações financeiras.	Recomendamos que seja implementado controle que previna a execução de manutenções diretamente em produção sem a adequada revisão e aprovação por profissional independente.	Maior confiabilidade sobre os saldos apresentados nas demonstrações financeiras. O fato exemplo foi motivado por solicitação emergencial da Deloitte para corrigir processo da produção. Novos computadores com mais poder de processamento estão sendo instalados para permitir a ativação da monitoração do SAP, desta forma a performance do sistema e os tempos de fechamentos contábeis da Raia Drogasil não serão afetados por esta ativação.	
N/A	DS (TAX)	14	Distribuição de produtos de marca própria - tributação do ICMS-ST A Raia Drogasil opera com a comercialização de produtos de marca própria. Conforme informações obtidas, nessa operação ocorre a aquisição dos produtos de marca própria perante o fornecedor industrial, cabendo destacar que os produtos industrializados apresentam formulação idêntica ou similar àqueles que são fornecidos a outras empresas concorrentes. Os procedimentos adotados podem apresentar riscos de contingência fiscal relacionada ao ICMS, tendo em vista que as autoridades fiscais determinam que em operação dessa natureza o	Não obstante, considerando a existência de Protocolo ICMS celebrados entre vários Estados estabelecendo às operações interestaduais os mesmos procedimentos já previstos na Portaria CAT no 95/2013, ao nosso ver, o procedimento adotado apresenta risco de questionamentos	Trata-se de questão complexa inclusive submetida à apreciação dos assessores jurídicos da empresa os quais se posicionaram no sentido que em embora haja argumentos para adoção dos procedimentos atualmente adotados os mesmos devem ser precedidos por ação judicial.	A Companhia estará amparada em caso de questionamentos pelas autoridades fiscais competentes. Os riscos envolvidos nessa operação são de conhecimento da alta administração da Raia Drogasil que, além de envolver uma distribuidora independente, submeteram a presente questão à apreciação de seus assessores jurídicos que se posicionaram no sentido que "não há dúvida sobre a exigência, pelas	

5.3 - Descrição dos controles internos

		cálculo e retenção do ICMS-ST deve ser realizado considerando a aplicação da MVA equivalente a 177,79% (segundo informações recebidas, tal MVA era observada até 2014, sendo que a partir de 2015 o procedimento teria sido alterado).	fiscais, podendo a empresa vir a ser compelida ao recolhimento complementar do ICMS-ST, acrescido de juros e multa.	Reavaliar juntamente com os assessores jurídicos os procedimentos atualmente adotados, levando em consideração o atual cenário e a perspectiva do crescimento da operação para os próximos anos.		autoridades fiscais, da ICMS-ST com a utilização do IVA-ST majorado, dado que a Raia Drogasil será a adquirente exclusiva de produtos de mesma padronagem ou marca de determinado fabricante (...)”
--	--	---	--	---	--	--

5.4 - Alterações significativas

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações nos principais riscos de mercado e no monitoramento de riscos adotados pela Companhia. Não há expectativa de redução ou aumento significativo na exposição a riscos por parte do emissor.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	28/03/1935
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

A trajetória de duas empresas centenárias que trilharam o mesmo caminho de sucesso, marcado pela ética e excelência no atendimento oferecido aos clientes.

RAIA 1905: O farmacêutico João Batista Raia inaugura, em Araraquara (SP), a primeira unidade da Pharmacia Raia.

DROGASIL 1935: A empresa surge a partir da fusão de dois pequenos grupos de farmácias do Estado de São Paulo: Drogaria Bráulio e Drogaria Brasil.

RAIA 1937: Com a expansão para outras cidades, a Raia torna-se uma rede, com lojas em Araraquara, Araçatuba e Piracicaba (SP).

DROGASIL 1937: Com a incorporação de outras cinco drogarias tradicionais, a Drogasil é criada, já com o conceito de rede.

RAIA 1966: Dez anos após a morte do fundador, seu genro Arturo Pipponzi consolida o controle a gestão da empresa.

DROGASIL 1977: A empresa abre seu capital, tornando-se a primeira do varejo farmacêutico a integrar a Bolsa de Valores de São Paulo.

DROGASIL 1994: É iniciado um processo de reengenharia, com a adoção de novo layout nas lojas, processos de TI e gestão de pessoas, que culminou na nova Rede Drogasil, mais eficiente e moderna.

RAIA 2005: A empresa completa 100 anos, com 135 filiais em quatro estados, 70 mil clientes atendidos e 6 milhões de produtos vendidos por mês.

DROGASIL 2007: Drogasil faz uma oferta de ações e ingressa no Novo Mercado da Bovespa.

RAIA 2008: Com a entrada dos fundos de private equity PRAGMA e GAVEA, a Raia fortalece sua governança corporativa e sua capacidade de investimento.

RAIA 2010: Droga Raia faz a sua oferta pública de ações (IPO) e ingressa no Novo Mercado, segmento que inclui as empresas com o mais elevado nível de governança corporativa da Bovespa.

DROGASIL 2010: A empresa completa 75 anos, com 300 lojas e presença em cinco estados brasileiros.

2011: Drogasil e Droga Raia anunciam a fusão de suas operações, que culminou com a criação da Raia Drogasil, a maior rede de farmácias do Brasil em número de lojas e faturamento.

2012: Criação da nova identidade corporativa da Raia Drogasil e mudança de todos os funcionários da matriz para uma sede única, no Butantã, em São Paulo. Incorporação

6.3 - Breve histórico

da Raia S.A e criação de uma única empresa pronta para seguir o processo de integração e sinergia.

2014: Conclusão do upgrade na plataforma proprietária de varejo e unificação total dos sistemas corporativos em 28 de fevereiro (integração de toda a malha logística e da disponibilização de diversas funcionalidades avançadas e proprietárias para precificação, promoções, gestão de estoques e CRM, entre outras, que passam a ser compartilhadas entre todas as lojas e bandeiras).

2015: Entrada no segmento de Especialidades através da Aquisição do controle da 4Bio, a segunda maior varejista de medicamentos especiais do Brasil.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de elaboração deste formulário, não há pedido de falência, fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Líder do mercado brasileiro de drogarias em faturamento (R\$ 9,4 bilhões) e número de lojas (1.235 unidades), segundo ranking da Abrafarma, a Raia Drogasil foi criada em 2011 como um dos dez maiores grupos varejistas do Brasil, a partir da fusão de iguais entre Raia S.A. e Drogasil S.A.

A empresa adota um modelo de negócio diferenciado, com duas marcas líderes (Droga Raia e Drogasil), que atuam de forma independente, com suas qualidades complementares e formatos de lojas específicos.

Com participação de mercado nacional de 10,3% e forte potencial de crescimento, a Raia Drogasil atua em 18 estados que, juntos, representam 89% do mercado consumidor farmacêutico brasileiro: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Possui estrutura logística descentralizada e opera por meio de sete centros de distribuição, localizados em cinco estados – SP (São Paulo, Embu das Artes e Ribeirão Preto), MG (Contagem), PR (São José dos Pinhais), GO (Aparecida) e RJ (Barra Mansa) – que totalizam mais de 68 mil m² de capacidade de armazenamento e garantem agilidade no abastecimento das lojas.

Para atender às diferentes demandas dos consumidores na compra de medicamentos e produtos de higiene e beleza, a Raia Drogasil conta ainda com uma estrutura de vendas multicanal que, além das lojas físicas, é formada pelos sites (www.drogaraia.com.br e www.drogasil.com.br) e televendas para cada uma das marcas. A empresa também atua no segmento de vendas corporativas, com o Cartão Benefício Farmácia, serviço em que foi pioneira ao garantir aos funcionários de empresas parceiras acesso fácil a produtos e vantagens nas lojas da rede.

Com uma combinação única de escala, eficiência operacional e capacidade de crescimento, a Raia Drogasil destaca-se por investir no desenvolvimento sustentável do negócio, buscando gerar valor para os seus acionistas e para a sociedade. Para isso, adota uma postura ética e transparente com todos os seus públicos de relacionamento, investe no desenvolvimento e na qualificação de mais de 26 mil funcionários e busca envolver e mobilizar parceiros de negócios e clientes para promover saúde e bem-estar nas comunidades onde atua.

CRENÇA, MISSÃO E VALORES

Definir a essência da nova companhia, que surgiu a partir da fusão entre Droga Raia e Drogasil. Este foi o ponto de partida para a criação de uma identidade própria para a Raia Drogasil e que resultou na definição de um novo jeito de ser da empresa, formada pela Crença, Missão e Valores – que passam a orientar o seu dia a dia e traçar o mesmo norte para todos os funcionários.

CRENÇA

Farmácia é Saúde e Beleza para toda a vida.

A crença de uma organização representa aquilo em que ela acredita e, no caso da Raia Drogasil, é também o elo em comum que une as duas marcas que deram origem à empresa, reforçando suas raízes e o negócio em que atuam: FARMÁCIA. Um lugar onde os clientes encontram produtos e orientações para cuidar de sua SAÚDE E BELEZA, a partir de uma relação que vai sendo construída dia após dia, passando pelas diversas fases da vida e permanecendo PARA TODA A VIDA.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

MISSÃO

Construir relacionamentos de confiança todos os dias, por meio da excelência em EXECUÇÃO e ATENDIMENTO, gerando oportunidades de crescimento para os funcionários e resultados sustentáveis para a empresa.

VALORES

Ética – fazer o que sabemos ser o certo, de forma transparente e com honestidade, seja qual for a situação.

Empreendedorismo – cuidar do negócio como se fosse o dono, se comprometer e procurar fazer sempre o melhor.

Empatia – se colocar no lugar do outro, compreendê-lo e tratá-lo como ele gostaria de ser tratado, seja ele o cliente ou colega de equipe.

De bem com a vida – ser positivo ao encarar a vida. É ver oportunidade nos desafios. É manter a alegria e o entusiasmo no dia a dia.

Simplicidade – ser natural, espontâneo, acessível e nada complicado, assim como é o negócio da empresa.

Inovação – ter uma inquietação constante para fazer melhor, propor mudanças e soluções que aperfeiçoem nossos processos e serviços e trazer resultado.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Raia Drogasil S.A., sediada na capital de São Paulo, tem como principal atividade o comércio varejista de produtos farmacêuticos e cosméticos, dentre eles Medicamentos de Marca, Medicamentos Genéricos, Medicamentos OTC, produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Dermocosméticos.

Em 2015 comercializamos aproximadamente 38,7 milhões de unidades por mês e atendemos cerca de 13,7 milhões de clientes por mês, no mercado em que atuamos.

Agregamos às nossas atividades uma grande variedade de serviços que contribuem para aumentar o fluxo de clientes em nossas lojas. Assim, além da venda de produtos farmacêuticos e cosméticos, também oferecemos em nossas lojas: (i) espaços especiais voltados para o atendimento à beleza; (ii) convênios com empresas para a compra de produtos por seus colaboradores e pagamento por meio de desconto em folha de pagamento; (iii) convênio com o Ministério da Saúde para a venda de medicamentos com preços subsidiados (por meio do programa "Farmácia Popular"); (iv) convênios com os principais PBMs ("Pharmacy Benefit Management") existentes no Brasil; e (v) programas de fidelização de clientes. No âmbito técnico, oferecemos o atendimento e a consultoria de farmacêuticos em todas as lojas da nossa rede.

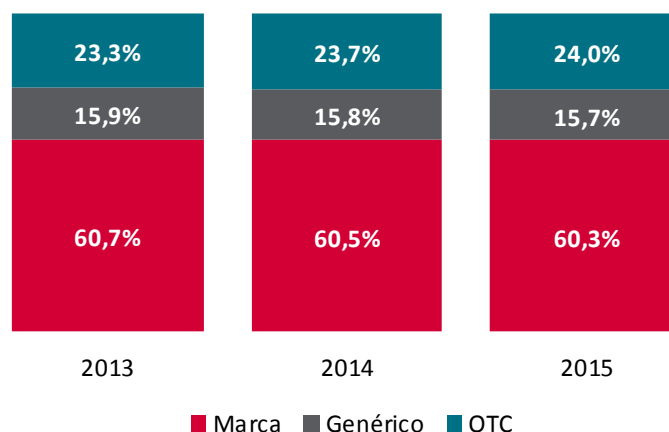
Vendemos nossos produtos diretamente aos consumidores finais, por meio das nossas lojas varejistas, oferecendo aos nossos clientes um diversificado portfólio composto por mais de 12,6 mil itens adquiridos de nossos fornecedores.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida

Nossa receita é proveniente, exclusivamente, da comercialização em nossas lojas de Medicamentos de Marca, Medicamentos Genéricos, Produtos OTC e Não-Medicamentos.

A composição de nossas vendas de medicamentos nos anos de 2015, 2014, 2013 e é apresentada no gráfico abaixo.

Composição da Venda de Medicamentos (% do total de medicamentos)



7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Medicamentos de Marca

Classificamos nesta categoria todos os medicamentos sujeitos à prescrição médica, identificados por meio de marca comercial. Eles se subdividem em (i) Medicamentos de Referência, que são produtos inovadores cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente, por ocasião do registro, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou Anvisa, após anos de pesquisa; e (ii) Medicamentos Similares, que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos e a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica do respectivo Medicamento de Referência. Os Medicamentos Similares também são identificados por meio de marca comercial e, assim como os Medicamentos Genéricos, só podem ser produzidos e comercializados após expiração ou renúncia da proteção patentária do respectivo Medicamento de Referência. Os medicamentos com marca comercial que sejam isentos de prescrição médicas são por nós classificados como Produtos OTC.

Dentre os produtos que comercializamos, os Medicamentos de Marca representam parcelas significativas de nossa receita bruta de vendas, tendo sido responsáveis por 43,8% em 2015, 44,1% em 2014, 44,4% em 2013. Nossos principais fornecedores de Medicamentos de Marca são Aché, Novartis e Pfizer.

Medicamentos Genéricos

Classificamos nesta rubrica os medicamentos sujeitos ou não à prescrição médica que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos e apresentam a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica, do respectivo Medicamento de Referência ou OTC. Os Medicamentos Genéricos são designados pelo nome do princípio ativo, podendo ser prescritos alternativamente aos Medicamentos de Referência ou substituídos no momento da dispensação farmacêutica. A referida substituição no próprio ponto de venda é legalmente permitida. Eles só podem ser produzidos e comercializados após a expiração ou renúncia da sua proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade do Medicamento de Referência ou OTC, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade por meio de testes de Bioequivalência e Biodisponibilidade, nos quais a sua composição e sua absorção pelo organismo são comparadas às do respectivo Medicamento de Referência ou OTC. Os Medicamentos Genéricos não possuem marca comercial, mas apenas o nome da substância associado no rótulo e na embalagem ao nome do laboratório que o comercializa.

Os Medicamentos Genéricos representaram 11,4% da nossa receita bruta de vendas em 2015, 11,5% em 2014 e 11,7% em 2013. Nossos principais fornecedores de Medicamentos Genéricos são EMS, Medley e Eurofarma.

A introdução dos Medicamentos Genéricos no Brasil, em 2000, nos ofereceu uma importante oportunidade para o crescimento do nosso volume de vendas e receita, uma vez que ampliou significativamente o mercado consumidor de medicamentos no Brasil, principalmente, na parcela da população de baixa renda. Acreditamos que os Medicamentos Genéricos representarão uma parcela maior na composição de nossas vendas no longo prazo, em linha com a tendência do mercado farmacêutico brasileiro e mundial, bem como propiciará aumento nas margens líquidas praticadas.

Medicamentos OTC (Medicamentos isentos de prescrição médica)

São Medicamentos Over the Counter (OTC), tanto de Marca como Genéricos, e produtos de saúde e bem estar que possuem venda livre, ou seja, isenta de prescrição médica. Eles geralmente se destinam ao

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

tratamento de condições agudas fáceis de serem autodiagnosticadas, tais como remédios para dor, gripe, tosse, febre e resfriado, antiácidos, vitaminas, produtos fitoterápicos, produtos para visão, equipamentos de saúde, primeiros socorros e produtos nutricionais, dietéticos e de conveniência.

Os Medicamentos OTC representaram 17,5% de nossa receita bruta de vendas em 2015, 17,3% em 2014 e 17,1% em 2013. Nossos principais fornecedores de Medicamentos OTC são Hypermarchas, Sanofi Aventis e Pfizer.

Não-Medicamentos

São os artigos de higiene e beleza, dentre os quais se destacam: shampoos, condicionadores, cremes de tratamento e tinturas para cabelo, fraldas e produtos infantis, sabonetes, desodorantes, produtos de higiene oral, protetores solares, produtos masculinos, cosméticos, maquiagem e produtos para a pele, dentre outros.

Os Não-Medicamentos representaram 27,2% % da nossa receita bruta de vendas em 2015, 27,0% em 2014 e 26,7% em 2013. Nossos principais fornecedores de Não-Medicamentos são Procter & Gamble, Johnson & Johnson e L'Oreal DCA.

Para a venda de Não-Medicamentos é prática constante a adoção de promoções de preços. Nossos funcionários são treinados para aproveitar estas promoções, efetuando vendas adicionais associadas ao produto promovido. Como exemplo, citamos (i) a promoção de um shampoo deverá propiciar a venda de um pós-shampoo ou creme para pentear; e (ii) a promoção de fraldas deverá ser acompanhada da venda de um creme para assaduras ou qualquer outro produto para utilização do bebê.

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido

Não apuramos a rentabilidade em separado para cada tipo de produto que comercializamos ou para cada segmento operacional, uma vez que todas as despesas de vendas são compartilhadas entre os distintos segmentos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

Não possuímos processo de produção.

b. características do processo de distribuição

Gestão de Estoques

Nossa gestão da cadeia de abastecimento tem por objetivo disponibilizar os produtos que comercializamos em nossas lojas pelo menor custo e com o melhor equilíbrio entre o capital de giro investido, a disponibilidade dos produtos em loja e as despesas logísticas incorridas. Esse modelo está baseado na automação dos nossos principais processos, integrando a cadeia de suprimentos desde a geração dos pedidos de compras até a entrega das mercadorias às nossas lojas.

Nossa gestão de estoque é centralizada. Todas as decisões de compras e de movimentação de mercadorias, tanto no nossos Centros de Distribuição como nas lojas, são sugeridas pelo nosso sistema de gestão de estoques, que emprega metodologias de cálculo estatístico e incorpora as particularidades do nosso setor e o know-how que acumulamos ao longo de nossa história.

Diariamente, cada loja consolida o seu movimento ao final do expediente ou logo após a meia-noite. A seguir, a venda é transmitida eletronicamente para nosso escritório central. Durante a madrugada, o nosso sistema processa a reposição de pedidos a ser feita em nosso Centro de Distribuição para cada loja.

Mesmo trabalhando com aproximadamente 12,6 mil produtos distintos em toda a rede, buscamos operar com níveis muito baixos de faltas de produtos em nossas lojas. Para isso, o nosso sistema de gestão de estoques recalcula os nossos estoques periodicamente, com base na demanda de cada produto em cada uma de nossas lojas.

Nossa área de Administração Comercial monitora diariamente o nosso nível de falta de produtos, tanto nas lojas como no Centro de Distribuição, para prevenir e sanar eventuais faltas. Adicionalmente, comparamos periodicamente o nosso nível de falta de produtos com o dos nossos principais concorrentes por meio de pesquisas comparativas do nível de faltas de produtos.

Compras

Nossa política de compras visa, além de negociar preços baixos de compra, a articular ações comerciais em parceria com nossos fornecedores que nos permitam potencializar nosso volume de vendas e negociação de descontos e auferir receitas comerciais, obtendo também, prazos competitivos de pagamento. A frequência de compras corresponde ao intervalo de sete ou 15 dias, dependendo do volume de compras de cada fornecedor.

Em períodos de sazonalidade a previsão de demanda é ajustada em relação ao histórico de vendas e à projeção de crescimento do mercado. Nesses períodos, geralmente obtemos melhores condições comerciais junto aos nossos fornecedores, quando os descontos concedidos podem aumentar e o prazo de pagamento pode ultrapassar 40 dias.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

As ações de marketing voltadas para o aumento de venda dos nossos produtos também são acompanhadas por um detalhado planejamento de compra, estabelecendo os parâmetros de previsão constantes em nosso sistema.

Todos os pedidos de compra são centralizados em nosso departamento de compras, localizado no nosso escritório central em São Paulo, o qual é responsável pelas negociações com os fornecedores de todos os produtos por nós comercializados.

Logística

As atividades de distribuição e logística constituem um elemento chave de nossos negócios, afetando diretamente nosso sucesso e competitividade.

Atualmente operamos com sete centros de distribuição, localizados em São Paulo (SP), Embu das Artes (SP), São José dos Pinhais (PR), Contagem (MG) e Aparecida (GO), Barra Mansa (RJ) e Ribeirão Preto (SP).

Esta estratégia de descentralização logística se justifica em função do crescimento da nossa operação, do incremento do nosso número de lojas em outros estados e da descentralização da estrutura tributária do País, que permite que cada unidade da Federação determine regras tributárias independentes para os impostos estaduais, que podem tanto privilegiar as empresas que possuem Centros de Distribuição no estado, como onerar a transferência de mercadoria para outros estados.

Nosso centro distribuição em Ribeirão Preto possui 21,5 mil m² de área e é o maior da rede. O CD do Embu possui uma área de 23,5 mil m² e o de São Paulo de 18 mil m². O centro de distribuição de Aparecida possui 14,1 mil m², o de Barra Mansa possui 10,0 mil m², o de Contagem possui 10,1 mil m² e o de São José dos Pinhais conta com uma área de 9,9 mil m².

Com exceção ao CD de São Paulo, nossos Centros de Distribuição são alugados e, portanto, não imobilizaram recursos próprios tanto na aquisição do terreno quanto na construção e ampliação dos galpões.

Para todas as entregas feitas em nosso Centro de Distribuição, nosso processo de entrada de mercadorias assegura que (i) a mercadoria entregue corresponde ao pedido efetuado; (ii) a mercadoria confere com a nota fiscal; e (iii) os produtos se encontram em plenas condições para comercialização. Nossos sistemas de informações acompanham todas as movimentações de estoque em tempo real.

Nossos Centros de Distribuição estão organizados em setores de separação. Contamos com linhas de processamento semiautomatizadas e manuais. Todas as caixas plásticas, nas quais os produtos são colocados para envio às lojas, são transportadas em esteiras desde o setor de separação até a doca de expedição. Essa automação vem permitindo aumentar de forma relevante a eficiência de todo o processo.

Nossas linhas de separação semiautomáticas operam por meio de duas esteiras paralelas, sendo uma delas motorizada (Principal) e outra manual (secundária). As caixas são deslocadas para a esteira manual automaticamente em todos os setores onde existam produtos a serem separados. Após a separação as caixas retornam para a esteira principal e seguem até o próximo setor caso existam

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

produtos a serem adicionados a respectiva caixa, ou para o final da linha de separação, caso não haja mais produtos a serem separados.

No caso das linhas manuais de separação, as caixas com os respectivos *picking lists* transitam sequencialmente por uma única esteira não motorizada, passando em fila por cada zona, quando aplicável, onde cada separador nela coloca os seus produtos e passa a caixa adiante. Este processo manual é feito para medicamentos de venda controlada ou de alto risco de furto, que são acondicionados em setores de separação isolados, e também para produtos volumosos, como fraldas e absorventes, que são retirados diretamente dos respectivos pallets ou do estoque de fundo para as caixas plásticas.

Ao final de cada linha de separação, as caixas são transportadas por esteira motorizada e deslocadas para as linhas de conferência, onde cada unidade é escaneada para detectarmos e corrigirmos eventuais erros de separação. Uma vez concluído o escaneamento, as caixas são recolocadas na esteira motorizada, automaticamente lacradas e automaticamente enviadas até a expedição. Nesta fase, cada caixa é automaticamente direcionada para a respectiva doca de expedição (*dock-sortation*), conforme a rota de entrega, onde são contadas, conferidas com a guia de embarque e colocadas nos caminhões para entrega às lojas.

A Foto 1 abaixo mostra uma das nossas linhas de separação semiautomáticas, com esteiras paralelas, enquanto a Foto 2 mostra a movimentação automática das caixas em nosso Centro de Distribuição, que vai desde o final de cada linha de separação até as docas para embarque às nossas lojas.



Foto 1



Foto 2

Canais de Venda

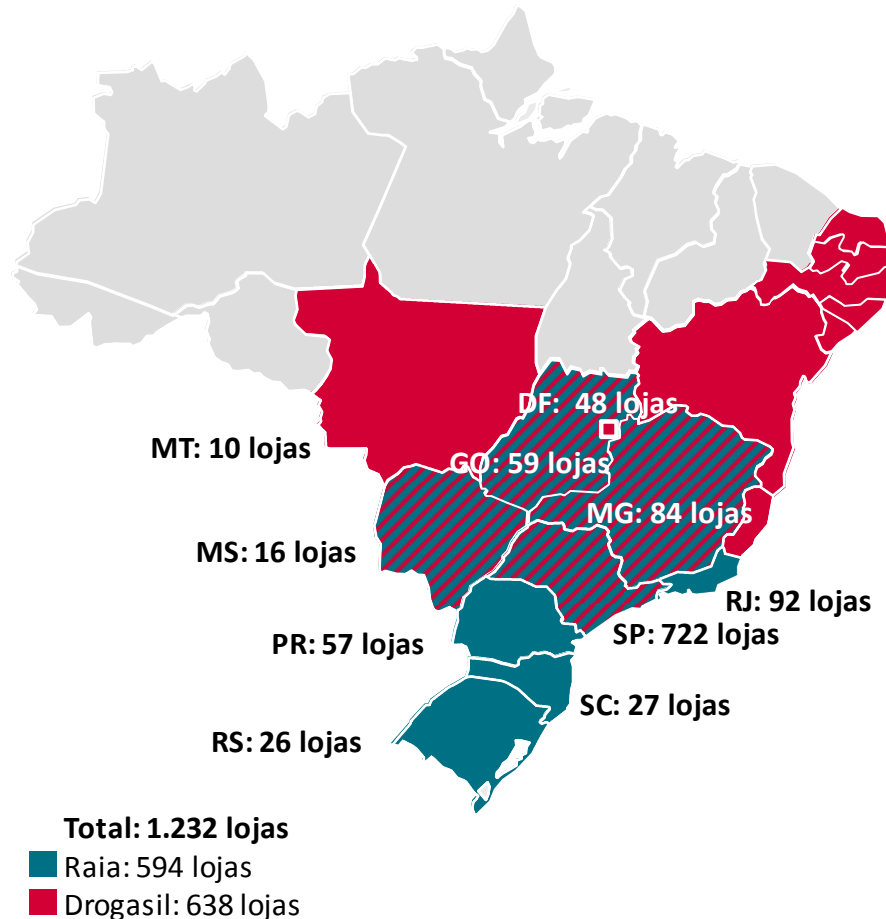
Os nossos canais de vendas são as lojas, televendas e os websites (www.drogaraia.com.br e www.drogasil.com.br).

Nossas lojas constituem o nosso principal canal de venda, e servem de base para a existência dos demais canais. Em 31 de dezembro de 2015 possuíamos 1.235 lojas presentes nos principais mercados consumidores das Unidades Federais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins. Das 1235 lojas 3 são da 4Bio, das quais 2 estão localizadas em São Paulo e uma em Tocantins. Abaixo temos a distribuição geográfica das 1.232 lojas da empresa controladora:

Presença Geográfica – Varejo



Os locais escolhidos para as nossas lojas são locais de grande movimentação de pessoas, para as lojas voltadas para as Classes C e D, ou de veículos, para as lojas voltadas para as Classes A e B, conforme o público-alvo a ser atingido. A localização é determinada por fatores, tais como: mercado consumidor, avaliação da concorrência a ser enfrentada e estimativa de custos de operação.

Uma vez identificada a região de implantação de uma nova loja, uma equipe especializada na busca de pontos comerciais trabalha na identificação da microlocalização, para a qual vários fatores são levados em consideração, tais como proximidade da concorrência, direção ou sentido do fluxo de pedestres ou veículos, incidência do sol na maior parte do dia e visibilidade da loja a ser implantada.

Na implantação da loja, nossa área de engenharia e arquitetura desenvolve um layout *taylor-made*, objetivando maximizar os espaços e propiciar uma circulação interna que torne agradável e convidativo o ambiente de compras.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Mesmo após a abertura da loja, esta é monitorada para que haja a adaptação de sua operação ao mercado em que atua. Tal monitoração levará em conta o *mix* de produtos utilizado (sortimento do estoque), a política de preço a ser aplicada em razão da concorrência enfrentada e o horário de funcionamento adequado àquela localização. Durante este período de adaptação, avaliamos o crescimento da receita. As lojas que não se enquadram nos parâmetros de crescimento, observado o período de adaptação, terão suas atividades encerradas.

O televendas é o nosso serviço de entregas em domicílio. Nossos clientes fazem o pedido por telefone, os produtos são separados em loja e a entrega é realizada. O atendimento é feito a partir de um *call center*, que direciona a encomenda para uma loja polo, que possui estoque diferenciado e infraestrutura para separação e para entregas.

Possuímos dois canais de vendas pela internet (www.drogaraia.com.br e www.drogasil.com.br), operacionalizado por nossas lojas físicas, que comercializa nossos produtos em todo o País. Trabalhamos este canal com um preço mais baixo do que aquele praticado em nossas lojas, objetivando a obtenção de altos volumes de vendas. Nossos canais de vendas pela internet possuem custos de operação inferiores aos do serviço de televendas por não incorrer custos com *call center* e pelo fato de que as entregas são feitas via correio ou outros operadores logísticos, com tempo de entregas mais dilatados e com custos inferiores àqueles dos demais canais.

c. características dos mercados de atuação

Com crescimento de dois dígitos registrado nos últimos anos, o varejo farmacêutico brasileiro é um mercado com forte potencial de expansão. O envelhecimento da população, assim como a migração de canais de produtos de higiene e beleza são alguns dos fatores que têm contribuído para os bons resultados apresentados pelos segmentos de saúde e beleza.

Mercado Farmacêutico

O varejo farmacêutico é um segmento em franca expansão no Brasil. Em 2015, segundo dados do IMS Health, o mercado farmacêutico brasileiro registrou faturamento total de R\$ 75 bilhões, o que representa um incremento de 13,6% em relação a 2014 (R\$ 66,0 bilhões).

Este resultado é fruto da combinação de uma série de fatores, sendo o principal envelhecimento da população, em função do aumento na expectativa de vida das pessoas, e a maior oferta de emprego e, conseqüentemente, de renda das famílias brasileiras.

O varejo farmacêutico brasileiro é um mercado fragmentado e oferece uma oportunidade ímpar de consolidação. Mesmo diante dos diversos movimentos de concentração que se iniciaram após a constituição da Raia Drogasil, as cinco maiores redes possuem uma participação de mercado de aproximadamente 29,9%.

Mercado de Perfumaria

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O Brasil é o terceiro maior mercado consumidor de produtos de higiene e beleza do mundo, atrás apenas dos estados Unidos e Japão. Segundo dados da Abihpec (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos), a indústria de higiene pessoal no Brasil tem apresentado um crescimento médio deflacionado composto de aproximadamente 10% a.a., nos últimos 20 anos.

Contribuem para este cenário fatores como a crescente participação da mulher brasileira no mercado de trabalho; o aumento da renda da população, com destaque para as classes C e D; o desenvolvimento da indústria; e o lançamento cada vez maior de produtos.

Com uma experiência de compra atrativa, as drogarias se diferenciam cada vez mais dos outros canais de varejo como uma das opções mais procuradas pelo consumidor, fortalecendo o processo de migração de canais – nas drogarias, a compra destes itens deixa de ser acessória para se consolidar como uma categoria destino.

i. participação em cada um dos mercados

(%)	Participação da Região no Total do Mercado	Participação de Mercado Raia Drogasil
São Paulo	26.5	21.9
Sudeste (Ex. SP)	24.3	6.9
Centro-Oeste	8.8	12.9
Sul	16.6	5.5
Nordeste	18.9	2.7
	95.0	10.3

Fonte: IMS Health

ii. condições de competição nos mercados

Operamos em um mercado altamente competitivo. Nossos principais concorrentes são as redes de drogarias e as farmácias independentes, mas concorremos também com outros tipos de empresas, como perfumarias, supermercados e com empresas de venda direta. Nossos concorrentes variam para cada mercado que atuamos.

A tabela abaixo demonstra nossos principais concorrentes no ranking divulgado pela Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias), tendo como base o faturamento anual e o número de lojas ao final do último ano.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Ranking		Receita Bruta (bilhões)	Lojas
1 st	 RaiaDrogasil	R\$ 9,4 +21%	1.235 +13%
2 nd	 DPSPsa	R\$ 7,3 +15%	1.079 +13%
3 rd	 FARMÁCIAS Pague Menos DRUGSTORE	R\$ 5,0 +14%	828 +12%
4 th	 pharma ⁺	R\$ 3,6 -5%	532 -27%

d. eventual sazonalidade

Assim como as demais empresas do setor, temos observado um maior volume de vendas de determinadas categorias de produtos durante o período de inverno ou do verão, mas que tendem a se compensar entre elas gerando certo equilíbrio no volume de vendas ao longo do ano.

Durante a estação do inverno, observamos um aumento de nossas vendas com Produtos OTC e com Medicamentos para prevenção e tratamento de gripe, febre, resfriado e outras doenças respiratórias que são agravadas em razão das condições climáticas da estação.

No verão, notamos uma tendência de aumento nas vendas de Produtos de Perfumaria, tais como: protetores solares, hidratantes, loções, entre outros.

No primeiro trimestre do ano nossas vendas são menores em função das férias escolares nos meses de janeiro e fevereiro e do carnaval, no mês de fevereiro ou em março. Esses períodos provocam a saída de muitas famílias das grandes cidades, em busca de destinos turísticos, e também, pelo fato do mês de fevereiro possuir apenas 28 ou 29 dias, nossas vendas diminuem. Como grande parte das nossas despesas é fixa, como o pagamento dos salários de nossos funcionários e aluguéis dos nossos pontos comerciais, essa menor receita bruta de vendas e serviços se reflete em resultados inferiores à média dos demais trimestres do ano, tanto em valores absolutos quanto em percentual da nossa receita bruta de vendas e serviços.

Em contraponto, o último trimestre é geralmente o trimestre com maior venda no ano, em função do mês de dezembro, no qual as semanas que antecedem ao Natal resultam em maior circulação de pessoas e em maior consumo das famílias. Adicionalmente, a semana entre o Natal e o Ano Novo é caracterizada por

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

uma forte onda de compras de produtos em antecipação e preparação para as férias. Adicionalmente, acreditamos que o recebimento do décimo terceiro salário nos meses de novembro e dezembro contribui para incrementar a renda disponível e o crescimento do consumo das famílias brasileiras.

Vale mencionar que o segundo trimestre do ano é quase sempre um trimestre com significativa elevação da margem bruta. Todos os anos, o Governo aprova no final de março o reajuste pela inflação no Preço de Fábrica e no Preço Máximo ao Consumidor, que é imediatamente aplicado por nós e pela grande maioria dos nossos concorrentes. Como resultado, vendemos a preços reajustados em março e no início de abril produtos que adquirimos pelo preço antigo, o que aumenta nossas margens. Na medida em que o nosso estoque de produtos adquiridos a preços antigos é consumido e que sua reposição passa a ocorrer pelos preços reajustados, as nossas margens vão se reduzindo e retornam ao patamar normal.

No terceiro trimestre de cada ano, ocorre o reajuste anual dos salários para todos os nossos colaboradores do estado de São Paulo, onde se localizam a nossa sede administrativa, o nosso Centro de Distribuição e grande parte de nossas lojas, o que produz uma relevante elevação nas despesas de pessoal em relação ao segundo trimestre do ano.

Por fim, também existe sazonalidade com relação ao nosso investimento em capital de giro. O segundo e o quarto trimestre do ano são períodos geralmente favoráveis, nos quais o nosso investimento em capital de giro é menor. Iniciamos o segundo trimestre fazendo compras em grandes volumes de produtos sazonais de inverno (e.g. antigripais) com prazos longos, de forma que no fechamento do trimestre, consumimos parte do estoque excedente destes produtos sem ter ainda pago estas compras, o que resulta em uma condição favorável de capital de giro.

O mesmo processo ocorre em maior intensidade no quarto trimestre do ano, em cujo início compramos em grandes volumes e com prazos longos os produtos sazonais de verão (e.g. protetores solares) e concluimos o trimestre com uma posição bastante favorável de capital de giro, por termos consumido parte deste estoque sem ter ainda pago as compras, o que só ocorre no primeiro trimestre do ano seguinte. Quanto mais fortes forem os ciclos de inverno e verão, e que geralmente dependem do clima no período, mais acentuada será a sazonalidade do capital de giro.

e. principais insumos e matérias primas

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Adquirimos nossos produtos de aproximadamente 437 fornecedores, sendo que o nosso maior fornecedor foi responsável por 6,3% do total de nossas compras em 2015. Mantemos um relacionamento sólido e de longo prazo com os fornecedores mais importantes do Brasil.

De maneira geral, efetuamos nossos pedidos de compras junto aos nossos fornecedores, baseado no histórico de compras de nossos clientes, nossas previsões de venda no curto prazo e níveis de estoque desejados.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Na tabela abaixo relacionamos nossos principais fornecedores de medicamentos e não medicamentos em 2015:

Fornecedor	%
SANTA CRUZ	6,3%
PROFARMA	4,7%
HYPERMARCAS	4,6%
JOHNSON & JOHNSON	4,2%
L'OREAL	3,6%
SANOFI	3,5%
NOVARTIS	3,5%
P&G	3,2%
ACHE	3,1%
MERCK	2,9%
OUTROS	60,4%

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Podemos adquirir todos os produtos em mais de um fornecedor.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os preços de nossos medicamentos são influenciados por ajustes determinados pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, os quais ocorrem em 31 de março de cada ano.

Devido à legislação em vigor, nossos preços de venda de medicamentos aos nossos clientes devem necessariamente situar-se entre os preços praticados pelos fabricantes e o teto de preços de venda aos consumidores, determinados pela atual política de regulação de preços. Não obstante, acreditamos possuir preços competitivos se comparados àqueles praticados pelas demais drogarias, em virtude, dentre outros motivos, da manutenção de uma estrutura operacional de baixo custo. Além disso, buscamos garantir a competitividade de nossos preços com a realização de ações promocionais conjuntas com os fornecedores, por meio das quais concedemos descontos aos nossos clientes para determinados grupos de produtos.

Nossa política de preços e os descontos praticados em nossas lojas dependem da região em que estas estão localizadas, bem como da competição local. Possuímos, ainda, um canal aberto de discussão com nossos gerentes que têm participação ativa na escolha da melhor política de preços para as lojas em que atuam.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a. montante total de receitas provenientes do cliente**

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Regulação do Setor Farmacêutico no Brasil

O setor farmacêutico é um setor altamente regulamentado no Brasil, à semelhança do que sucede em outros ambientes regulatórios, tais como na União Européia e Estados Unidos.

No Brasil, a regulamentação do setor está dividida entre a União, os Estados e os municípios. O Governo Federal dispõe de leis e regulamentos de aplicação genérica, os quais são reforçados e complementados por ações dos Estados e municípios.

No âmbito federal, os setores de saúde e farmacêutico são regulados e supervisionados pelo Ministério da Saúde, por intermédio da ANVISA, criada por meio da Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

As Autorizações Necessárias para o Negócio

(i) Produto

Os medicamentos vendidos no Brasil são produtos sujeitos a registro obrigatório junto à ANVISA, dadas as suas características sanitárias, medicamentosas ou profiláticas, curativas, paliativas ou mesmo para fins de diagnóstico, estando sujeitos a uma série de exigências regulamentares próprias e requisitos específicos, conforme disposto e regulado pela Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e posteriores alterações.

Certos tipos de não-medicamentos, como por exemplo cosméticos e correlatos, poderão estar também sujeitos a registro obrigatório, nos termos da referida Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, em função das suas características próprias.

Em princípio as drogarias não suportam os encargos com o registro dos produtos, sendo apenas responsáveis pela verificação de que os produtos comercializados estão em conformidade com os registros obrigatórios.

(ii) Atividade

Nos termos da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e posteriores alterações, o comércio varejista de medicamentos é uma atividade econômica que apenas pode ser praticada pelas drogarias legalmente autorizadas e licenciadas nos termos da lei.

Além da autorização federal, é necessário que as drogarias tenham a licença na respectiva autoridade local sanitária (como por exemplo, no Estado de São Paulo, o Código Sanitário, criado pela Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998; e no Município de São Paulo, além do referido Código Sanitário Estadual, o Código Sanitário Municipal, criado pela Lei nº 13.725, de 09 de janeiro de 2004).

A operação de drogarias sem os registros mencionados acima ou sem a presença de um farmacêutico responsável em tempo integral pela operação técnica (uma exigência legal para o funcionamento das mesmas), bem como qualquer outra violação às leis e aos regulamentos relativos à vigilância sanitária federal, estadual ou municipal, sujeita a drogaria infratora a penalidades como advertência, pagamento de multas, suspensão das atividades e cancelamento da permissão ou registro junto às autoridades de vigilância sanitária.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Acreditamos que a exigente e crescente regulamentação levará ao aumento da formalização do setor, com vantagens para as redes de drogarias que já pautam sua atividade pelo estrito cumprimento das normas que regulam o setor.

(iii) A Regulação da Promoção Comercial de Medicamentos e Não-Medicamentos

De acordo com a Constituição Federal, a propaganda comercial de medicamentos e terapias que possam ser nocivos à saúde está sujeita a restrições legais, devendo conter, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso. Adicionalmente, a Lei Federal nº 6.360/76, que dispõe sobre vigilância sanitária, determina que a propaganda, sob qualquer forma de divulgação e meio de comunicação, de medicamentos de venda livre, dos produtos dietéticos, de cosméticos e de produtos de higiene, somente poderá ser promovida após autorização da ANVISA, ficando sujeita à ação da vigilância sanitária.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Nossas atividades estão sujeitas a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância desta legislação.

Particularmente para as atividades que desenvolvemos merece maior atenção a geração de resíduos de serviço de saúde, tais como gaze, agulhas e seringas que normalmente são utilizados na aplicação de injeções em nossas lojas. Com relação a estes resíduos a legislação federal (Resolução RDC nº 306, de 07.12.2004, da ANVISA e Resolução nº 358, de 29.04.2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) estabeleceu regras gerais sobre a matéria, impondo, para os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde a obrigação de elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS. Nossos ambulatórios possuem PGRSS devidamente elaborados para cada unidade.

Em nossas atividades utilizamos cinco centros de distribuição para estocar, separar e embalar os produtos farmacêuticos que comercializamos. Em função do baixo grau de impacto ambiental nosso centro de distribuição foi dispensado do prévio licenciamento ambiental pelo órgão ambiental competente.

Em geral, a maioria dos medicamentos sujeitos a descarte, em função de prazo de validade expirado ou por danos à embalagem, são devolvidos aos seus respectivos fabricantes. Quando precisamos nos responsabilizar pelo descarte de determinados medicamentos, solicitamos à Cetesb uma autorização específica para realizar este descarte. Sempre encaminhamos esses produtos a empresas devidamente licenciadas por órgãos ambientais e autorizadas pela ANVISA, bem como acompanhamos pessoalmente a destruição destes medicamentos, inclusive com a certificação da Secretaria da Receita Federal. No caso de medicamentos controlados recebemos uma prévia autorização da Secretaria Municipal de Vigilância Sanitária da cidade de São Paulo antes de proceder a sua destruição.

De qualquer forma, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada, uma vez que, na esfera civil os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes.

Não sofremos qualquer autuação por parte de órgãos públicos, relacionados a quaisquer aspectos ambientais ou de regularização do nosso centro de distribuição até a presente data. Adicionalmente, estamos em situação regular perante as autoridades governamentais quanto à utilização do centro de distribuição para estoque. Não possuímos certificações baseadas em padrões internacionais de proteção ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional.

Somos titulares das marcas RAIA DROGASIL, DROGASIL, DROGASIL DELIVERY, DELIVERY 0800-158200, DROGASIL ESSENCE, DROGASIL VIVER FELIZ, FARMASIL, S.O.S DROGASIL, DROGA RAIA, RAIA, RAIA DELIVERY, RAIA EM CASA, RAIA HIPER FARMÁCIA, DROGA RAIA CONFIANÇA E RESPEITO DESDE 1905, DROGARAIA, DROGARAIA SAÚDE E BELEZA 24 HORAS, PHARMACIA RAIA, SER PLUS, SER SAUDÁVEL, KID CARD, SENIOR CARD, INTEGREA, DROGARIA DELIVERY, DEEX DROGASIL ENCOMENDA EXPRESSA, RAIA TOTAL BENEFÍCIO FARMÁCIA e ZAMBELETTI que se encontram registradas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades.

Possuímos em trâmite junto ao INPI, os pedidos de registro das marcas, FONE FARMÁCIA, FONE FARMÁCIA QUALIDADE DROGASIL, NEEDS, PLUII, PLUII AMORA ROSA, PLUII BRILHA BAUNILHA, PLUII LIMA LIMÃO, PLUII VERDE ERVA, PLUII VIBRE GENGIBRE, B-WELL, VERDE-ERVA, VIBRE-GENGIBRE, LIMA-LIMÃO, BRILHA-BAUNILHA, AMORA-ROSA, TRISS, B-WELL A/Z MULTIVITAMÍNICO, B-WELL CÁLCIO + D, B-WELL GUARANÁ, B-WELL MULTI SILVER, B-WELL A/Z MULTIVITAMÍNICO + ÔMEGA, B-WELL HOMEM, B-WELL MULHER, B-WELL ÓLEO DE PRÍMULA, B-WELL ÓLEO DE LINHAÇA, B-WELL ÓLEO DE CÁRTAMO, B-WELL ÓLEO DE CHIA, B-WELL VITAMINA D, B-WELL ÔMEGA 3, PLUII BLU MARINO, PLUII LISS CASSIS, PLUII VERDE VERBENA, FARMACÊUTICO 40 HORAS, PROGRAMA MUITO MAIS RAIA, RAIA TOTAL BENEFÍCIO FARMA e UNIVERS, além de diversas marcas figurativas e marcas tridimensionais, que são somente logotipos.

Além das marcas, possuímos dois Desenhos Industriais junto ao INPI, a saber: DI 302012001043-8 com validade até 09/03/2037 para "Configuração aplicada em frasco" e DI 302012001042-0 com validade até 09/03/2037 para "Configuração aplicada em sabonete".

No exterior, temos registros da marca RAIA DROGASIL e DROGASIL na Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Com relação aos nomes de domínio possuímos: drogariavison.com.br, farmasil.com.br, drogasil.com.br, fonefarmacia.com.br, drogasil-delivery.com.br, bwellvitaminas.com.br, drogaraia.net.br, e-raia.com.br, farmaceuticos.com.br, farmamundo.com.br, hiperfarmaciaraia.com.br, kidcard.com.br, farmaciaraia.com.br, pluscard.com.br, raia.far.br, raiaconvenio.com.br, raiaemcasa.com.br, raiaempresa.com.br, raiahiperfarmacia.com.br, raiaonline.com.br, raiaweb.far.br, saudeebeleza.far.br, webfarma.far.br, drogaraia.com.br, drogaria.com.br, e-raia.far.br, farmaciaraia.com.br, farmamundo.far.br, integrea.com.br, medicamento.com.br, plui.com.br, raia.com.br, raia.net.br, raiaelivery.com.br,

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

raiaemcasa.far.br, raiaexpress.com.br, raiaimed.com.br, raiaonline.net.br, rdpharma.com.br, seniorcard.com.br, webpharma.far.br, drogaraia.far.br, drogasraia.com.br, estudiomol.com.br, farmaco.com.br, hiperfarmacia.com.br, integrea.far.br, pbmr.com.br, pluii.com.br, raia-drogasil.com.br, raiabeneficiofarmacia.com.br, raia drogasil.com.br, raiaemcasa.net.br, raiaexpress.far.br, raianeeds.com.br, raiaweb.com.br, sais.com.br, serplus.com.br, bwellvitaminas.com, drogaraia.com, farmaciaraia.com, pluii.com, raia-drogasil.com, raia drogasil.co, raia drogasil.com, raia drogasil.net, raiaemcasa.com, raia hiperfarmacia.com, raiaimed.com, raianeeds.com, raiaweb.com, raiaweb.com, sersaudavel.com, drogariavison.com.br, drogasil-delivery.com.br, drogasil.com, farmasil.com e fonefarmacia.com.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor:

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor:

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor:

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não estamos sujeitos à regulação estrangeira.

7.8 - Políticas socioambientais

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Sim, total doado com os projetos Revista Todos e Revista Sorria.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Ao final das edições das Revistas Todos e Sorria, o Instituto Verdus verifica as informações e envia um relatório bimestral com os números doados. Esses números são divulgados na edição seguinte das revistas.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Sim, são auditadas pelo instituto Verdus

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas Informações

Não são publicadas

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Negócios extraordinários

A companhia não efetuou aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre em sua operação normal.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A companhia não teve alterações significativas na forma de condução do seus negócios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A companhia não possui contratos relevantes não relacionadas às suas operações normais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

A companhia é proprietária do imóvel localizado na Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3.097, Butantã, 05339-000, São Paulo, SP. Neste local estão instalados a nossa sede administrativa e a nossa central de distribuição.

Este complexo conta com um terreno de 40.137 metros quadrados e uma área construída de 32.906 metros quadrados. O valor contábil desse imóvel em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 30.490 mil.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total do nosso ativo imobilizado líquido era de R\$ 801.283 mil, assim dividido: R\$ 50.598 mil relativos aos imóveis; R\$ 239.529 mil aos móveis, utensílios e instalações; R\$ 130.396 mil às máquinas e equipamentos; R\$ 8.550 mil aos veículos; e R\$ 372.210 mil as reformas e modernizações de lojas e as benfeitorias em imóveis de terceiros.

b. patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando

Dentre os ativos imobilizados da empresa a propriedade intelectual de nossa marca é bastante significativa. No Brasil, a propriedade de uma marca é adquirida pelo registro validamente expedido pelo INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, órgão responsável pela análise e registro de marcas e patentes. Através do registro concedido é assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de renovações. Enquanto o pedido não é deferido, o depositante tem apenas a expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico das retribuições ao INPI, sendo que o pagamento das taxas devidas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está adimplente quanto ao pagamento de tais retribuições.

Possuímos 76 pedidos sob análise do INPI e 124 registros da marca, totalizando 200 processos nas formas nominativa, figurativa e mista, no Brasil. Além destas possuímos um total de vinte processos de marcas no exterior, sendo dois pedidos de registro para a marca "RAIA DROGASIL" em andamento um na Argentina e um no Uruguai, seis registros para a marca institucional "DROGASIL" e 12 registros da marca "RAIA DROGASIL" já concedidos pelos escritórios de marcas e patentes dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Além das marcas, possuímos dois Desenhos Industriais junto ao INPI, a saber: DI 302012001043-8 com validade até 09/03/2037 para "Configuração aplicada em frasco" e DI 302012001042-0 com validade até 09/03/2037 para "Configuração aplicada em sabonete".

i. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições aos órgãos competentes, após decorrido o respectivo prazo de vigência de cada um deles. O pagamento das devidas taxas de também é imprescindível para evitar a extinção.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento que possa violar os nossos direitos de propriedade intelectual.

No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem, eventualmente, serem negados. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) ingressem com processos de nulidade ou caducidade de tais marcas. No âmbito judicial, embora somos titulares do registro de diversas marcas e titulares dos domínios listados, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.

ii. possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

c. Participações em Sociedades

Em 01 de outubro de 2015, por meio de contrato de compra e venda e de subscrição de participação societária e outras avenças, concluímos a compra de 55% das ações de emissão da 4-Bio Medicamentos S.A., que atua no comércio varejista de medicamentos de especialidades no Brasil.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Sede Administrativa e Central de Distribuição	Brasil	SP	São Paulo	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Drogasil Essence - 827.433.603	11/12/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)
Marcas	Drogasil Essence - 827.433.611	11/12/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Essence - 827.433.620	11/12/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 829.011.692	19/01/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 829.011.706	19/01/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 829.011.722	19/01/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Fone Farmácia - 826.162.452	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Fone Farmácia - 826.162.460	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 829.011.714	24/05/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Fone Farmácia Qualidade - 829.507.426	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Fone Farmácia Qualidade-829.507.434	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Viver Feliz - 901.926.051	31/07/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Deex Drogasil encomenda expressa	31/07/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.840	01/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.007	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.023	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.104	01/09/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Brilha-Baunilha - 904.114.570	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Lima-Limão - 904.114.538	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii - 904.114.767	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Amora Rosa - 904.114.635	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Brilha Baunilha - 904.114.686	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Lima limão - 904.114.708	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Verde Erva - 904.114.740	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Vibre Gengibre - 904.114.651	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Verde-Erva - 904.114.589	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Vibre-Gengibre - 904.114.562	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well - 831.089.130	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 903.932.628	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii - 903.906.511	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Programa Muito Mais Raia - 831.051.582	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa (Somente Logo) - 903.488.477	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii - 903.232.600	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Needs - 903.176.858	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Needs - 903.177.064	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 901.984.264	07/08/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Droga Raia - 901.555.991	06/03/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 901.556.149	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.555.967	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.556.041	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.556.270	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.256.378	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.556.440	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Integrea - 901.250.350	01/02/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Total Benefício Farma - 829.267.905	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Total Benefício Farma - 829.267.913	21/08/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pharmacia Raia - 826.020.984	14/08/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 824.707.613	07/08/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 824.666.941	07/08/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Delivery 0800-158200 - 824.522.044	24/06/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 824.522.010	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogaria Delivery - 824.522.028	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogaria Delivery - 824.522.036	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 2.644.711	05/05/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 2.611.432	28/11/2023	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Raia Hiperfarmácia - 823.757.692	12/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Hiperfarmácia - 823.757.730	29/05/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 822.953.730	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 822.953.781	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia Confiança e Respeito Desde 1905 - 822.953.714	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogaria - 822.953.706	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia Saúde Brasil e Beleza 24 Horas	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa (Somente Logo) - 822.953.790	28/08/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.060	11/10/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.824	10/06/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.832	08/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.859	08/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Delivery - 822.953.684	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia em Casa - 822.953.722	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Zambeletti - 822.953.773	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Delivery - 822.658.151	29/05/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Delivery - 822.658.178	29/05/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Delivery - 822.658.194	13/05/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Raia Delivery - 822.658.224	06/03/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia em Casa - 822.658.160	29/01/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia em Casa - 822.658.186	29/01/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia em Casa - 822.658.208	29/01/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Zambeletti - 820.534.153	14/06/215	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 820.458.473	26/07/2015	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 820.458.481	05/07/2015	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 820.458.538	09/08/2015	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Ser Plus - 820.458.538	07/06/2015	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Ser Saudável - 820.431.290	07/06/2015	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Kid Card - 819.356.999	18/11/2023	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Kid Card - 819.033.324	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Senior Card - 819.033.359	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 818.574.402	28/10/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 818.574.410	22/09/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 818.574.429	13/10/2019	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 817.753.923	05/12/2015	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 816.681.058	07/12/2023	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Droga Raia Saúde Brasil e Beleza 24 Horas - 816.230.528	Registro Extinto!	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.279	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.392	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.662.462	30/11/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 3.695.360	14/03/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 3.258.894	14/08/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 3.258.898	30/07/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 3.258.897	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 148972- C	21/01/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 148973- C	21/01/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 148970- C	21/01/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil -148971- C	21/01/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 402952	26/08/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 402450	21/08/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 402274	22/10/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil -405275	22/10/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 446.485	20/02/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 446.486	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SOS Drogasil - 819.280.844	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 398327	12/02/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 398328	12/02/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 84581-A	15/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 84580-A	18/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 415.307	09/02/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.147.503	Registro Extinto!	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 1.979.965	12/07/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.099.091	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 3.155.994	24/05/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.156.001	05/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.156.010	05/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 3.174.646	08/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmacêutico 40 Horas - 907.444.270	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 820.170.402	07/12/2019	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Drogasil Delivery - 822.230.682	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 822.230.690	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 822.230.704	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 822.230.712	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 0800-158200 - 822.230.720	15/08/2016	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 0800-158200 - 822.230 -739	20/06/2016	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.140.935	10/02/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.140.960	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.141.010	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Triss - 908.818.416	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well A/Z Multivitamínico- 908.818.424	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Cálcio + D- 908.818.432	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Guaraná - 908.818.467	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Multi Silver - 908.818.475	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	BWell AZ Multivitamínico+OMEGA - 908.819.528	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	BWell HOMEM - 908.819.536	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	BWell MULHER - 908.819.579	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	B-Well Óleo de Prímula - 908.819.595	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Óleo de Linhaça - 908.819.633	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Óleo de Cártamo- 908.819.650	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Vitamina D- 908.819.676	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Óleo de Chia- 908.819.692	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well OMEGA 3 - 908.819.714	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluui Blu Marino- 908.819.757	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluui Liss Cassis- 908.819.803	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluui Verde Verbena- 908.821.239	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia. O cuidado começa com você	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia. O cuidado começa com você	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia. O cuidado começa com você	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia. O cuidado começa com você	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(i)
Marcas	Drogasil Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Serviços Farmacêuticos	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Drogasil. Confie em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil. Confie em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil. Confie em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil. Confie em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil.Você confia em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil.Você confia em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil.Você confia em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil Serviços Farmacêuticos	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Serviços Farmacêuticos	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 4.511.077	17/08/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 5.013.720	14/03/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 5.018.684	24/05/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 6.246.222	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 6.246.230	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Drogasil - 710.164.033	09/02/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 720.129.036	13/10/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 811.099.210	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 811.099.229	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 811.099.237	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 811.099.253	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.001	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.010	11/10/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.036	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.052	11/09/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.141.079	10/02/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.141.150	10/02/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.044	11/10/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.028	28/08/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 824.522.052	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 824.522.060	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 824.707.176	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 901.556.254	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 824.707.184	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Drogasil - 3.288.978	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.574.296	16/07/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa (Somente Logo) - 904.956.776	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa (Somente Logo) - 904.956.792	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.020	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.063	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.152	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.867	10/06/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.179	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.241	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.322	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.438	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.462	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil A Popular do Brasil - 904.957.551	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.956.610	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.956.695	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Tridimensional - 904.462.013	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Tridimensional - 904.462.137	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Amora-Rosa - 904.114.520	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
4bio Medicamentos SA	07.015.691/0001-46	-	Controlada	Brasil	SP	SAO PAULO	Venda de Medicamentos Especiais	55,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	23.495.530,56		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Liderar a consolidação do varejo de Medicamentos Especiais no Brasil								

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2015 possuíamos 1.232 lojas em operação, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Somos a maior rede de drogarias do país, em termos de faturamento e número de lojas, segundo o ranking da Abrafarma. Os recursos utilizados para a operação de nossas atividades, incluindo a abertura, modernização e manutenção das lojas são provenientes da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços aos nossos clientes.

Em decorrência da evolução consistente nos resultados operacionais da empresa ao longo dos últimos anos e da confortável situação de liquidez atual, acreditamos que a empresa possui sólidas condições patrimoniais e financeiras necessárias à condução de nossa operação.

Em 2015, a companhia apresentou um EBITDA de R\$ 736.959 mil, em comparação a R\$ 539.806 mil em 2014, representando um crescimento de 36,5% (R\$ 371.321 mil em 2013).

Adicionalmente, mantivemos uma situação de liquidez estável ao longo dos últimos anos. Ao final de 2015, nosso índice de liquidez corrente estava em 1,63 comparado a 1,76 no ano de 2014, representando uma pequena queda de 0,13, e a 1,87 no ano de 2013.

Importante mencionar que em 31 de dezembro de 2015 o nosso caixa e equivalentes de caixa atingiu R\$ 264.549 mil (Dez/14 - R\$ 281.189 mil, Dez/13 - R\$ 241.885 mil), enquanto os financiamentos da companhia no mesmo período totalizavam R\$ 289.685 mil (Dez/14 - R\$ 281.237 mil, Dez/13 - R\$ 244.825 mil). Este aumento no caixa e equivalentes de caixa é fruto da linha de crédito contratada junto ao BNDES.

O patrimônio líquido da companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 2.633.809 mil (Dez/14 - R\$ 2.456.937 mil, Dez/13 - R\$ 2.326.983 mil), apresentando um acréscimo de R\$ 176.872 mil ou 7,20%. Esse acréscimo deveu-se principalmente pela constituição de Reserva Estatutária no montante de R\$ 173.390 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

b. estrutura de capital

Nos últimos anos a companhia vem se financiando predominantemente com recursos próprios. Nosso endividamento bruto, ao final de 2015 totalizava R\$ 289.685 mil (Dez/14 - R\$ 281.237 mil, Dez/13 - R\$ 244.825 mil), composto principalmente por recursos de longo prazo captados junto ao BNDES, em comparação a um patrimônio líquido de R\$ 2.633.809 mil (Dez/14 - R\$ 2.456.937 mil, Dez/13 - R\$ 2.326.983 mil) e um caixa total de R\$ 264.549 mil (Dez/14 - R\$ 281.189 mil, Dez/13 - R\$ 241.885 mil).

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Pela estrutura financeira já relatada, a diretoria entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar todos seus compromissos financeiros, bem como atender todas as necessidades de capital de giro e investimentos programados.

Em 31 de dezembro de 2015, o nosso passivo circulante era de R\$ 1.614.754 mil (Dez/14 - R\$ 1.275.050 mil, 2013 - R\$ 1.020.003 mil), valor inferior ao ativo circulante, que, na mesma data, era de R\$ 2.637.016 mil (2014 - R\$ 2.243.931 mil, 2013 - R\$ 1.903.574 mil), incluindo os valores da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

conta caixa e equivalentes de caixa, que representavam R\$ 264.549 mil (2014 - R\$ 281.189 mil, 2013 – R\$ 241.885 mil).

Importante ressaltar que o perfil de nossa dívida é bastante confortável. Ao final de 2015, nossa dívida de curto prazo era de R\$ 102.26697.710 mil (2014 - R\$ 97.710 mil, 2013 – R\$ 83.944 mil), enquanto 64,7% do nosso endividamento bruto, R\$ 187.419 mil, tinha vencimento previsto para o longo prazo (2014 - R\$ 183.527 mil, 2013 – R\$ 160.881 mil). Vale mencionar que a nossa dívida é composta principalmente de recursos do BNDES que normalmente pratica taxas de juros inferiores às médias praticadas pelo mercado.

Com relação a put referente a empresa 4BIO a ser paga no exercício de 2021 (que considera o EBITDA médio de 2018, 2019 e 2020 e a dívida líquida média de 2020), não existe um valor fixo previamente estipulado para o exercício destas opções. A Companhia estima hoje o valor presente das referidas opções em R\$ 34.336 mil, mas este valor poderá oscilar para cima ou para baixo conforme os resultados obtidos pela 4Bio. A Raia Drogasil seguirá monitorando continuamente a expectativa de desembolso de caixa e refletindo esta potencial obrigação no seu planejamento de caixa como se fosse uma obrigação líquida e certa. Destarte, a Raia Drogasil seguirá mantendo uma estrutura de capital conservadora, com baixa alavancagem, que nos permitirá honrar o exercício das opções por meio de recursos próprios ou da manutenção de ampla capacidade de financiamento que permita à Companhia captar com antecedência os recursos necessários.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES. As taxas de juros praticadas nas linhas de crédito estão especificadas na tabela abaixo:

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo
BNDES - FINAME	
Máquinas, equipamentos e veículos	(TJLP + 3,62% em Dez/13) a.a.
Empreendimentos	(TJLP + 3,70% em Dez/13) a.a.
BNDES - FINEM	
Empreendimentos	(TJLP + 2,80% em Dez/14 + 2,76% em Dez/13) a.a.
Empreendimentos	IPCA + 7,50% + 1,30% (+ 7,54% + 1,30% em Dez/14 e + 7,51% + 1,46% em Dez/13) a.a.
Máquinas e equipamentos	(TJLP + 2,30% em Dez/14 e + 2,07% em Dez/13) a.a.
Máquinas e equipamentos	(IPCA + 7,44% + 2,30% em Dez/13) a.a.
BNDES - Subcrédito	
Empreendimentos	TJLP + 3,32% (+ 3,01% em Dez/14 e + 3,04% em Dez/13) a.a.
Empreendimentos	Selic + 2,69% (+2,86% em Dez/14 e + 2,37% em Dez/13) a.a.
Máquinas, equipamentos e veículos	Pré fixado 3,01% (3,19% em Dez/14 e 3,18% em Dez/13) a.a.
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% (+1,79% em Dez/14 e +1,79% em Dez/13) a.a.
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 8,36% (+ 6,00% em Dez/14 e + 0,00% em Dez/13) a.a.
Capital de giro	(TJLP + 4,15% em Dez/14 e + 4,15% em Dez/13) a.a.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Capital de giro	Selic + 3,10% (+ 3,32% em Dez/14 e + 3,07% em Dez/13) a.a.
Projeto Social	TJLP
Desenv. Marca Própria	TJLP + 1,67% a.a.
Aquisição de Software Nacional	TJLP + 1,79% a.a.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nossos empréstimos e financiamentos incluem os instrumentos descritos na alínea (f) deste item 10.1. Não obstante a existência dos empréstimos e financiamentos descritos a seguir, acreditamos não possuir dependência de recursos advindos de terceiros para o desempenho de nossos negócios, tendo em vista nossa geração de caixa consistente e nossa solidez financeira.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui financiamentos relevantes com o BNDES, diretos e indiretos, que montavam R\$ 289.684 mil (Dez/14 - R\$ 281.237 mil, Dez/2013 - R\$ 244.825 mil).

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 267.040 mil (Dez/14 - R\$ 289.684 mil, Dez/13 - R\$ 214.206 mil) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual e, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

A Companhia não possui contratos condicionados ao cumprimento de covenants não financeiros.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No ano de 2010 assinamos contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo para três anos (2010, 2011 e 2012) junto ao BNDES no valor de R\$ 185.000 mil. Em 2012, foi liberado o valor de R\$ 10.974 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2011 e o valor de R\$ 62.184 mil correspondente aos investimentos financiáveis em 2012. Em 2013, foi liberado o valor de R\$ 26.121 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2012.

No ano de 2013 assinamos contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo para cinco anos (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017) junto ao BNDES no valor de R\$ 705.600 mil. Foi liberado em 2013 o valor de R\$ 80.278 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013. Foi liberado em 2014 o valor de R\$ 37.704 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013 e o valor de R\$ 83.379 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2014. Foi liberado em 2015 o valor de R\$ 28.418 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2014 e o valor de R\$ 67.360 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2015.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado	2013			2014			2015	
(em milhares de R\$)		AV	AH		AV	AH		AV
Receita bruta de vendas e serviços	6.464.103	100,0%	118,5%	7.658.890	100,0%	120,6%	9.239.201	100,0%
Deduções	(231.184)	(3,6%)	133,0%	(307.434)	(4,0%)	128,0%	(393.619)	(4,3%)
Receita líquida de vendas e serviços	6.232.919	96,4%	117,9%	7.351.456	96,0%	120,3%	8.845.582	95,7%
Custo das mercadorias vendidas	(4.512.743)	(69,8%)	115,4%	(5.207.625)	(68,0%)	117,9%	(6.137.644)	(66,4%)
Lucro bruto	1.720.176	26,6%	124,6%	2.143.831	28,0%	126,3%	2.707.938	29,3%
Despesas								
Com vendas	(1.188.077)	(18,4%)	118,6%	(1.409.067)	(18,4%)	123,3%	(1.737.739)	(18,8%)
Gerais e administrativas	(176.463)	(2,7%)	110,5%	(194.957)	(2,5%)	119,6%	(233.240)	(2,5%)
Outras despesas operacionais, líquidas	(47.066)	(0,7%)	20,1%	(9.473)	(0,1%)	88,6%	(8.389)	(0,1%)
Despesas operacionais	(1.411.606)	(21,8%)	114,3%	(1.613.498)	(21,1%)	122,7%	(1.979.368)	(21,4%)
EBITDA	308.570	4,8%	171,9%	530.333	6,9%	137,4%	728.569	7,9%
Depreciação e Amortização	(158.736)	(2,5%)	118,2%	(187.568)	(2,4%)	120,9%	(226.846)	(2,5%)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	149.834	2,3%	228,8%	342.765	4,5%	146,4%	501.724	5,4%
Despesas financeiras	(20.310)	(0,3%)	487,5%	(99.002)	(1,3%)	152,5%	(150.929)	(1,6%)
Receitas financeiras	9.863	0,2%	592,7%	58.460	0,8%	148,0%	86.527	0,9%
Despesas / Receitas Financeiras	(10.447)	(0,2%)	388,1%	(40.541)	(0,5%)	158,9%	(64.402)	(0,7%)
Resultado da Equivalência Patrimonial							(514)	(0,0%)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro antes do IR e da contribuição social	139.387	2,2%	216,8%	302.223	3,9%	144,5%	436.807	4,7%
Imposto de renda e contribuição social	(38.402)	(0,6%)	210,5%	(80.837)	(1,1%)	119,5%	(96.601)	(1,0%)
Lucro líquido do exercício	100.985	1,6%	219,2%	221.386	2,9%	153,7%	340.206	3,7%

Receita de Vendas

A nossa receita bruta de vendas e serviços é proveniente da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços remunerados, tais como aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio. Encerramos 2015 com R\$ 9.239,2 milhões de receita bruta (R\$ 7.658,9 milhões em 2014 e R\$ 6.464,1 milhões em 2013). OTC e Perfumaria foram as categorias de maior crescimento, registrando um incremento de 0,2 ponto percentual no mix de vendas cada.

Lucro Bruto

Em 2015 obtivemos uma margem bruta de 29,3% sobre a receita bruta (27,6% em 2014 e 26,6% em 2013).

Este aumento da margem bruta foi impulsionado por melhorias estruturais nas condições comerciais, compras de oportunidade, ajustes táticos de preços e pela redução nas perdas de inventário. Além disso, o Ajuste a Valor Presente (AVP) também contribuiu para um aumento na margem bruta no ano, refletindo as taxas de juros crescentes e uma dilatação nos prazos de pagamento.

EBITDA

Atingimos um EBITDA de R\$ 737,0 milhões (R\$ 496,7 milhões em 2014 e R\$ 308,6 milhões em 2013) e a margem EBITDA representou 8,0% da receita bruta (6,5% em 2014 e 4,8% em 2013).

O EBITDA foi impactado pelo aumento da margem bruta e pelo aumento nas despesas operacionais, incluindo as despesas não recorrentes associadas à integração.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R\$ 340,2 milhões em 2015 (R\$ 221,4 milhões em 2014 e R\$ 101,0 milhões em 2013). O expressivo aumento no lucro líquido pode ser atribuída à margem EBITDA mais alta combinada, que foram parcialmente compensadas com o aumento das despesas financeiras e pelo aumento do IR.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

Receita de Vendas

A nossa receita bruta de vendas e serviços é proveniente da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços remunerados, tais como aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio. Encerramos 2014 com R\$ 7.658,9 milhões de receita bruta (R\$ 6.464,1 milhões em 2013 e R\$ 5.593,8 milhões em 2012). OTC foi a categoria de maior crescimento, registrando um incremento de 0,2 ponto percentual no mix de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Bruto

Em 2014 obtivemos uma margem bruta de 27,6% sobre a receita bruta (26,6% em 2013 e 26,7% em 2012).

O retorno ao regime de substituição tributária no estado de São Paulo em dezembro de 2013 aliviou a carga tributária excessiva que nos onerava desde o 3T12, gerando um impacto positivo de 0,4 ponto percentual. Além disso, garantimos melhores condições de compras junto aos nossos fornecedores e implementamos mudanças táticas de precificação que elevaram a margem bruta em 0,4 ponto percentual.

EBITDA

Atingimos um EBITDA de R\$ 496,7 milhões (R\$ 308,6 milhões em 2013 e R\$ 285,0 milhões em 2012) e a margem EBITDA representou 6,5% da receita bruta (4,8% em 2013 e 5,1% em 2012).

O EBITDA foi impactado pelo aumento da margem bruta e a diluição registrada nas despesas operacionais, incluindo as despesas não recorrentes associadas à integração.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R\$ 221,4 milhões em 2014 (R\$ 101,0 milhões em 2013 e R\$ 104,9 milhões em 2012). O expressivo aumento no lucro líquido pode ser atribuída à margem EBITDA mais alta combinada com a redução das despesas financeiras, que foram parcialmente compensadas pelo aumento do IR.

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

Ativo (R\$ mil)	2013			2014			2015	
		AV	AH		AV	AH		AV
Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	241.885	6,7%	16,2%	281.189	6,9%	(5,9%)	264.549	5,7%
Clientes	373.260	10,3%	24,8%	465.990	11,5%	22,8%	572.083	12,3%
Estoques	1.132.620	31,3%	18,3%	1.340.199	33,1%	21,9%	1.633.604	35,2%
Tributos a Recuperar	38.658	1,1%	1,0%	39.042	1,0%	51,3%	59.068	1,3%
Outras Contas a Receber	108.953	3,0%	(1,3%)	107.590	2,7%	(8,9%)	98.040	2,1%
Despesas do Exercício Seguinte	8.200	0,2%	21,0%	9.921	0,2%	(2,5%)	9.672	0,2%
	1.903.574	52,7%	17,9%	2.243.931	55,4%	17,5%	2.637.016	56,8%
Não Circulante								
Depósitos Judiciais	10.763	0,3%	31,2%	14.116	0,3%	32,7%	18.730	0,4%
Tributos a Recuperar	11.859	0,3%	46,1%	17.330	0,4%	33,6%	23.156	0,5%
Outros Créditos	728	0,0%	67,3%	1.218	0,0%	94,9%	2.375	0,1%
Investimentos	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	30.317	0,7%
Imobilizado	536.629	14,8%	20,7%	647.673	16,0%	23,7%	801.283	17,3%
Intangível	1.150.539	31,8%	(2,2%)	1.125.021	27,8%	0,5%	1.130.403	24,3%
	1.710.518	47,3%	5,5%	1.805.358	44,6%	11,1%	2.006.264	43,2%
ATIVO	3.614.093	100,0%	12,0%	4.049.289	100,0%	14,7%	4.643.280	100,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo e Patrimônio líquido (R\$ mil)	2013			2014			2015	
	AV		AH	AV		AH	AV	
Circulante								
Fornecedores	671.455	18,6%	29,8%	871.477	21,5%	35,2%	1.177.928	25,4%
Empréstimos e Financiamentos	83.944	2,3%	16,4%	97.710	2,4%	4,7%	102.266	2,2%
Salários e Encargos Sociais	116.352	3,2%	21,7%	141.548	3,5%	15,5%	163.430	3,5%
Impostos, Taxas e Contribuições	65.920	1,8%	(35,9%)	42.230	1,0%	31,2%	55.398	1,2%
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	9.464	0,3%	202,9%	28.664	0,7%	(14,9%)	24.402	0,5%
Provisão para Demandas Judiciais	4.912	0,1%	6,1%	5.209	0,1%	(35,8%)	3.346	0,1%
Outras Contas a Pagar	67.956	1,9%	29,8%	88.212	2,2%	(0,3%)	87.984	1,9%
	1.020.003	28,2%	25,0%	1.275.050	31,5%	26,6%	1.614.754	34,8%
Não Circulante								
Empréstimos e Financiamentos	160.881	4,5%	14,1%	183.527	4,5%	2,1%	187.419	4,0%
Provisão para Demandas Judiciais	8.021	0,2%	(48,8%)	4.103	0,1%	(19,1%)	3.320	0,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.980	2,6%	34,0%	125.946	3,1%	28,5%	161.826	3,5%
Outras Obrigações	4.224	0,1%	(11,8%)	3.726	0,1%	(0,7%)	3.699	0,1%
Opção De Compra De Ações	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	31.632	0,7%
	267.107	7,4%	18,8%	317.303	7,8%	22,2%	387.896	8,4%
Patrimônio Líquido								
Capital Social	908.639	25,1%	0,0%	908.639	22,4%	99,0%	1.808.639	39,0%
Reservas de Capital	1.039.935	28,8%	(1,9%)	1.019.791	25,2%	(87,4%)	128.767	2,8%
Reserva de Reavaliação	12.941	0,4%	(1,4%)	12.755	0,3%	(1,5%)	12.569	0,3%
Reservas de Lucros	357.169	9,9%	33,1%	475.420	11,7%	40,0%	665.820	14,3%
Ajustes De Avaliação Patrimonial	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	(23.409)	(0,5%)
Dividendo Adicional Proposto	8.298	0,2%	386,0%	40.331	1,0%	19,6%	48.243	1,0%
	2.326.983	64,4%	5,6%	2.456.937	60,7%	7,5%	2.640.630	56,9%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.614.093	100,0%	12,0%	4.049.289	100,0%	14,7%	4.643.280	100,0%

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 393.085 mil ou 17,5% passando de R\$ 2.243.931 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 2.637.016 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.903.574 em 2013).

As principais variações foram:

(i) queda de R\$ 16.640 mil ou 5,9% em caixa e equivalentes de caixa, que passaram de R\$281.189 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 264.549 mil em 31 de dezembro de 2015, devido à diminuição de caixa e aplicações (R\$ 241.885 mil em 2013);

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(ii) aumento de clientes em R\$ 106,093 mil ou 22,8%, que passaram de R\$ 465,990 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 572.083 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 373.260 em 2013), basicamente por conta do crescimento do nosso faturamento, destacando-se o aumento de R\$ 111.791 mil ou 27,8% dos recebíveis de cartões de crédito e débito, em virtude principalmente do incremento da receita bruta de vendas e do crescimento da participação média destas modalidades de pagamento em 2015.

(iii) aumento de R\$ 293.405 mil ou 21,9% em estoques, que passaram de R\$ 1.340.199 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.633.604 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.132.620 mil em 2013). Esse aumento foi decorrente, principalmente, do nosso crescimento.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – realizável a longo prazo aumentou R\$ 11.597 mil ou 35,5% passando de R\$ 32.664 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 44.261 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 9.314 em 2013). A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R\$5.826 mil no saldo da conta de ICMS sobre o ativo imobilizado, devido ao forte ritmo de expansão da rede de lojas.

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização teve um aumento de R\$ 158.992 mil ou 9,0%, passando de R\$ 1.772.694 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.931.686 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.687.168 mil em 2013).

O imobilizado e o intangível em 2015 totalizaram R\$ 158.992 mil, estando este montante relacionado à abertura de novas lojas, além de reformas e modernizações de instalações, atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão e integração (R\$ 85.526 mil em 2014 e R\$ 62.648 mil em 2013).

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 1.614.754 mil em 31 de dezembro de 2015 quando comparado ao saldo de R\$ 1.275.050 mil em 31 de dezembro de 2014, apresentando um acréscimo de R\$ 156.727 mil ou 26,6% (R\$ 1.020.003 mil em 2013). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 34,8% em 31 de dezembro de 2015 em comparação a um percentual de 31,5% observados em 31 de dezembro de 2014 (28,2% em 2013).

As principais variações foram:

(i) o aumento de R\$ 306.451 mil ou 35,2% em fornecedores, que passaram de R\$ 871.477 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.177.928 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 671.455 mil em 2013), é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação.

(ii) o acréscimo de R\$ 4.555 mil ou 4,7% em financiamentos, que passaram de R\$ 97.710 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 102.266 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 83.944 mil em 2013). No curto prazo, esse aumento acontece pelas seguintes razões: reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias, aliada a apropriação de juros no período, deduzidas das amortizações efetuadas (principal + juros) no período.

(iii) queda de R\$ 4.261 mil ou (14,9)% em dividendos e juros sobre capital próprio, que passaram de R\$ 28.664 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 24.402 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 9.464 mil em 2013),

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 70.594 mil ou 22,2%, passando de R\$ 317.303 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 387.896 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 267.107 mil em 2013). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

8,4% em 31 de dezembro de 2015 em comparação a um percentual de 7,8% observados em 31 de dezembro de 2014 (7,4% em 2013).

As principais variações foram:

- i) O aumento nos financiamentos que cresceram R\$ 3.892 mil ou 2,1%, passando de R\$ 183.527 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 187.419 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 160.881 mil em 2013), pela diminuição pela reclassificação das parcelas para o curto prazo vencíveis em até 365 dias.
- ii) O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, que cresceu R\$ 35.880 mil ou 28,5%, passando de R\$ 125.946 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 161.826 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 93.980 mil em 2013). Essa variação é basicamente explicada pelo aumento do saldo do IR e CS sobre as despesas que são excluídas temporariamente da base de cálculo para fins de apuração desses impostos (exclusões temporárias).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 2.640.630 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado a um saldo de R\$ 2.456.937 mil verificado em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.326.983 mil em 2013), apresentando um aumento de R\$ 183.693 mil ou 7,5%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Reservas de Lucros que passou de R\$ 475.420 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 665.820 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 357.169 mil em 2013), representando um acréscimo de R\$ 190.400 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 340.357 mil ou 17,9% passando de R\$ 1.903.574 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 2.243.931 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.693.864 em 2012).

As principais variações foram:

- (i) aumento de R\$ 39.303 mil ou 16,2% em caixa e equivalentes de caixa, que passaram de R\$ 241.885 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 281.189 mil em 31 de dezembro de 2014, devido à linha de crédito concedida pelo BNDES (R\$ 166.963 mil em 2012);
- (ii) aumento de clientes em R\$ 92.731 mil ou 24,8%, que passaram de R\$ 373.260 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 465.990 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 335.771 em 2012), basicamente por conta do crescimento do nosso faturamento, destacando-se o aumento de R\$ 76.742 mil ou 23,6% dos recebíveis de cartões de crédito e débito, em virtude principalmente do incremento da receita bruta de vendas e do crescimento da participação média destas modalidades de pagamento em 2014.
- (iii) aumento de R\$ 207.580 mil ou 18,3% em estoques, que passaram de R\$ 1.132.620 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.340.199 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 973.396 mil em 2012). Esse aumento foi decorrente, principalmente, do nosso crescimento.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – realizável a longo prazo aumentou R\$ 9.314 mil ou 39,9% passando de R\$ 23.350 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 32.664 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 21.802 em 2012). A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R\$ 5.470 mil no

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

saldo da conta de ICMS sobre o ativo imobilizado, devido ao forte ritmo de expansão da rede de lojas.

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização teve um aumento de R\$ 85.526 mil ou 5,1%, passando de R\$ 1.687.168 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.772.694 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.624.520 mil em 2012).

Os investimentos em ativos imobilizados e intangíveis em 2013 totalizaram R\$ 270.970 mil, estando este montante relacionado à abertura de novas lojas, além de reformas e modernizações de instalações, atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão e integração (R\$ 236.810 mil em 2013 e R\$ 257.959 mil em 2012).

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 1.275.050 mil em 31 de dezembro de 2014 quando comparado ao saldo de R\$ 1.020.003 mil em 31 de dezembro de 2013, apresentando um acréscimo de R\$ 200.021 mil ou 25,0% (R\$ 863.276 mil em 2012). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 35,3% em 31 de dezembro de 2014 em comparação a um percentual de 28,2% observados em 31 de dezembro de 2013 (25,8% em 2012).

As principais variações foram:

- (i) o aumento de R\$ 200.021 mil ou 29,8% em fornecedores, que passaram de R\$ 671.455 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 871.477 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 575.587 mil em 2012), é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação.
- (ii) o acréscimo de R\$ 13.766 mil ou 16,4% em financiamentos, que passaram de R\$ 83.944 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 97.710 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 60.712 mil em 2012). No curto prazo, esse aumento acontece pelas seguintes razões: reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias, aliada a apropriação de juros no período, deduzidas das amortizações efetuadas (principal + juros) no período.
- (iii) queda de R\$ 23.690 mil ou 35,9% em impostos taxas e contribuições, que passaram de R\$ 65.920 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 42.230 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 40.489 mil em 2012). Esse acréscimo é justificado principalmente pela variação da conta de ICMS a recolher, em decorrência da mudança do regime tributário realizada no 4T13.
- (iv) aumento de R\$ 19.200 mil ou 73,6% em dividendos e juros sobre capital próprio, que passaram de R\$ 9.464 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 28.664 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 5.451 mil em 2012), em decorrência do aumento do lucro líquido da Companhia no período, com consequente reflexo na apropriação dos juros sobre o capital próprio.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 50.196 mil ou 18,8%, passando de R\$ 267.107 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 317.303 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 212.251 mil em 2012). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 8,8% em 31 de dezembro de 2014 em comparação a um percentual de 7,4% observados em 31 de dezembro de 2013 (6,4% em 2012).

As principais variações foram:

- i) O aumento nos financiamentos que cresceram R\$ 22.646 mil ou 14,1%, passando de R\$ 160.881 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 183.527 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 131.460 mil em 2012), pelos seguintes fatores: i) aumento pela captação de financiamentos junto ao BNDES; e ii) diminuição pela reclassificação das parcelas para o curto prazo vencíveis em até 365 dias.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ii) O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, que cresceu R\$ 31.966 mil ou 34,0%, passando de R\$ 93.980 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 125.946 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 64.021 mil em 2012). Essa variação é basicamente explicada pelo aumento do saldo do IR e CS sobre as despesas que são excluídas temporariamente da base de cálculo para fins de apuração desses impostos (exclusões temporárias).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 2.456.937 mil em 31 de dezembro de 2014, comparado a um saldo de R\$ 2.326.983 mil verificado em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.264.659 mil em 2012), apresentando um aumento de R\$ 129.954 mil ou 5,6%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Reservas de Lucros que passou de R\$ 357.169 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 475.420 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 294.721 mil em 2012), representando um acréscimo de R\$ 118.250 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera receitas principalmente na venda de medicamentos e não medicamentos. Segue a abertura das receitas da Controladora nos últimos três anos:

(R\$ mil)	2015	2014	2013
Marca	4.050.182	3.374.836	2.870.062
Genéricos	1.053.504	883.518	749.836
OTC	1.612.476	1.323.739	1.098.898
Medicamentos	6.716.162	5.582.093	4.718.795
Não Medicamentos	2.523.039	2.076.797	1.745.308
Total Geral	9.239.201	7.658.890	6.464.103

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item 10.1, letra h.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Negociamos com os fornecedores contratos anuais de compras que estabelecem, para cada linha de produto, os descontos comerciais sobre o Preço Fábrica que terão vigência ao longo do ano todo e o prazo de pagamento, e que historicamente só são alteradas em caso mudanças tributárias ou de mudanças estruturais de mercado.

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo anualmente no mês de abril, em conjunto com o Preço Máximo ao Consumidor, de forma que, quando passamos a comprar com preços reajustados, majoramos simultaneamente os nossos preços de venda aos consumidores. Em 2015, o reajuste de preços ao consumidor foi de 6,0%, em 2014 de 3,3%, em 2013 de 4,6%.

No caso dos Produtos de Perfumaria, nossas compras são feitas diretamente dos fabricantes, e as condições comerciais são bastante estáveis ao longo do ano.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e poderá nos afetar negativamente. As desvalorizações normalmente afastam o acesso ao mercado financeiro estrangeiro e instigam a intervenção governamental, incluindo políticas governamentais recessivas. As desvalorizações também reduzem o valor em Dólar dos dividendos e outras distribuições feitas em relação às nossas ações e o valor equivalente em Dólar das nossas ações.

Tendo em vista que todos os nossos passivos e nossas despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar. Entretanto, a taxa de câmbio tende a afetar o custo de grande parte de nossos fornecedores, que, em momentos de reversão de expectativa podem repassar parte da elevação de seus custos através da redução de descontos comerciais praticados ao varejo.

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controle de preços à maioria dos produtos farmacêuticos que nós vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado

10.2 - Resultado operacional e financeiro

anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço poderia resultar em uma menor margem de lucro em drogaria do que aqueles comumente realizados nos produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia afetar-nos adversamente. Qualquer um dos motivos citados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações e fluxo de caixa, bem como o preço de mercado de nossas ações.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não foi introduzido ou alienado um segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Concluimos em 1 de outubro de 2015 a aquisição do controle (55% do capital social) da 4Bio Ltda. A aquisição do controle da 4Bio marcou a entrada da Raia Drogasil no mercado varejista de Medicamentos de Especiais, o segmento farmacêutico que apresenta maior taxa de crescimento no Brasil e no mundo, e no qual a Raia Drogasil ainda não atuava.

c. eventos ou operações não usuais

Não houveram eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não foi feita ressalva ou ênfase no parecer do auditor.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Reporting Standards* - IFRS).

Na preparação das Demonstrações Financeiras a Administração da Companhia avalia e entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas e julgamentos subjetivos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade e determinação de valores presentes de direitos e obrigações que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. As premissas utilizadas são conservadoras e revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, o histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando quando necessário, referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício, ainda que não se possa ter precisão sobre os valores, porém, acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

As principais políticas críticas que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são:

a. Reconhecimento de receita

A Companhia opera com 1235 lojas em 17 estados da Federação e para garantir o completo processo de reconhecimento de receita, a Administração utiliza-se de sistemas e processos de reconciliação diários de faturamento das lojas de forma que possa assegurar que todas as transações de venda ocorridas foram corretamente registradas na Companhia.

A Administração entende que o processo de contabilização da receita é uma rubrica importante das demonstrações financeiras e quaisquer problemas neste processo de reconhecimento diário de receita pode resultar em um erro relevante nas demonstrações financeiras.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

10.5 - Políticas contábeis críticas

b. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A Administração avalia continuamente os julgamentos, as estimativas, e as premissas utilizadas nas provisões e entende que são razoáveis e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

- Provisões para Perdas nos Estoques

A Companhia acompanha periodicamente os níveis de perdas e recuperações nos estoques e com base nesses dados históricos, avalia e constitui as provisões e reversões, as quais refletem o modelo de gestão e política da Companhia.

- Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia avalia e atualiza as provisões para créditos de liquidação duvidosa mensalmente, com base em estimativas considerando os níveis históricos de inadimplência e recuperação de crédito.

- Provisões para Demandas Judiciais

As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

A Administração acompanha em uma frequência mensal o progresso das contingências classificadas como sendo de perda provável ou possível, como também os correspondentes valores das estimativas.

Os questionamentos efetuados pelas autoridades fiscais são inicialmente avaliados pelo departamento jurídico interno e identificado qual será o advogado externo que será responsável em defender / contestar a Companhia. Este profissional externo, tendo como referência informações disponibilizadas pela Administração, elabora a defesa e submete para apreciação dos advogados internos da Companhia inclusive e, quando aplicável, com avaliação da provável saída de caixa. Este conjunto de informações elaborado pelo advogado externo é analisado pelo departamento jurídico internos que valida o processo de defesa assim como a provável saída de caixa.

10.5 - Políticas contábeis críticas

c. Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

As taxas de juros com as quais a Companhia trabalha para realização do desconto a valor presente levam em consideração uma taxa de juros livre (Certificado de Depósito Interbancário) acrescida das taxas de riscos das contrapartes (clientes e da própria Companhia). Essas taxas de juros compostas estão em constante alteração em decorrência das oscilações das taxas de juros praticadas no mercado, como também as taxas de juros das contrapartes.

Periodicamente a Administração da Companhia, avalia e ajusta a valor presente os saldos dos ativos e passivos decorrentes de operações relevantes, como por exemplo, as contas a receber de clientes, os estoques e contas a pagar de fornecedores.

d. Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

No que se refere ao Imposto de Renda e Contribuição Social, a Companhia procede à contabilização tanto do ativo como do passivo diferidos desses tributos, em decorrência das diferenças temporárias verificadas em cada período, assim classificadas de acordo com o que preceitua a legislação tributária. A Companhia revisa regularmente o ativo fiscal diferido em termos de possibilidade de recuperação, levando-se em consideração o lucro histórico tributado, bem como as projeções futuras de lucro, com base em seu orçamento e planejamento.

e. Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Exceto pelo reconhecimento do passivo financeiro decorrente da opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes que estão em poder do acionista fundador da 4Bio Medicamentos S.A., a Companhia não opera com instrumentos complexos.

Diante de contextos macroeconômicos e incertezas futuras (inflação, taxas de juros, volatilidade da ação da Companhia, etc), a Administração da Companhia entende que as políticas contábeis dos Instrumentos Financeiros são críticas para as determinações dos seus valores justos e requerem julgamentos subjetivos e premissas complexas, para a correta contabilização dos valores.

f. Redução ao valor recuperável ("impairment")

O ativo imobilizado e o ativo intangível são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como o ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando for identificado prováveis perdas, os valores são reconhecidos ao resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

A Administração da Companhia avalia anualmente, o ágio sobre a expectativa de rentabilidade futura, alocado as respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios, e com base em estudos de fluxo de caixa descontado, elaborados por especialistas, que foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Com isso a Companhia considera esta política contábil uma estimativa crítica que requer julgamento e acompanhamento periódico.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 1634 contratos de aluguel onde estava localizada a maioria de suas lojas e os Centros de Distribuição, por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis anuais podem variar em função da assinatura de novos contratos ou rescisão.

Os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

	<u>2015</u>
Primeiros 12 meses	307.046
Entre 13 e 60 meses	764.847
Após 60 meses	<u>225.582</u>
	<u><u>1.297.475</u></u>

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial

iv. contratos de construção não terminada

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

De acordo com as normas contábeis vigentes não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia de forma significativa.

- b. natureza e o propósito da operação**

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

A natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão da rede, reforma e modernização de lojas. Em 2015, foi investido um valor total de R\$ 401.540 mil em ativos imobilizados e intangíveis (2014 - R\$ 270.970 mil, 2013 - R\$ 236.810 mil). Para 2016, esperamos abrir 165 lojas, além de investimentos em programa de manutenção e reforma de lojas, bem como atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimento nos últimos três anos e não há desinvestimento previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

c. novos produtos e serviços, indicando

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não possuímos pesquisas em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não possuímos projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não desenvolvemos novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

A Raia Drogasil S.A. projeta o número total de lojas a serem abertas ao longo do ano calendário. Essa projeção é feita de forma agregada para as marcas Droga Raia, Drogasil e Farmasil.

Importante notar que este número considera as aberturas brutas, não levando em conta eventuais fechamentos de lojas. Portanto, o aumento líquido de lojas pode diferir da soma entre as lojas iniciais e as aberturas brutas no período.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

A projeção compreende e é válida para os anos de 2016 e 2017.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

As projeções foram elaboradas à luz de nossa experiência passada e consideram a nossa expectativa acerca das nossas operações, tendo em vista, especialmente:

- (i) a nossa estratégia de expansão;
- (ii) a nossa capacidade financeira para suportar investimentos;
- (iii) a nossa capacidade de obter pontos comerciais atraentes com expectativas de retornos adequadas;
- (iv) a nossa capacidade de implantar novas lojas, incluindo a nossa estrutura de engenharia e a disponibilidade de funcionários qualificados dentro do nosso plano de carreira para operarem tais lojas;
- (v) Outras possíveis restrições.

Entendemos que temos controle sobre grande parte destas variáveis. Vale ressaltar que as projeções são estimativas, e que não constituem promessa de desempenho, de modo que poderão ser revistas (positiva ou negativamente).

d. valores dos indicadores que são objeto da projeção

ANO	PROJEÇÃO	REVISÃO	REALIZADO
2012	130 aberturas	110 aberturas	101 aberturas
2013	130 aberturas		131 aberturas
2014	130 aberturas		131 aberturas
2015	130 aberturas	145 aberturas	156 aberturas
2016	165 aberturas	200 aberturas	97 Aberturas (Até junho/16)
2017	195 aberturas	200 aberturas	

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Devido ao aumento de contratos assinados nos últimos 12 meses, suportando a aceleração do ritmo de abertura de lojas, revisamos a projeção anterior de 165 aberturas em 2016 e 195 aberturas em 2017 para 200 aberturas de lojas para cada ano, conforme fato relevante divulgado no dia 28 de julho de 2016. Até o dia 30 de junho de 2016 a Companhia havia aberto 97 lojas no ano corrente.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Revisamos as projeções para os anos de 2016 e 2017, contemplando a abertura bruta de 200 lojas em cada ano.

b. quanto as projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Ano	Projeção	Realizado
2014	130 aberturas	131 aberturas
2015	145 aberturas	156 aberturas

Cumprimos a projeção de 130 aberturas brutas em 2014.

Superamos a projeção de 145 aberturas brutas em 2015 em 11 lojas, devido ao aumento de contratos assinados nos últimos 12 meses, suportando a aceleração do ritmo de abertura de lojas.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Conseguimos superar a projeção divulgada devido ao aumento de contratos assinados nos últimos 12 meses, suportando a aceleração do ritmo de abertura de lojas e revisamos as projeções para os anos de 2016 e 2017, contemplando a abertura bruta de 200 e 200 lojas, respectivamente.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, regidos pelo disposto na Lei das S.A. e no Estatuto Social da Raia Drogasil S.A.

a. atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio;

Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando inclusive, mas sem limitação, novos investimentos, observado o item “t” abaixo, e/ou financiamentos e/ou desinvestimentos, assim como planos de negócios de longo prazo e suas alterações; b) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como a respeito de qualquer outro ato que tenha sido praticado, ou esteja para ser praticado, pelos Diretores; c) manifestar-se por escrito sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; d) autorizar a aquisição, a alienação, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis da Companhia; e) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral, bem como emitir parecer sobre propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; f) escolher, fiscalizar e destituir os auditores independentes e demais assessores da Companhia; g) aumentar o capital social, sem aprovação em Assembleia Geral, até o limite autorizado no Estatuto Social da Companhia; h) autorizar a Diretoria a representar a Companhia em sociedades coligadas ou controladas; i) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e poderes de representação da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia; j) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração dos administradores, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral; k) escolher o Diretor que acumulará a função de Diretor de Relações com Investidores; l) aprovar o Orçamento Anual; m) convocar Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária; n) autorizar qualquer tipo de garantia, aval ou fiança por parte da Companhia, em favor de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, fianças outorgadas a sociedades coligadas e controladas, bem como a concessão de garantias reais e/ou fidejussórias; o) autorizar a realização de negócio, ou conjunto de negócios interligados, que acarretem obrigações para a Companhia ou que exonerem terceiros de responsabilidades para com ela, bem como que comprometam seu Ativo Permanente em montante igual ou superior a 10% (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido; p) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures, notas promissórias comerciais na forma da legislação em vigor; q) aprovar a compra, a venda, oneração ou arrendamento de ativos permanentes que representem, individual ou conjuntamente, quantia igual ou superior a 1% (um por cento) de seu Patrimônio Líquido; r) aprovar a compra, a venda, a oneração ou o arrendamento de negócios ou de participação societária que representem, individual ou conjuntamente, quantia igual ou superior a 1% (um por cento) de seu Patrimônio Líquido; s) aprovar operações que representem, individual ou conjuntamente, um endividamento total igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia ou determine índice de liquidez corrente inferior a 1 (um); t) aprovar qualquer investimento individual ou conjuntamente igual ou superior a 1% (um por cento) de seu Patrimônio Líquido e qualquer investimento de capital (capex) de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma operação ou em uma série delas, por exercício social, valor este a ser atualizado pela variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo) verificada a partir de 10 de novembro de 2011 até a data da aprovação de cada operação em questão; u) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no parágrafo 5º do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização; v) deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; w) declarar dividendos intermediários; x) outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

aprovado em Assembleia Geral e criar comitês de administração do plano; y) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no Capítulo VII do Estatuto Social da Companhia; z) apresentar à Assembleia Geral proposta de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou qualquer outra espécie de reorganização societária, participação em qualquer empreendimento comum, em qualquer associação entre empresas, bem como de transformação em outro tipo societário, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e liquidação da Companhia; aa) deliberar, ad referendum da Assembleia Geral, proposta de participação nos lucros para os administradores da Companhia; bb) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; cc) aprovar qualquer plano de remuneração variável dos administradores, inclusive com ações da Companhia e suas controladas; dd) aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas; ee) deliberar sobre proposta de grupamento, desdobramento e bonificação de ações a ser submetida à Assembleia Geral; ff) definir e alterar e qualquer das políticas de capitalização, endividamento, risco, distribuição de lucros e investimento da Companhia e de suas controladas; gg) deliberar sobre a determinação do voto a ser proferido pela Companhia, seus representantes e administradores indicados pela Companhia na assembleia geral ou na reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, de qualquer controlada com relação a qualquer matéria de competência da assembleia geral e às matérias listadas nos itens g), m), p), r), t), u), v), x), z), dd), ee) e ff) acima; hh) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM. Para os fins acima, “Patrimônio Líquido” significa o patrimônio líquido da Companhia registrado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP ou Formulário de Informações Trimestrais – ITR, o que for mais recente. O Conselho de Administração poderá instituir Comitês, integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros do Conselho de Administração, os Diretores e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia, para assessorá-lo no desempenho de suas atividades. O escopo, composição e funcionamento de cada Comitê serão definidos pelo Conselho de Administração na deliberação que aprovar sua criação.

Compete à Diretoria: a) coordenar e gerir os negócios sociais; b) observar e fazer cumprir o disposto na Lei das S.A., no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia; c) organizar e apresentar anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração, a serem acompanhados do parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e do parecer dos auditores independentes; d) abrir, fechar e movimentar contas bancárias; e) propor a aquisição, a alienação, a transferência, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis; f) transigir, ceder ou renunciar a direitos que não sejam relativos a bens imóveis da Companhia; g) nomear procuradores em nome da Companhia; h) adquirir, alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da Companhia, nos limites do Estatuto Social da Companhia; i) autorizar e realizar operações, celebrar contratos, que obriguem, onerem ou responsabilizem a Companhia nos limites do Estatuto Social da Companhia; j) decidir sobre a abertura,

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

fechamento ou mudança de filiais, depósitos, centros de distribuição, sucursais, escritórios ou representações no país ou exterior em reunião de Diretoria, previamente ouvido o Comitê de Expansão, quando e se instalado; l) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como divergência entre seus membros.

Compete ao Conselho Fiscal da Companhia: (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (e) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Comitês de Apoio à Gestão (órgãos não estatutários):

Compete ao Comitê Estratégico (i) desenvolver e propor ao Conselho de Administração as políticas relativas à estratégia empresarial e ao aprimoramento das operações; e (ii) formular recomendações ao Conselho de Administração e acompanhar a implementação de políticas, estratégias e ações que visem ao incremento da competitividade da Companhia.

Compete ao Comitê de Pessoas (i) alinhar projetos e processos relativos a pessoas e à visão estratégica da organização; (ii) discutir e propor políticas de remuneração e incentivos para empregados e administradores, bem como plano de opção de compra de ações para os administradores; (iii) propor critérios para avaliação de desempenho e competências para empregados e administradores; (iv) formular e acompanhar indicadores de desempenho, produtividade e gestão da organização.

Compete ao Comitê de Expansão (i) auxiliar o Conselho de Administração no planejamento do crescimento da Companhia; (ii) avaliar e recomendar eventuais fusões e aquisições; (iii) suportar a Administração na análise e na contratação de novos pontos comerciais; (iv) acompanhar e fiscalizar o cumprimento do planejamento aprovado.

Compete ao Comitê de Finanças (i) acompanhar o cumprimento do orçamento e dos resultados; (ii) auxiliar o Conselho de Administração na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos em nossa posição financeira; (iii) examinar, discutir e formular recomendações ao Conselho de Administração quanto à política financeira proposta pela Diretoria; e (iv) propor mecanismos de operacionalizações relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio.

Nenhum dos órgãos e comitês acima informados possui regimento interno próprio.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente e sua última instalação ocorreu na última Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 31 de março de 2016.

O Comitê de Expansão, o Comitê Estratégico, o Comitê de Pessoas e o Comitê de Finanças foram criados em 24 de novembro de 2011, em reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, e começaram a atuar em 01 de abril de 2012, exceto pelo Comitê de Finanças que começou a atuar em 24 de novembro de 2011. À época de sua criação o Comitê de Finanças era denominado Comitê de Auditoria e o Comitê Estratégico era denominado Comitê de Operações, tendo as denominações sido posteriormente alteradas na reunião do Conselho de Administração no dia 9 de agosto de 2012.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado;

Os membros da Diretoria são avaliados com base no o alcance de metas operacionais e financeiras, bem como no desempenho individual. Para tanto, os diretores da Companhia são avaliados anualmente pelo Diretor Presidente, com o objetivo de verificar se foram atingidas as metas individuais pré-estabelecidas, todas relativas à performance da respectiva área de atuação do diretor e da Companhia como um todo. O Diretor Presidente, por sua vez, é avaliado anualmente pelo Conselho de Administração, de acordo com o desempenho alcançado pela Companhia, utilizando como base critérios previamente estabelecidos.

Os membros do Conselho de Administração e dos comitês não estão sujeitos a um mecanismo formal de avaliação de desempenho.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais;

Compete ao Diretor-Presidente: a) estabelecer o modelo de gestão da Companhia e fazê-lo cumprir; b) dirigir os negócios da Companhia e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Companhia, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração; c) dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias; d) nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Companhia; e) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; f) representar institucionalmente a Companhia; e g) participar ou designar preposto, como membro efetivo e/ou indicar outros diretores para participarem dos Comitês que vierem a ser instalados na forma do parágrafo único do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; b) divulgar a Companhia e seus títulos mobiliários junto a analistas financeiros e potenciais investidores, no Brasil e no exterior; c) prestar informações ao mercado financeiro, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e d) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM.

Compete ao Diretor Financeiro: a) disponibilizar uma estrutura de capital em linha com a estratégia e com as necessidades da Companhia; b) gerenciar o fluxo de caixa, obter fontes de financiamento e representar a

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Companhia junto às instituições financeiras; c) zelar pela boa utilização dos recursos financeiros e por um adequado retorno sobre o capital investido; d) assegurar a correta contabilização das transações da Empresa e o cumprimento de suas obrigações fiscais; e) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Compete ao Diretor Comercial, de Vendas e Marketing: a) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de compras e gerenciar o relacionamento com os fornecedores da Companhia; b) acompanhar o desempenho e a rentabilidade por fornecedor e liderar negociações para a maximização do lucro bruto da Companhia e para a viabilização de ações conjuntas de merchandising; c) representar a Companhia perante associações e outros stakeholders nos mercados farmacêutico e de higiene e beleza; d) desenvolver, implementar e monitorar estratégias de gestão das vendas, loja a loja, visando maximizar o Lucro Bruto da Companhia; e) gerenciar as iniciativas de marketing e promoção da Companhia; f) definir, implementar e gerenciar as estratégias por categorias de produto; g) definir, implementar e gerenciar as estratégias de relacionamento para os clientes cadastrados no programa de fidelidade da Companhia.

Compete ao Diretor de Logística e Tecnologia da Informação (TI): a) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de gestão da cadeia de suprimentos da Companhia; b) supervisionar as operações logísticas da Companhia, de forma a assegurar o adequado abastecimento de lojas e o uso eficiente do capital de giro da Companhia; c) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de TI da Companhia, priorizando investimentos e iniciativas para a obtenção de novos diferenciais de negócio, alavancando a segurança, eficiência e produtividade das operações da Companhia; d) desenvolver, implementar e monitorar a estrutura de segurança e prevenção de perdas da Companhia.

Compete aos Diretores de Operações de Varejo: a) desenvolver, implementar e monitorar estratégias que contribuam para a melhoria da operação de loja e para elevar a competitividade da Companhia; b) promover e monitorar o crescimento das vendas e dos resultados, loja a loja; c) liderar, supervisionar e monitorar a operação de loja; d) monitorar o mercado de drogarias nos diferentes estados e regiões; e) supervisionar e contribuir para o desenvolvimento e para a formação de gerentes regionais.

Compete ao Diretor de Recursos Humanos: a) desenvolver as estratégias para atrair, reter e remunerar talentos da Companhia; b) zelar pela preservação e evolução da cultura organizacional da Companhia e gerenciar a comunicação interna da Companhia; c) planejar e assegurar a disponibilização do quadro de funcionários na quantidade e com a qualificação necessária para atender a qualidade da operação da Companhia e permitir seu crescimento; d) gerenciar as despesas de pessoal da Companhia e) administrar e supervisionar os processos e atividades de formação e administração de pessoal; f) assegurar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia.

Compete ao Diretor de Expansão: a) desenvolver políticas e estratégias de expansão nos mercados atuais e novos mercados; b) definir a localização e organizar a estratégia de captação de forma a atingir os objetivos de desenvolvimento e expansão propostos pela Companhia; c) negociar os contratos referentes a novas lojas; d) supervisionar os procedimentos necessários à implementação das novas lojas; e) desenvolver a gestão de manutenção de todos os imóveis em uso no exercício das atividades pela Companhia, incluindo os projetos de construção, atualizações visuais e projetos de arquitetura.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e oito dias corridos de antecedência em segunda convocação, na forma do artigo 124 e parágrafos da Lei das Sociedades Anônimas.

b. competências

Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; d) reformar o Estatuto Social; e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia; f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados da Companhia; h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; i) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social; j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação; k) deliberar sobre o cancelamento do registro de Companhia aberta perante a CVM; l) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; m) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em tais acordos de acionistas.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Físico: Sede da Companhia localizada na Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3097, Butantã-CEP: 05339-900, São Paulo, SP.

Endereços Eletrônicos: em português: <http://www.raiadrogasil.com.br>; <http://www.cvm.gov.br>; <http://www.bmfbovespa.com.br>; em inglês: <http://www.raiadrogasil.com.br/ir>.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a lei 6.404/76, não pode ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A lei dispõe ainda que seja vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe dar ciência da natureza e extensão de seu interesse. Os conflitos de interesses são identificados nos termos da lei 6.404/76 e controlados pela Administração da Companhia.

A Companhia adota como procedimento recorrente, o monitoramento de transações ou atividades que possam caracterizar possíveis conflitos de interesses.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f. formalidades necessárias para a aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei nº 6.404/76, o acionista pode ser representado em assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado ou, ainda, por instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados em assembleia geral por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando nesse caso o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

A Companhia exige o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notariação, consularização e tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior.

Os instrumentos de procuração e de representação deverão ser depositados, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia geral no seguinte endereço: Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, CEP 05339-900, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Caso o acionista não tenha depositado os instrumentos de procuração e de representação no prazo indicado acima, seus representantes ou procuradores poderão participar da assembleia geral, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes.

Por fim, a Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Caso o acionista deseje enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos para os endereços abaixo:

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(i) via física original ou digitalização da via original do boletim de voto a distância relativo à assembleia geral em questão devidamente preenchido, rubricado e assinado;

(ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do art. 40 da Lei nº 6.404/76, para fins de comprovar sua qualidade de acionista (a Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e

(iii) cópia autenticada ou digitalização da via original dos seguintes documentos:

para pessoas físicas:

- documento de identidade com foto do acionista

para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;

- documento de identidade com foto do representante legal;

para fundos de investimento:

- último regulamento consolidado do fundo;

- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação;

- documento de identidade com foto do representante legal.

Os boletins e documentos acima devem ser recebidos até 7 dias antes da data da assembleia e aqueles recebidos após esta data serão desconsiderados.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados aos cuidados de Departamento Jurídico, preferencialmente para o endereço eletrônico: juridico.societario@raiadrogasil.com.br.

Em caso de envio de documentos via correio ou presencialmente, tal documentação deve ser direcionada à Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, CEP 05339-900, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento Jurídico. A Companhia solicita ainda que cópia do boletim de voto a distância seja enviada para juridico.societario@raiadrogasil.com.br.

A Companhia exige reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notariação e consularização daqueles assinados no exterior, para aceitação do boletim de voto a distância.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em idiomas português, inglês ou espanhol ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido e os procedimentos e prazos para eventual retificação e reenvio, caso necessário.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto à distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i. instruções para que o acionista ou grupo de acionista inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas conforme a regulamentação vigente, em especial, nos prazos lá estabelecidos e juntamente com os documentos nela referidos.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados aos cuidados de seu Departamento Jurídico, preferencialmente para o endereço eletrônico: juridico.societario@raiadrogasil.com.br. Em caso de envio de documentos via correio ou presencialmente, tal documentação deve ser direcionada à Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, CEP 05339-900, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento Jurídico. A Companhia solicita o envio de cópia da proposta para juridico.societario@raiadrogasil.com.br.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns nem páginas na rede mundial de computadores destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto a distância

Alternativamente ao envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio:

- (i) de seus respectivos agentes de custódia, no caso de ações que estejam depositadas em depositário central; ou
- (ii) da instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central; ou
- (iii) do depositário de ADRs, no caso de ADRs.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias.

No último exercício foram realizadas 16 reuniões sendo 6 Ordinárias e 10 Extraordinárias. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão no mínimo seis vezes ao ano conforme um calendário fixado na primeira reunião anual. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente ou, na sua ausência, por quaisquer dois membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de carta com aviso de recebimento, fax ou correio eletrônico, devendo constar do aviso de convocação a data, o horário e os assuntos a serem tratados.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Existem tais disposições, na companhia, que são as seguintes e devem ser precedidas de Reuniões Prévias. Na reunião do Conselho de Administração da Companhia que deliberar sobre: (a) a convocação de Assembleia Geral de Acionistas da Companhia para deliberar sobre qualquer matéria, (b) aumento do capital social da Companhia, com ou sem emissão de novas ações; (c) emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis ou não em ações (inclusive de opções de compra de ações); (d) grupamento, desdobramento, bonificação; (e) definição e alteração de qualquer das Políticas de Capitalização, Endividamento, Risco, Distribuição de Lucros e Investimento; (f) aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão; (g) celebração de qualquer negócio com Parte Relacionada; (h) realização de investimentos de capital (capex) de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma operação ou em uma série delas, por exercício social – valor este a ser atualizado pela variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo) verificada a partir da data de assinatura deste Acordo de Acionistas até a data da aprovação da operação em questão (i) compra, venda, oneração ou arrendamento de negócio ou de participação societária que represente, individual ou conjuntamente, quantia igual ou superior a 1% do patrimônio líquido da Companhia; (j) qualquer espécie de reorganização societária; e/ou (k) determinação do voto a ser proferido na assembleia geral ou reunião do conselho de administração de qualquer Controlada com relação a qualquer das matérias listadas nesta Cláusula 5.1, para definir o teor do voto a ser proferido por seus representantes na Assembleia Geral ou na reunião do Conselho de Administração em questão (“Reunião Prévia”). Para os fins desta Cláusula 5.1, “Patrimônio Líquido” significa o patrimônio líquido da Companhia registrado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP ou Formulário de Informações Trimestrais – ITR, o que for mais recente. Não obstante o acima disposto, o Patrimônio Líquido da Companhia anteriormente à divulgação das DFP da Companhia referente ao exercício de 2011 equivalerá à soma dos patrimônios líquidos da Companhia e de sua subsidiária integral Raia S.A. (CNPJ/MF nº 60.605.664/0001-06) conforme registrados nos respectivos ITRs referentes ao terceiro trimestre de 2011.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a lei 6.404/76 qualquer membro do conselho de administração da companhia está proibido de votar em qualquer Assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da companhia.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

CAPÍTULO VIII - DO JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 36 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Fernando Kozel Varela 171.185.568-58	29/05/1970 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Logística e Tecnologia da Informação	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	4 0.00%
Maria Susana de Souza 399.000.104-34	24/08/1964 Psicóloga	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora de Recursos Humanos	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	2 0.00%
Renato Cepollina Raduan 213.837.378-94	31/05/1975 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Operações de Varejo - Bandeira Raia e Bandeira Drogasil	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	3 0.00%
Antonio Carlos Coelho 030.285.708-74	14/06/1963 Contador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Financeiro	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	2 0.00%
Marcelio D'Amico Pousada 066.548.318-02	02/08/1963 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	3 0.00%
Marcello De Zagottis 270.229.108-20	01/11/1975 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Comercial, de Vendas e Marketing	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	4 0.00%
Hector Nunez 249.498.638-94	30/10/1962 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	2 78.00%
Antonio Carlos Pipponzi 454.326.788-53	10/08/1952 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	4 100.00%
Cristiana Almeida Pipponzi	22/12/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	2

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
285.220.788-58	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017	Sim	100.00%
Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado	09/09/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	4
154.088.518-69	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017	Sim	0.00%
José Paschoal Rossetti	18/09/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	4
016.391.880-53	Professor	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/03/2017	Sim	94.00%
Carlos Pires Oliveira Dias	24/05/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	20
578.464.058-53	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017	Sim	61.00%
Plínio V. Musetti	27/01/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	4
954.833.578-68	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017	Sim	100.00%
José Sampaio Correa Sobrinho	10/09/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	20
495.082.618-20	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017	Sim	39.00%
Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho	17/07/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	20
040.443.368-57	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017	Sim	89.00%
Cristina Ribeiro Sobral Sarian	25/11/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	2
153.083.548-80	Administradora	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017	Sim	11.00%
Carlos do Prado Fernandes	02/01/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	0
094.970.848-89	Engenheiro	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	29/03/2017	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Donato José Garcia Rossetti 084.620.338-37	23/10/1967 Empresario	Pertence apenas ao Conselho de Administração 28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	0 0.00%
Antonio Carlos de Freitas 190.272.818-15	20/12/1949 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	0 0.00%
Renato Pires Oliveira Dias 269.999.988-17	08/03/1978 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	9 100.00%
Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle 269.997.118-95	08/03/1978 Bacharel em Comunicação Social	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	2 0.00%
Jairo Eduardo Loureiro 006.161.338-04	31/12/1940 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	18 100.00%
João Martinez Fortes Junior 060.190.948-80	07/04/1962 Contador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	2 0.00%
Eugenio De Zagottis 186.783.418-90	21/11/1970 Administrador	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 38 - Conselheiro(Suplente)/ Dir. Rel. Invest.	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	4 0.00%
Diretor de Expansão e de Relações com Investidores					
Gilberto Lerio 269.714.378-53	26/08/1950 Contador	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	18 100.00%
Flavio Stamm 048.241.708-00	05/12/1962 Administrador de Empresas	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	4 0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Fernando Carvalho Braga	05/06/1952	Conselho Fiscal	29/03/2017	março de 2019	12
538.987.458-72	Empresário	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/03/2017	Sim	100.00%
Nilda Bernadete Manzatto Bertolino	18/04/1957	Conselho Fiscal	29/03/2017	março de 2019	17
939.014.458-20	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/03/2017	Sim	0.00%
Mário Antonio Luiz Corrêa	29/12/1944	Conselho Fiscal	29/03/2017	março de 2019	17
063.857.108-15	Contador e Administrador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/03/2017	Não	100.00%
Paulo Sérgio Buzaid Tohmé	09/12/1967	Conselho Fiscal	29/03/2017	março de 2019	4
143.925.478-84	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/03/2017	Não	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Fernando Kozel Varela - 171.185.568-58

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP) e pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). cursou MBA pela University of Pittsburgh, na Câmara Americana em São Paulo. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen e em 1996 ingressou na Raia S.A como Gerente de Projetos. Em 10/11/2011 foi nomeado Diretor de Logística e Tecnologia da Informação da Raia Drogasil S.A.

Maria Susana de Souza - 399.000.104-34

Formada em Psicologia Organizacional e pós graduação em Administração e Planejamento de Recursos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco. cursou o Programa de Desenvolvimento Gerencial no IESE Universidade de Navarra em Barcelona.Trabalhou no Walmart/Bompreço de 1997 à 2010 onde ocupou diferentes posições de liderança em Recursos Humanos e nos últimos anos esteve à frente da Diretora de Desenvolvimento Organizacional e Diversidade. Ingressou no Makro South América, empresa do grupo Holandês SHV, 2010 à 2014, onde liderou as estratégias de Recursos Humanos na região. Na Raia Drogasil desde Abril 2014 ocupa a Vice Presidência de RH

Renato Cepollina Raduan - 213.837.378-94

Formado em engenharia naval pela POLI-USP e MBA em Insead, na França. Atuou entre 2010 e 2013 como Vice-Presidente de Marketing, Gestão de Categorias e Pricing. Em 2009 foi líder da Divisão de Varejo e Bens de Consumo (Diretor/Principal) na Roland Berger Strategy Consultants. Foi líder da Divisão de Consultoria de Gestão para Varejo da América Latina (Gerente Sênior) entre 2005 e 2008. Desde 2003 atua como diretor de Operações de Varejo da Raia Drogasil.

Antonio Carlos Coelho - 030.285.708-74

Graduado em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG) e MBA em Finanças pela Fundação Instituto de Administração (FIA). Fez carreira na Drogasil, agora RaiaDrogasil. De 1996 a 2010 foi Gerente de Controladoria, de 2010 a 2012 foi Diretor Adjunto de Controladoria e de 2012 a 2013 foi Diretor de Finanças e Controladoria. Foi eleito Diretor Financeiro em 30/9/2013, cargo que ocupa atualmente.

Marcilio D'Amico Pousada - 066.548.318-02

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), presidente da Livraria Saraiva de 2005 a 2013, e de 2000 a 2005 foi presidente fundador da OfficeNet no Brasil. Diretor de não-alimentos no Sam's Club, do Grupo Wal-Mart, onde trabalhou de 1994 a 1999. Pousada iniciou sua carreira no Mappin e na C&A. Atualmente é Diretor Presidente da Raia Drogasil desde julho de 2013.

Marcello De Zagottis - 270.229.108-20

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e com MBA com honras pela University of Michigan Business School. Iniciou sua carreira em consultoria de empresas na Accenture e na ArthurD. Little, e trabalhou posteriormente como Gerente de Categoria na Borders Bookstores. Ingressou na Raia S.A em 2001, tendo exercido a função de Gerente de fevereiro de 2001 até abril de 2003 e, retornou em agosto de 2006, como Diretor de Vendas. Em 10/11/2011 foi nomeado Diretor Comercial e de Marketing da Raia Drogasil S.A.

Hector Nunez - 249.498.638-94

Formado em Administração de Empresas pela Florida International University. Concluiu, em 1986, o Master of Business Administration (MBA) na Florida International University. Participou do Programa de Desenvolvimento de Executivo 2002-2003 da Wharton School of Business/Emory University/Goizueta School of Business, da University of Pennsylvania, e do Global 2020 Programa de Desenvolvimento de Executivo 2008 – 2009, da Tuck School of Business, da Dartmouth University. Atuou como: (1) Gerente Geral, na The Hertz Corporation, de 1982 a 1989. (2) Presidente e Gerente Geral, na Centriz of North America, Inc., de 1989 a 1992. (3) Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo, na Westhem Industrial Ltda., de 1993 a 1994. (4) Presidente e C.E.O., na Car Rental Systems do Brasil S.A./Hertz Brasil, de 1994 a 1996. (5) Vice Presidente e C.O.O., na Sucos del Valle do Brasil Ltda., de 1996 a 1999. (6) C.E.O., na Cia. Maranhense de Refrigerantes S.A. /COCA-COLA, de 1999 a 2001, Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios, Divisão Brasil, de 2001 a 2003, e Vice Presidente de Operações – América Latina e América Central, de 2003 a 2006, na The Coca Cola System. (7) Vice Presidente Executivo e C.E.O., de 2006 a 2008, e Presidente e C.E.O. da Wal-Mart Brasil Ltda. (8) Desde 2010, é Presidente e C.E.O. da Ri Happy Brinquedos. Foi eleito membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil em 2013. Os membros independentes são eleitos nos termos exigidos pelo regulamento de listagem do novo mercado da BM&FBovepa, em atendimento ao artigo 141 parágrafo 4º e 5º da lei das S.A., o mesmo deve ter reputação ilibada, não ocupar cargo em sociedade considerada concorrente e não pode representar interesse conflitante com os da Companhia.

Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53

Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP) e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). De 1977 a 2011, trabalhou na Raia S.A. nos seguintes cargos: Diretor Administrativo e Financeiro de 1982 a 1993, Diretor Superintendente de 1994 a 2003 e, e foi Diretor Presidente, de 2003 a 2011. Atualmente, é membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Cristiana Almeida Pipponzi - 285.220.788-58

Formada em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Trabalhou como consultora pela Ernst & Young entre 1997 e 1999. Em 2000, participou da constituição de website de uma empresa de venda de assinaturas de revistas e jornais nacionais e internacionais. cursou MBA em INSEAD, na França. Em 2005 retornou a Raia como diretora não-estatutária de Marketing, cargo que atuou até 2009. Foi diretora não-estatutária de Comunicações Corporativas de 2009 a 2013. Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração.

Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado - 154.088.518-69

Formada em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo (USP). Em 1991, participou da criação da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias - Abrafarma – entidade que representa em âmbito nacional o segmento varejista farmacêutico, sendo que de 1991 a 1994 foi Vice-Presidente e de 1994 a 1997 Presidente da referida entidade. Ingressou na Raia S.A. em 1982, tendo exercido as funções de Diretora de Recursos Humanos e Diretora Jurídica, cargo em que permaneceu até março de 2003. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53

Professor, pesquisador e consultor da Fundação Dom Cabral nas áreas de Macroambiente, Impactos de Macromudanças nos Negócios e Formulação Estratégica. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor e condutor de processos de planejamento estratégico em cerca de 50 empresas do país. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de governança corporativa em grandes empresas. Sócio-Diretor da Rossetti Consultores Associados, empresa dedicada à formulação de estratégias de negócios e à estruturação de ambientes de governança corporativa. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração dos Grupos Fleury Medicina e Saúde, Boticário, Tangará Foods, Orteng e Santa Cruz e também é consultor do Comitê de Governança da Copersucar. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas. Atualmente, é membro efetivo independente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A. Os membros independentes são eleitos nos termos exigidos pelo regulamento de listagem do novo mercado da BM&FBovepa, em atendimento ao artigo 141 parágrafo 4º e 5º da lei das S.A., o mesmo deve ter reputação ilibada, não ocupar cargo em sociedade considerada concorrente e não pode representar interesse conflitante com os da Companhia.

Carlos Pires Oliveira Dias - 578.464.058-53

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor da Air Farm LLC, sociedade que exerce as atividades de investimentos e participações; (2) Conselheiro da Alcoa Alumínio S/A, cuja atividade principal é a indústria de mineração e transformação; (3) Diretor da Allpar SE, sociedade holding européia; (4) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Arrossensal Agropecuária e Industrial S/A, sociedade que atua no ramo de atividades agropecuárias; (5) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Cimentos S/A, companhia de capital aberto atuante na indústria cimenteira; (6) Conselheiro da Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S/A, companhia de capital aberto que exerce, entre outras atividades, incorporações, construção civil e compra e venda de imóveis; (7) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Construções e Participações S/A, empresa que administra participações em outras sociedades; (8) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Energia S/A, sociedade que exerce pesquisas e estudos relacionados a empreendimentos destinados a produção de energia; (9) Diretor da Camargo Correa Overseas Ltd, cuja atividade principal é realizar investimentos e a administração de bens; (10) Diretor da Camargo Correa Portugal SGPS S/A, sociedade holding; (11) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa S/A, holding operacional do Grupo Camargo Correa; (12) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Investimentos em Infra-Estrutura S/A, sociedade que exerce, principalmente, as atividades de planejamento e obras de construção civil pesada, atuando, também, como concessionária de serviços públicos; (13) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cavo Serviços e Meio Ambiente S/A, sociedade que presta serviços relacionados ao meio-ambiente; (14) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cavo Serviços e Saneamento S/A, sociedade que presta serviços de engenharia, limpeza e transporte; (15) Vice-Presidente do Conselho de Administração da CNEC Engenharia S/A, empresa que realiza consultoria em engenharia; (16) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Construções e Comércio Camargo Correa S/A, sociedade com atuação na atividade de construção civil pesada; (17) Diretor Presidente da Fazenda Guariroba S/A, sociedade atuante no ramo de atividades agropecuárias; (18) Diretor da Fazenda Morro Vermelho Ltda, sociedade cuja atividades estão relacionadas ao ramo agropecuário; (19) Diretor da Guvia Serviços de Consultoria Ltda, que exerce consultoria econômico-financeira; (20) Diretor da Heliomar S/A, sociedade que realiza a administração de bens próprios; (21) Diretor da International Engineering Holding S.E., empresa que presta o serviço de consultoria em engenharia; (22) Diretor da Loma Negra Companhia Industrial Argentina S/A, empresa atuante no ramo da indústria cimenteira; (23) Diretor da Kandaré Serviços de Consultoria Ltda, cuja atividade principal é a consultoria econômico-financeira; (24) Suplente de Diretor da Participações Morro Vermelho S/A, sociedade holding; (25) Diretor Presidente da Regimar Agropecuária Ltda., empresa que exerce atividades relacionadas ao ramo agropecuário; (26) Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Regimar Comercial S/A, sociedade que exerce a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades; (27) Conselheiro da São Paulo Alpargatas S/A, companhia de capital aberto com atividades na indústria têxtil e de vestuário; (28) Diretor da YRG Investments Ltd, sociedade que realiza investimentos e detém participação em outras sociedades; (29) Vice Presidente do Conselho de Administração da VBC Energia S/A, sociedade de capital aberto com participação em empresas principalmente do setor energético e de saneamento; e (30) Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Plínio V. Musetti - 954.833.578-68

Formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Participou em 1989 do Programa de Desenvolvimento Gerencial na universidade norte-americana Harvard Business School. É sócio da Pragma Patrimônio, responsável por investimentos em participações. Antes de se tornar sócio da Pragma Patrimônio teve uma sólida carreira em empresas nacionais e multinacionais como Grupo Villares, Elevadores Atlas Schindler, JP Morgan Partners e Satipel Industrial. Atuou em diversos Conselhos de Administração e Conselhos Consultivos de empresas privadas e públicas. Como Diretor Presidente da Elevadores Atlas, conduziu o processo de reestruturação operacional, com a entrada de um investidor de private equity, e a venda desta empresa, assim como participou do processo de integração após a aquisição da Elevadores Atlas. Como sócio do JP Morgan Partners, foi responsável por investimentos de private equity na América Latina e gestão ativa da carteira de empresas em diversos setores. Nos últimos anos, participou do IPO da Satipel e, como CEO desta sociedade, coordenou o processo de fusão com a Duratex S.A. Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

José Sampaio Correa Sobrinho - 495.082.618-20

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor da Fazenda Guariroba S/A, sociedade atuante no ramo agropecuário; (2) Diretor da Regimar Agropecuária Ltda., sociedade cuja atividade principal está relacionada à agropecuária; (3) Diretor da Regimar Comercial S/A, que exerce a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, Empresa participa com mais de 5% do Capital da Drogasil; (4) Diretor da YRG Investments Ltd, sociedade com investimentos e participação em outras sociedades; e (5) é membro suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho - 040.443.368-57

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Vice-Presidente e Sócio Fundador da GL Holdings S/A, sociedade holding sócia da Klabin Irmãos & Cia., que por sua vez é a controladora da sociedade Klabin S/A; (2) membro efetivo do Conselho de Administração da Klabin S/A; (3) membro do Conselho de Administração da Fundação Bienal de São Paulo; e (4) é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Cristina Ribeiro Sobral Sarian - 153.083.548-80

Formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-graduada em Administração de Empresas (Especialização em Finanças) pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), trabalhou como consultora na empresa Accenture, de 1993 a 1996. De 1996 a 1999, exerceu o cargo de Vice Presidente de Análise de Ações, na Bear Stearns. Atuou na Fundação CESP, de 1999 a 2002, como Analista de Investimentos. Ocupou o cargo de consultora na Paulo Renato Souza Consultores, de 2003 a 2006. Posteriormente, associou-se à Quadrante Investimentos, onde atuou em estratégia de investimentos. No período de 2007 a 2010, foi associada da Neo Investimentos, onde exerceu a função de Análise de Ações. Desde 2011, é associada da GL Asset, onde atua na gestão e análise de ações.

Carlos do Prado Fernandes - 094.970.848-89

Formado pela Universidade de São Paulo, Desde 2012 atua como diretor na RiHappy, atuou como vice presidente no Walmart e possui 10 anos de experiência em consultoria de negócios na Accenture.

Donato José Garcia Rossetti - 084.620.338-37

Formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em medicina veterinária, Diretor da Rossetti Filhos Indústria E Comércio Ltda. e Agropecuarista, responsável pela administração de 7 fazendas da Agropecuária Rossetti, localizadas em Penápolis e Sud-Menuci, SP.

Antonio Carlos de Freitas - 190.272.818-15

Formado em Direito pelas Faculdades Anchieta, com pós-graduação em Administração de Varejo pela FIA-USP. Nos últimos cinco anos, atuou como Diretor Comercial na Drogasil S.A., permanecendo no cargo até 10/11/2011, a partir desta data foi nomeado Diretor de Operações e Varejo da Raia Drogasil S.A, cargo em que permaneceu ate janeiro de 2017.

Renato Pires Oliveira Dias - 269.999.988-17

Nos últimos cinco anos atuou como membro do Conselho de Administração e assessor da Diretoria da Raia Drogasil S.A.

Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle - 269.997.118-95

Bacharel em Comunicação Social pela Fundação Armando Alvares Penteado. Desde 2003 atua como sócia da Tulipa Comunicação Ltda. É Conseheira da (1) Regimar Comercial S.A., sociedade que participa com mais de 5% do Capital da Raia Drogasil S.A.; (2) ZAPAIR Administração de Aeronaves Ltda.; e (3) Fazenda Guariroba S.A.

Jairo Eduardo Loureiro - 006.161.338-04

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor Presidente da Planibanc Investimentos, Planibanc Participações e Planihold; (2) membro efetivo do Conselho de Administração da Hipermarcas S.A. desde fevereiro de 2008; e (3) é membro independente e efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A. Os membros independentes são eleitos nos termos exigidos pelo regulamento de listagem do novo mercado da BM&FBovepa, em atendimento ao artigo 141 parágrafo 4º e 5º da lei das S.A., o mesmo deve ter reputação ilibada, não ocupar cargo em sociedade considerada concorrente e não pode representar interesse conflitante com os da Companhia.

João Martinez Fortes Junior - 060.190.948-80

Formado em Ciências Contábeis pela USJT , em 1984, com pós graduação em Gestão Financeira pela FGV, em 2004. Nos últimos cinco anos atuou como Diretor Estatutário da MASTERSAF S.A SOFTWARE DE SOLUÇÃO FISCAL (2002 a 2011), e como acionista da – TAXWEB S.A – COMPLIANCE SERVICES, (2011). Atualmente, é membro independente e suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A. Os membros independentes são eleitos nos termos exigidos pelo regulamento de listagem do novo mercado da BM&FBovepa, em atendimento ao artigo 141 parágrafo 4º e 5º da lei das S.A., o mesmo deve ter reputação ilibada, não ocupar cargo em sociedade considerada concorrente e não pode representar interesse conflitante com os da Companhia.

Eugenio De Zagottis - 186.783.418-90

Diretor de Expansão, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração (Suplente). Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Possui MBA pela University of Michigan Business School. De 1998 a 2000 trabalhou na McKinsey & Company e de 1992 a 1996 trabalhou na Arthur Andersen como consultor. Ingressou na Raia S.A. em 2000, tendo sido responsável pela Diretoria de Projetos Comerciais e posteriormente pela Diretoria Comercial. Também é responsável pelas áreas de Planejamento Corporativo, Relações Institucionais, Marcas Próprias e Vendas Institucionais. Eugênio também é membro do conselho da 4Bio Medicamentos Especiais Ltda., empresa controlada pela Raia Drogasil S.A., e Vice Presidente do Conselho da Abrafarma - Associação Brasileira Redes Farmácias Drogaria.

Gilberto Lerio - 269.714.378-53

Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Membro do Conselho de Administração da Galvão Engenharia S/A, que atua na prestação de serviços de engenharia e construção industrial; (2) Membro do Conselheiro Fiscal. Suplente da Telefônica, empresa que atua no ramo de telecomunicações; (3) Membro do Conselheiro Fiscal da Brascod Comercio Importação e Exportação Ltda; (4) Membro do Conselho de Administração da Protende Sistemas e Métodos de Construções Ltda; (5) Membro do Conselho de Administração da Plastifluor Industria Comercio de Vedações Ltda. (6) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Flavio Stamm - 048.241.708-00

Formado em Administração de Empresas pela Universidade São Marcos, Nos últimos cinco anos exerce serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária, auditoria e atua em Conselhos Fiscais. É membro suplente do Conselho Fiscal.

Fernando Carvalho Braga - 538.987.458-72

Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de São Paulo – CESP; (2) Membro do Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina; e (3) Sócio Gerente da BNA Consultoria Empresarial Ltda. (4) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Nilda Bernadete Manzatto Bertolino - 939.014.458-20

Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Sócia Gerente da Manzatto & Resca Contabilidade S/C Ltda; e (2) Contadora da Revisora Paulista S/C Ltda. (3) Membro Suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Mário Antonio Luiz Corrêa - 063.857.108-15

Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Holdings S/A., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (2) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Agropecuária Ltda., cuja atividade principal é a produção agropecuária em terras próprias ou alheias, e a comercialização dos seus produtos, podendo participar em outras sociedades como quotista ou acionista; (3) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Gepel Rural S/A., cuja atividade principal é a exploração agropecuária e florestal; (4) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Tantra Participações Ltda., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. Empresa detém 10,34% do Capital do emissor; e (5) Ex Membro do Conselho Fiscal de empresas do Grupo Klabin S/A. (Celucat S/A, Papelão Ondulado do Nordeste S/A - PONSÁ e Bacell S/A); (6) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Paulo Sérgio Buzaid Tohmé - 143.925.478-84

(1) Leão e Tohmé Advogados Associados – sócio 1994/2011; (2) GS3 – Indústria e Comércio Ltda. – sócio 1993/1994; (3) Mc Mann Tate Publicidade Ltda. – advogado 1991/1994; (4) Ferraro e Faccioli Advogados Associados – advogado 1990/1991; (5) Bascan Imobiliária S/A – estagiário e advogado 1989 – 1990; (6) Metal Leve S/A – estagiário 1989; (7) Depto. Desapropriações - Municipalidade de São Paulo – estagiário 1988; (8) Advocacia Próspero Albaneze Neto – estagiário 1986; (9) Membro Suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Antonio Carlos de Freitas 190.272.818-15	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 20/12/1949	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 0	0.00%
Antonio Carlos Pipponzi 454.326.788-53	Comitê Financeiro	Presidente do Comitê	Engenheiro 10/08/1952	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 4	100.00%
Presidente do Conselho de Administração, presidente do Comitê Estratégico, presidente do Comitê de Pessoas e presidente do Comitê de Expansão.						
Cristiana Almeida Pipponzi 285.220.788-58	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora de Empresas 22/12/1974	29/03/2019 29/03/2019	Março de 2019 4	100.00%
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê Estratégico.						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian 153.083.548-80	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora 25/11/1971	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 2	100.00%
Membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê Estratégico.						
Jairo Eduardo Loureiro 006.161.338-04	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador 31/12/1940	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 4	100.00%
Membro do Conselho de Administração.						
Renato Pires Oliveira Dias 269.999.988-17	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Comerciário 08/03/1978	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 4	100.00%
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Expansão e do Comitê Estratégico.						
Antonio Carlos de Freitas 190.272.818-15	Outros Comitês Comite de Expansão	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 20/12/1949	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 0	0.00%
Antonio Carlos de Freitas 190.272.818-15	Outros Comitês Comite Estratégico	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 20/12/1949	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 0	0.00%
Antonio Carlos Pipponzi 454.326.788-53	Outros Comitês Comitê de Expansão	Presidente do Comitê	Engenheiro 10/08/1952	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 4	100.00%

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Presidente do Conselho de Administração, presidente do Comitê Estratégico, presidente do Comitê de Pessoas e presidente do Comitê de Finanças.						
Antonio Carlos Pipponzi	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Engenheiro	29/03/2017	março de 2019	100.00%
454.326.788-53	Comitê Estratégico		10/08/1952	29/03/2017	4	
Presidente do Conselho de Administração, presidente do Comitê de Expansão, presidente do Comitê de Pessoas e presidente do Comitê de Finanças.						
Antonio Carlos Pipponzi	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Engenheiro	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
454.326.788-53	Comitê de Pessoas		10/08/1952	29/03/2017	4	
Presidente do Conselho de Administração, presidente do Comitê Estratégico, presidente do Comitê de Expansão e presidente do Comitê de Finanças.						
Carlos Pires Oliveira Dias	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
578.464.058-53	Comitê de Pessoas		24/05/1951	29/03/2017	3	
Membro do Conselho de Administração.						
Cristiana Almeida Pipponzi	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora de Empresas	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
285.220.788-58	Comitê Estratégico		22/12/1974	29/03/2017	4	
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Finanças.						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
153.083.548-80	Comitê Estratégico		25/11/1974	29/03/2017	2	
Membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Finanças.						
Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	29/03/2017	Março de	100.00%
040.443.368-57	Comitê de Pessoas		17/07/1960	29/03/2017	4	
Membro do Conselho de Administração.						
Plínio V. Musetti	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
954.833.578-68	Comitê de Pessoas		27/01/1954	29/03/2017	4	
Membro do Conselho de Administração.						
Renato Pires Oliveira Dias	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Comerciário	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
269.999.988-17	Comitê de Expansão		08/03/1978	29/03/2017	4	
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê Estratégico e do Comitê de Finanças.						
Renato Pires Oliveira Dias	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Comerciário	09/04/2015	Abril de 2017	100.00%

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
269.999.988-17	Comitê Estratégico		08/03/1978	09/04/2015	3	
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Expansão e do Comitê de Finanças.						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Antonio Carlos de Freitas - 190.272.818-15						
Antonio Carlos de Freitas - 190.272.818-15						
Antonio Carlos de Freitas - 190.272.818-15						
Formado em Direito pelas Faculdades Anchieta, com pós-graduação em Administração de Varejo pela FIA-USP. Nos últimos cinco anos, atuou como Diretor Comercial na Drogasil S.A., permanecendo no cargo até 10/11/2011, a partir desta data foi nomeado Diretor de Operações e Varejo da Raia Drogasil S.A, cargo em que permaneceu ate janeiro de 2017.						
Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53						
Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53						
Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53						
Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53						
Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP) e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). De 1977 a 2011, trabalhou na Raia S.A. nos seguintes cargos: Diretor Administrativo e Financeiro de 1982 a 1993, Diretor Superintendente de 1994 a 2003 e, e foi Diretor Presidente, de 2003 a 2011. Atualmente, é membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.						
Cristiana Almeida Pipponzi - 285.220.788-58						
Cristiana Almeida Pipponzi - 285.220.788-58						
Formada em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Trabalhou como consultora pela Ernst & Young entre 1997 e 1999. Em 2000, participou da constituição de website de uma empresa de venda de assinaturas de revistas e jornais nacionais e internacionais. Kursou MBA em INSEAD, na França. Em 2005 retornou a Raia comodiretora não-estatutária de Marketing, cargo que atuou até 2009. Foi diretora não-estatutária de Comunicações Corporativas de 2009 a 2013. Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração.						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian - 153.083.548-80						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian - 153.083.548-80						
Formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-graduada em Administração de Empresas (Especialização em Finanças) pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), trabalhou como consultora na empresa Accenture, de 1993 a 1996. De 1996 a 1999, exerceu o cargo de Vice Presidente de Análise de Ações, na Bear Stearns. Atuou na Fundação CESP, de 1999 a 2002, como Analista de Investimentos. Ocupou o cargo de consultora na Paulo Renato Souza Consultores, de 2003 a 2006. Posteriormente, associou-se à Quadrante Investimentos, onde atuou em estratégia de investimentos. No período de 2007 a 2010, foi associada da Neo Investimentos, onde exerceu a função de Análise de Ações. Desde 2011, é associada da GL Asset, onde atua na gestão e análise de ações.						
Jairo Eduardo Loureiro - 006.161.338-04						

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor Presidente da Planibanc Investimentos, Planibanc Participações e Planihold; (2) membro efetivo do Conselho de Administração da Hipermarcas S.A. desde fevereiro de 2008; e (3) é membro independente e efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A. Os membros independentes são eleitos nos termos exigidos pelo regulamento de listagem do novo mercado da BM&FBovepa, em atendimento ao artigo 141 parágrafo 4º e 5º da lei das S.A., o mesmo deve ter reputação ilibada, não ocupar cargo em sociedade considerada concorrente e não pode representar interesse conflitante com os da Companhia.

Renato Pires Oliveira Dias - 269.999.988-17

Renato Pires Oliveira Dias - 269.999.988-17

Renato Pires Oliveira Dias - 269.999.988-17

Nos últimos cinco anos atuou como membro do Conselho de Administração e assessor da Diretoria da Raia Drogasil S.A.

Carlos Pires Oliveira Dias - 578.464.058-53

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor da Air Farm LLC, sociedade que exerce as atividades de investimentos e participações; (2) Conselheiro da Alcoa Alumínio S/A, cuja atividade principal é a indústria de mineração e transformação; (3) Diretor da Allpar SE, sociedade holding européia; (4) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Arrossensal Agropecuária e Industrial S/A, sociedade que atua no ramo de atividades agropecuárias; (5) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Cimentos S/A, companhia de capital aberto atuante na indústria cimenteira; (6) Conselheiro da Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S/A, companhia de capital aberto que exerce, entre outras atividades, incorporações, construção civil e compra e venda de imóveis; (7) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Construções e Participações S/A, empresa que administra participações em outras sociedades; (8) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Energia S/A, sociedade que exerce pesquisas e estudos relacionados a empreendimentos destinados a produção de energia; (9) Diretor da Camargo Correa Overseas Ltd, cuja atividade principal é realizar investimentos e a administração de bens; (10) Diretor da Camargo Correa Portugal SGPS S/A, sociedade holding; (11) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa S/A, holding operacional do Grupo Camargo Correa; (12) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Investimentos em Infra-Estrutura S/A, sociedade que exerce, principalmente, as atividades de planejamento e obras de construção civil pesada, atuando, também, como concessionária de serviços públicos; (13) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cavo Serviços e Meio Ambiente S/A, sociedade que presta serviços relacionados ao meioambiente;

(14) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cavo Serviços e Saneamento S/A, sociedade que presta serviços de engenharia, limpeza e transporte; (15) Vice-Presidente do Conselho de Administração da CNEC Engenharia S/A, empresa que realiza consultoria em engenharia; (16) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Construções e Comércio Camargo Correa S/A, sociedade com atuação na atividade de construção civil pesada; (17) Diretor Presidente da Fazenda Guariroba S/A, sociedade atuante no ramo de atividades agropecuárias; (18) Diretor da Fazenda Morro Vermelho Ltda, sociedade cuja atividades estão relacionadas ao ramo agropecuário; (19) Diretor da Guvia Serviços de Consultoria Ltda, que exerce consultoria econômico-financeira; (20) Diretor da Heliomar S/A, sociedade que realiza a administração de bens próprios; (21) Diretor da International Engineering Holding S.E., empresa que presta o serviço de consultoria em engenharia; (22) Diretor da Loma Negra Companhia Industrial Argentina S/A, empresa atuante no ramo da indústria cimenteira; (23) Diretor da Kandaré Serviços de Consultoria Ltda, cuja atividade principal é a consultoria econômico-financeira; (24) Suplente de Diretor da Participações Morro Vermelho S/A, sociedade holding; (25) Diretor Presidente da Regimar Agropecuária Ltda., empresa que exerce atividades relacionadas ao ramo agropecuário; (26) Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Regimar Comercial S/A, sociedade que exerce a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades; (27) Conselheiro da São Paulo Alpargatas S/A, companhia de capital aberto com atividades na indústria têxtil e de vestuário; (28) Diretor da YRG Investments Ltd, sociedade que realiza investimentos e detém participação em outras sociedades; (29) Vice Presidente do Conselho de Administração da VBC Energia S/A, sociedade de capital aberto com participação em empresas principalmente do setor energético e de saneamento; e (30) Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho - 040.443.368-57

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Vice-Presidente e Sócio Fundador da GL Holdings S/A, sociedade holding sócia da Klabin Irmãos & Cia., que por sua vez é a controladora da sociedade Klabin S/A; (2) membro efetivo do Conselho de Administração da Klabin S/A; (3) membro do Conselho de Administração da Fundação Bienal de São Paulo; e (4) é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Plínio V. Musetti - 954.833.578-68

Formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Participou em 1989 do Programa de Desenvolvimento Gerencial na universidade norte-americana Harvard Business School. É sócio da Pragma Patrimônio, responsável por investimentos em participações. Antes de se tornar sócio da Pragma Patrimônio teve uma sólida carreira em empresas nacionais e multinacionais como Grupo Villares, Elevadores Atlas Schindler, JP Morgan Partners e Satipel Industrial. Atuou em diversos Conselhos de Administração e Conselhos Consultivos de empresas privadas e públicas. Como Diretor Presidente da Elevadores Atlas, conduziu o processo de reestruturação operacional, com a entrada de um investidor de private equity, e a venda desta empresa, assim como participou do processo de integração após a aquisição da Elevadores Atlas. Como sócio do JP Morgan Partners, foi responsável por investimentos de private equity na América Latina e gestão ativa da carteira de empresas em diversos setores. Nos últimos anos, participou do IPO da Satipel e, como CEO desta sociedade, coordenou o processo de fusão com a Duratex S.A. Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Eugênio De Zagottis	186.783.418-90	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Expansão, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração (Suplente)				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rosalia Pipponzi Raia	154.088.518-69	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
Membro do Conselho de Administração (Suplente)				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Eugênio De Zagottis	186.783.418-90	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Expansão, Diretor de Relações c/Investidores e Membro do Conselho de Administração (Suplente)				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcello De Zagottis	270.229.108-20	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
Diretor Comercial, de Vendas e Marketing				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Antonio Carlos Pipponzi	454.326.788-53	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rosalia Pipponzi Raia	154.088.518-69	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
Membro do Conselho de Administração (Suplente)				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Renato Pires Oliveira Dias	269.999.988-17	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração (Efetivo)				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle Membro do Conselho de Administração (Suplente)	269.997.118-95	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Pires Oliveira Dias Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	578.464.058-53	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Renato Pires Oliveira Dias Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	269.999.988-17	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Rosalia Pipponzi Raia Membro do Conselho de Administração (Suplente)	154.088.518-69	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcello De Zagottis Diretor Comercial, de Vendas e Marketing	270.229.108-20	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Pires Oliveira Dias Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	578.464.058-53	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle Membro do Conselho de Administração (Suplente)	269.997.118-95	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle com Administradores.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Possuímos uma apólice de seguro D&O, com cobertura de R\$ 60 milhões para perdas e danos decorrentes de reclamação apresentada pela primeira vez, contra os nossos administradores durante o período de vigência da apólice ou durante o período complementar ou suplementar se adquirido, o qual seja resultante da prática de qualquer Ato Danoso pelo Segurado em decorrência de sua condição de nosso Conselheiro, Diretor ou empregado.

Ato Danoso é qualquer ato praticado com abuso de poder, negligência, erro, por meio de declaração falsa ou enganosa, omissão, violação de dever cometida, violação do nosso Estatuto Social, ou outro ato praticado, tentado ou alegadamente praticado pelos nossos Conselheiros, Diretores ou empregados, no exercício das funções inerentes ao seu cargo ou posição na nossa Companhia, bem como qualquer demanda contra essas pessoas feita exclusivamente em razão de sua função.

Tal apólice possui vigência até 9 de janeiro de 2016 e prevê o pagamento e/ou reembolso das quantias, respectivamente, devidas ou pagas por nós a terceiros, a título de reparação de danos causados pelos atos acima descritos.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta referido no item 5.1(b)(ii) deste Formulário de Referência, o qual estabelece os valores e as diretrizes da Companhia que irão orientar as decisões e atitudes de todos os Colaboradores, no exercício de suas atribuições, servindo de guia para suas condutas pessoais e profissionais, sempre baseados na dignidade, liberdade, integridade, lealdade e justiça.

O relacionamento da Companhia com seus funcionários baseia-se no respeito e no cumprimento da legislação em vigor, dos contratos, acordos ou convenções coletivas, normatizações internas, bem como nos princípios estabelecidos pelo Código de Ética e Conduta.

O Código de Ética e Conduta estabelece ainda diretrizes para situações de conflito de interesses. O conflito de interesses ocorre quando existe a possibilidade de confronto direto ou indireto entre os interesses pessoais de Colaboradores e os da Companhia, que possam comprometer ou de alguma forma influenciar de maneira indevida o desempenho de suas atribuições e responsabilidades. O interesse é caracterizado por toda e qualquer vantagem em favor próprio ou de terceiros (parentes, amigos etc.) com os quais os Colaboradores têm ou tiveram relações pessoais, comerciais ou políticas. Diante de uma situação de conflito de interesses, o Colaborador deverá posicionar seu superior imediato para que este tome a decisão cabível, sempre zelando pelo patrimônio da Companhia, de seus clientes, acionistas, investidores e demais partes relacionadas.

Sem prejuízo do disposto acima, cumpre ressaltar que a Companhia adota também as práticas recomendadas pelo IBGC através do Código de Governança Corporativa do IBGC, conforme aplicável, sempre de acordo com os princípios e valores da Companhia no seu relacionamento com seus acionistas, administradores e mercado, conforme consolidados em seu Código de Ética e Conduta.

12.13 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações pertinentes.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração para o conselho de administração, diretoria estatutária, não estatutária e conselho fiscal seguem o padrão de mercado, visando atrair e reter bons profissionais.

b. composição da remuneração

i. DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO E OS OBJETIVOS DE CADA UM DELES

Conselho de Administração: Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros com exceção dos honorários do presidente que são diferenciados.

Diretoria Estatutária: Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado, bem como gratificações em dinheiro de acordo com as avaliações dos resultados alcançados. Os membros da diretoria também podem receber remuneração baseada em ações. As gratificações e o plano de ações têm como objetivo estimular a diretoria a se alinhar com os objetivos maiores da Companhia.

Conselho Fiscal: Cada Membro do Conselho fiscal recebe remuneração fixa mensal equivalente a R\$ 8.946,61.

ii. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, QUAL A PROPORÇÃO DE CADA ELEMENTO NA REMUNERAÇÃO TOTAL

	2013	2014	2015
Diretoria Estatutária			
- Honorários Fixos	44%	52%	42%
- Benefícios Diretos e Indiretos	1%	2%	2%
- Remuneração Variável	55%	45%	56%
Conselho de Administração			
- Honorários Fixos	100%	100%	100%
Conselho Fiscal			
- Honorários Fixos	100%	100%	100%

iii. METODOLOGIA DE CÁLCULO E DE REAJUSTE DE CADA UM DOS ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO

Os valores de reajuste da remuneração fixa são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Ordinária. Os valores da remuneração variável são determinados em função do orçamento e de sua execução.

iv. RAZÕES QUE JUSTIFICAM A COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

O maior peso atribuído à remuneração variável justifica-se como forma de associá-la aos objetivos estratégicos da Companhia e motivar a Diretoria a perseguir-los no curto e longo prazo.

v. EXISTÊNCIA DE MEMBROS NÃO REMUNERADOS PELO EMISSOR E A RAZÃO PARA ESSE FATO

Não há membros não remunerados

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores da remuneração variável são as Metas Individuais, Vendas e o EBITDA.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Tanto a remuneração fixa quanto a remuneração variável e a baseada em ações são estruturadas de forma escalonada, para permitir valores progressivos na medida em que os resultados superem as metas estabelecidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Tanto a remuneração variável quanto a remuneração baseada em ações têm seus valores atrelados ao atingimento das políticas e metas estratégicas e financeiras determinadas para o curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada pela nossa controlada.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.613.211,00	9.495.799,00	327.537,00	12.436.547,00
Benefícios direto e indireto	0,00	473.904,00	0,00	473.904,00
Participações em comitês	504.000,00	0,00	0,00	504.000,00
Outros	623.442,00	1.899.160,00	65.507,00	2.588.109,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.141.659,00	0,00	10.141.659,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.409.725,00	0,00	4.409.725,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	11.906.967,00	0,00	11.906.967,00
Observação				
Total da remuneração	3.740.653,00	38.327.215,00	393.044,00	42.460.913,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.657.776,00	8.642.383,00	300.920,00	10.601.079,00
Benefícios direto e indireto	0,00	426.562,00	0,00	426.562,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	331.555,00	1.728.477,00	60.184,00	2.120.216,00

Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.035.253,00	0,00	8.035.253,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.852.941,00	0,00	1.852.941,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.459.209,00	0,00	3.459.209,00
Observação				
Total da remuneração	1.989.331,00	24.144.825,00	361.104,00	26.495.259,69

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.584.000,00	8.033.194,00	280.800,00	9.897.994,00
Benefícios direto e indireto	0,00	366.329,00	0,00	366.329,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	316.800,00	1.601.157,00	56.160,00	1.974.117,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.326.645,00	0,00	6.326.645,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.238.244,00	0,00	1.238.244,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	677.119,00	0,00	677.119,00
Observação				
Total da remuneração	1.900.800,00	18.242.688,00	336.960,00	20.480.448,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	7,92	3,00	19,92
Nº de membros remunerados	9,00	7,92	3,00	19,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.544.400,00	7.246.731,00	259.200,00	9.050.331,00
Benefícios direto e indireto	0,00	223.988,00	0,00	223.988,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	259.200,00	1.235.119,00	44.250,00	1.538.569,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.107.782,00	0,00	9.107.782,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.821.556,00	0,00	1.821.556,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	1.803.600,00	19.635.176,00	303.450,00	21.742.226,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2016 - Prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	10.141.659	-	10.141.659
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	6.761.106	-	6.761.106
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	9.941.530	-	9.941.530
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	6.627.686	-	6.627.686
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	8.035.253	-	8.035.253
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	13.817.000	-	13.817.000
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	1.565.000	11.480.000	-	13.045.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	6.326.645	-	6.326.645
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9,00	7,92	3,00	19,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	1.422.000	11.224.000	-	12.646.000
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	1.166.000	9.204.000	-	10.370.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	9.107.782	-	9.107.782
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, executivos e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto. O Plano de Opção vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2011. O Plano atualmente é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado assessorar-lo na administração do plano. A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento ("Contrato de Opção"). O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Poderão ser eleitos como Beneficiários de Ações Restritas nos termos do Plano os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle. O Plano vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/4/2014. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de Pessoas. Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Ações Restritas, elegendo os Beneficiários em favor dos quais a Companhia alienará as Ações Restritas nos termos do Plano, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá condicionar a outorga de uma parcela de Ações Restritas ao investimento por parte do Beneficiário na aquisição de ações de emissão da Companhia com a utilização de sua remuneração variável, sendo que tais Ações Restritas também deverão estar sujeitas às regras de aquisição de direito estabelecidas. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita a lei e regulamentação em vigor, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada. Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga. Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente as Ações Restritas.

b. principais objetivos do plano

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (direto ou indireto) atrair e manter a ela vinculados os Beneficiários.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano tem por objetivo outorgar Ações Restritas às pessoas elegíveis como Beneficiários, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) contribuir para o incremento sustentável da lucratividade, da criação de valor e do preço das ações da Companhia no médio e no longo prazo (c) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados aos Beneficiários.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Plano confere aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, em condições diferenciadas, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia. O Plano visa também, possibilitar a Companhia contratar e manter executivos de alto nível.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano prevê a outorga de ações aos Beneficiários para incentivar melhores desempenhos na gestão, no alcance de resultado de longo prazo e no alinhamento de interesses com os acionistas, o que, acreditamos, criará valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O plano constitui um instrumento incentivador ao bom desempenho profissional e do comprometimento com metas estabelecidas pela Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano faz parte da estratégia de alinhamento de interesses e de retenção dos administradores e empregados com o compromisso destes na geração de valor à Companhia e aos acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O plano alinha os interesses dos Administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo, em função da modulação da outorga em cinco parcelas que exigem períodos de carência ao longo do tempo. Assim, para uma única outorga as opções só podem ser exercidas anualmente ao longo de cinco anos.

Este mecanismo estimula os Administradores a se alinhar com os objetivos de valorização das ações, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Acreditamos que ao tornar nossos Administradores e empregados acionistas da Companhia, alinhamos interesses ao vincular parte do seu patrimônio com a criação sustentável de valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. Além disso, o Plano busca preservar e fortalecer o vínculo dos nossos administradores e empregados no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 3% das ações do capital social total da Companhia durante todo o prazo de vigência do Plano, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O número máximo de ações que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não excederá 2% (dois por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia, sendo que tal limite será utilizado em período não inferior a 5 (cinco) anos.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

Vide item “f” acima.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

h. condições de aquisição de ações

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as condições e exigências previstas no plano.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Enquanto os direitos das Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item acima, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O plano prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os participantes eleitos, não havendo, portanto, preço de exercício.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Não aplicável.

k. forma de liquidação

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). Caberá à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Não aplicável.

l. restrições à transferência das ações

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Enquanto os direitos das Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidos, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Alteração: Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano.

Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral da Companhia.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo: Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário: (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, serão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, desde que o faça no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos no prazo de 12 meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 12 meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Em caso de Desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas cujos direitos ainda não tenham sido plenamente adquiridos terão a destinação que for definida pelo Conselho de Administração.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em 10/11/2011, mencionado no item 13.4 acima, foi cancelado em 23 de abril de 2014 e atualmente não há nenhuma obrigação e/ou direito a ele relacionados pendentes de cumprimento ou exercício.

A Companhia possui um Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em 23/4/2014. Abaixo temos as informações pertinentes às outorgas realizadas de 2014 a 2016, efetuadas para membros de sua diretoria estatutária:

Diretoria Estatutária												
	2014				2015				2016			
	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	TOTAL	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	TOTAL	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	TOTAL
Nº total de membros	8,0				8,0				8,0			
Nº de membros remunerados	7,0	7,0	7,0	7,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0
Data de outorga	05/03/2014	05/03/2014	05/03/2014		01/03/2015	01/03/2015	01/03/2015		01/03/2016	01/03/2016	01/03/2016	
Quantidade de ações outorgadas	32.165	32.165	32.165	96.495	76.649	76.649	76.649	229.947	71.900	71.900	71.900	215.700
Data em que se tornarão exercíveis	29/02/2016	28/02/2017	28/02/2018		28/02/2017	28/02/2018	28/02/2019		28/02/2018	28/02/2019	28/02/2020	
Prazo máximo para exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	29/02/2016	28/02/2017	28/02/2018		28/02/2017	28/02/2018	28/02/2019		28/02/2018	28/02/2019	28/02/2020	
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das ações na data de outorga	16,42	16,42	16,42		27,73	27,73	27,73		46,51	46,51	46,51	
Diluição potencial em caso de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em 10/11/2011, mencionado no item 13.4 acima, foi cancelado em 23 de abril de 2014 e atualmente não há nenhuma obrigação e/ou direito a ele relacionados pendentes de cumprimento ou exercício.

A Companhia possui um Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em 23/4/2014. Até o presente momento ocorreu a entrega de ações para membros de sua diretoria estatutária referente apenas à primeira tranche da outorga de 2014. Abaixo o detalhamento:

Diretoria Estatutária	
	2014
	1ª Tranche
Nº total de membros	8,0
Nº de membros remunerados	7,0
Opções Exercidas	
Nº de ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A
Ações entregues	
Nº de ações	32.165
Preço médio ponderado de aquisição ⁽¹⁾	18,96
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas ⁽²⁾	870.059

⁽¹⁾ Custo unitário das ações em tesouraria

⁽²⁾ Diferença entre o custo unitário das ações em tesouraria (R\$ 18,96) menos o valor de mercado das ações da data do vesting (R\$ 46,01, valor da ação em 29/02/2016) vezes o número de ações transferidas aos Administradores (32.165).

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

b. dados e premissas utilizados no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Acionista	Quantidade de Ações	%
Conselho de Administração*	1.631.315	0,49
Diretoria	258.055	0,08
Conselho Fiscal*	180	0,00

* Posição em 31 de dezembro de 2015

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não possuímos plano de previdência conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	8,00	8,00	8,00	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	8,00	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	6.596.833,00	4.835.331,00	3.863.199,00	542.400,00	518.400,00	518.400,00	120.368,00	112.320,00	101.150,00
Valor da menor remuneração(Reais)	2.204.200,00	1.788.151,00	1.067.684,00	181.200,00	172.800,00	172.800,00	120.368,00	112.320,00	101.150,00
Valor médio da remuneração(Reais)	3.018.103,00	2.280.336,00	2.454.397,00	221.037,00	211.200,00	200.400,00	120.368,00	112.320,00	101.150,00

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração
Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não existe plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não há membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores diretos e indiretos.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal foi remunerado por outra função.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal teve a remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas.

13.16 - Outras informações relevantes

Não temos nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. número de colaboradores (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de Dezembro de 2015, o nosso quadro era composto por 26.398 colaboradores, distribuídos nas áreas Administrativa, Central de Distribuição e Vendas.

A tabela abaixo apresenta o número de nossos colaboradores para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015.

Estado	Grupo	2.015
AL	Administração	
	Central de Distribuição	
	Vendas	85
BA	Administração	1
	Central de Distribuição	
	Vendas	489
DF	Administração	3
	Central de Distribuição	
	Vendas	891
ES	Administração	2
	Central de Distribuição	
	Vendas	420
GO	Administração	6
	Central de Distribuição	309
	Vendas	1.061
MG	Administração	5
	Central de Distribuição	164
	Vendas	1.563
MS	Administração	
	Central de Distribuição	
	Vendas	307
MT	Administração	
	Central de Distribuição	
	Vendas	185
PB	Administração	
	Central de Distribuição	
	Vendas	138
PE	Administração	3
	Central de Distribuição	
	Vendas	275
PR	Administração	11
	Central de Distribuição	182
	Vendas	1.070
RJ	Administração	10
	Central de Distribuição	204
	Vendas	1.740
RN	Administração	
	Central de Distribuição	
	Vendas	119
RS	Administração	3
	Central de Distribuição	
	Vendas	447
SC	Administração	2
	Central de Distribuição	
	Vendas	451
SE	Administração	
	Central de Distribuição	

14.1 - Descrição dos recursos humanos

	Vendas	126
	Administração	1.051
SP	Central de Distribuição	1.238
	Vendas	13.837
	Administração	1.097
	Central de	
TOTAL	Distribuição	2097
	Vendas	23204

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Registramos em 31 de dezembro de 2015 um total de 856 terceirizados, conforme tabela abaixo:

UF	Limpeza	Segurança	TOTAL
	{a}	{b}	
AL	2		2
BA	12		12
DF	22	4	26
ES	13		13
GO	36	19	55
MG	57	11	68
MS	8		8
MT	7		7
PB	4		4
PE	11	23	34
PR	31	14	45
RJ	44	17	61
RN	3		3
RS	17		17
SC	20		20
SE	4		4
SP	401	76	477
TOTAL	692	164	856

c. índice de rotatividade

O índice de rotatividade dos empregados, encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de 45,7% tendo uma média mensal de rotatividade de 3,8%.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O expressivo aumento no número de nossos colaboradores deve-se à expansão do número de lojas, bem como da ampliação do número de clientes atendidos em nossas lojas.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Buscamos compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário de nossos Profissionais é calculado com base nas Convenções Coletivas de Trabalho, e/ou através de pesquisas de Mercado, e dependendo do cargo, existe o pagamento de Gratificações.

Programa de Participação nos Resultados

Temos ainda o Programa de Participação nos Resultados ("PPR"), firmado junto ao Sinprafarma (Sindicato dos Práticos de Farmácia do Estado de São Paulo), e com Sindicatos das categorias de Práticos e Farmacêuticos das localidades onde possuímos lojas.

Celebramos, ainda, o Programa de Participação nos Resultados ("PPR"), relativos aos anos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 aplicável a todos os Colaboradores da Empresa.

b. política de benefícios

Nossos Colaboradores são elegíveis ao Programa de Benefícios de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas ou por liberalidade da Companhia. Tais benefícios são disponibilizados aos nossos Funcionários a partir do momento de sua admissão, ou de acordo com as regras determinadas para o respectivo Benefício.

Todos os nossos Colaboradores são elegíveis aos seguintes benefícios: assistência médica, seguro de vida, plano odontológico, vale-transporte, auxílio refeição e convênio farmácia (compra de medicamentos com descontos).

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

O nosso programa para Diretores e não administradores (CLT), é o Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de abril de 2014, devidamente registrado na CVM e descrito no item 13.4 deste Formulário.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Não registramos nenhuma ocorrência de greve na Companhia nos últimos anos. Temos um bom relacionamento com nossos Empregados e com os Sindicatos que os representam. As convenções coletivas de trabalho são firmadas com os Sindicatos e renegociados anualmente.

Somos representados pelo Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos em cada Estado e nossos Empregados são representados por 166 Sindicatos.

Os Sindicatos aos quais os Colaboradores da Companhia estão vinculados são:

Práticos de farmácia de Sao Paulo (SP)
Empregados no Comercio de Cotia e Região (SP)
Empregados no Comercio de Araçatuba (SP)
Empregados no Comercio de Araraquara (SP)
Empregados no Comercio de Assis (SP)
Empregados no Comercio de Barretos (SP)
Empregados no Comercio de Catanduva (SP)
Empregados no Comercio de Fernandópolis (SP)
Empregados no Comercio de Franca (SP)
Empregados no Comercio de Garça (SP)
Empregados no Comercio de Itapetininga Tatuí e Região (SP)
Empregados no Comercio de Ituverava (SP)
Empregados no Comercio de Jaboticabal (SP)
Empregados no Comercio de Jales (SP)
Empregados no Comercio de Lins (SP)
Empregados no Comercio de Marília (SP)
Empregados no Comercio de Matão (SP)
Empregados no Comercio de Mogi das Cruzes (SP)
Empregados no Comercio de Ourinhos (SP)
Empregados no Comercio de Ribeirão Preto (SP)
Empregados no Comercio de Sao Joao da Boa Vista (SP)
Empregados no Comercio de Sao Carlos e Região (SP)
Empregados no Comercio de Sao Jose do Rio Pardo (SP)
Empregados no Comercio de Sorocaba (SP)
Empregados no Comercio de Tupã (SP)
Empregados no Comercio de Votuporanga (SP)
Práticos de farmácia de Americana (SP)
Práticos de farmácia de Santos e Região (SP)
Práticos de farmácia de Presidente Prudente (SP)
Práticos de Farmácia de Sao Jose dos Campos (SP)
Práticos de Farmácia de Sao Jose do Rio Preto (SP)
Farmacêuticos de Sao Paulo (SP)
Telemarketing de Sao Paulo e Grande Sao Paulo (SP)

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Condutores de Sao Paulo (SP)
Práticos de Farmácia de Bauru e Região (SP)
Farmacêuticos de Sao Paulo - ABC (SP)
Farmacêuticos de Sao Paulo - Farmasil (SP)
Práticos de Farmácia Jaú e Região (SP)
Práticos de Farmácia de Ribeirão Preto (SP)
Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro (RJ)
Empregados no Comercio de Barra Mansa (RJ)
Empregados no Comercio de Cabo Frio (RJ)
Empregados no Comercio de Campos (RJ)
Empregados no Comercio de Duque de Caxias (RJ)
Empregados no Comercio de Macaé (RJ)
Farmacêuticos de Niterói e Sao Gonçalo (RJ)
Empregados no Comercio de Niterói (RJ)
Empregados no Comercio de Nova Friburgo (RJ)
Empregados no Comercio de Petrópolis (RJ)
Empregados no Comercio de Resende (RJ)
Empregados no Comercio de Teresópolis (RJ)
Empregados no Comercio de Nova Iguaçu e Nilópolis (RJ)
Práticos de Farmácia do Rio de Janeiro (RJ)
Empregados no Comercio de Volta Redonda (RJ)
Farmacêuticos de Volta Redonda (RJ)
Empregados no Comercio de Rio das Ostras (RJ)
Empregados no Comercio de Curitiba (PR)
Empregados no Comercio de Apucarana (PR)
Empregados no Comercio de Campo Mourão (PR)
Práticos de Farmácia Cascavel e Região Oeste (PR)
Empregados no Comercio de Cianorte (PR)
Empregados no Comercio de Guarapuava (PR)
Empregados no Comercio de Londrina (PR)
Empregados no Comercio de Maringá (PR)
Empregados no Comercio de Paranaguá (PR)
Empregados no Comercio de Paranavaí (PR)
Empregados no Comercio de Ponta Grossa (PR)
Empregados no Comercio de Umuarama (PR)
Farmacêuticos de Curitiba (PR)
Farmacêuticos de Maringá (PR)
Farmacêuticos de Londrina e Região (PR)
Farmacêuticos de Paranavaí (PR)
Farmacêuticos de Cascavel e Região (PR)
Empregados no Comercio de Pato Branco (PR)

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Condutores do Paraná (PR)
Farmacêuticos de Goiás (GO)
Farmacêuticos de Anápolis (GO)
Empregados no Comercio de Jatai (GO)
Empregados no Comercio de Anápolis (GO)
Transporte Rodoviário de Goiás (GO)
Empregados no Comercio de Itumbiara (GO)
Empregados no Comercio de Rio Verde (GO)
Práticos de Farmácia de Goiás (GO)
Práticos de Farmácia de Minas Gerais - BH, Contagem e Região (MG)
Farmacêuticos de Minas Gerais (MG)
Empregados no Comercio de Ituiutaba e Pontal do Triang Mineiro (MG)
Práticos de Farmácia de Minas Gerais - Interior (MG)
Empregados no Comercio de Cataguases (MG)
Empregados no Comercio de Conselheiro Lafaiete (MG)
Empregados no Comercio de Sao Joao Del Rei (MG)
Empregados no Comercio de Manhuaçu e Região (MG)
Práticos de Farmácia de Uberlândia (MG)
Empregados no Comercio de Governador Valadares (MG)
Práticos de Farmácia de Minas Gerais - Juiz de Fora (MG)
Práticos de Farmac. e dos Empreg. no Com. de Ipatinga (MG)
Empregados no Comercio de Barbacena (MG)
Empregados no Comercio de Araranguá (SC)
Empregados no Comercio de Florianópolis (SC)
Empregados no Comercio de Balneário Camboriú (SC)
Empregados no Comercio de Itajaí (SC)
Empregados no Comercio de Blumenau (SC)
Empregados no Comercio de Brusque (SC)
Empregados no Comercio de Chapeco (SC)
Empregados no Comercio de Concórdia (SC)
Empregados no Comercio de Jaraguá do Sul (SC)
Empregados no Comercio de Joinville e Região (SC)
Empregados no Comercio de Lages (SC)
Empregados no Comercio de Sao Jose e Região (SC)
Empregados no Comercio de Rio do Sul (SC)
Empregados no Comercio de Sao Bento do Sul (SC)
Empregados no Comercio de Tubarão (SC)
Farmacêuticos de Itajaí (SC)
Farmacêuticos de Santa Catarina (SC)
Empregados no Comercio de Criciúma (SC)
Empregados no Comercio de Santa Terezinha (SC)

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Empregados no Comercio de Videira (SC)
Empregados no Comercio de Joaçaba (SC)
Empregados no Comercio de Palhoça e Região (SC)
Empregados de Caxias do Sul (RS)
Empregados no Comercio de Canoas (RS)
Empregados no Comercio de Porto Alegre (RS)
Empregados no Comercio de Passo Fundo (RS)
Empregados no Comercio de Sao Leopoldo (RS)
Empregados no Comercio de Santa Cruz do Sul (RS)
Farmacêuticos de Passo Fundo (RS)
Farmacêuticos do Rio Grande do Sul (RS)
Empregados no Comercio de Novo Hamburgo (RS)
Empregados no Comercio de Bento Goncalves (RS)
Empregados no Comercio de Lajeado (RS)
Empregados no Comercio de Caxias do Sul (RS)
Empregados no Comercio de Erechim (RS)
Práticos de Farmácia do Espirito Santo (ES)
Farmacêuticos do Espirito Santo (ES)
Empregados no Comercio de Mato Grosso (MT)
Farmacêuticos de Mato Grosso (MT)
Farmacêuticos do Mato Grosso do Sul (MS)
Práticos de Farmácia de Mato Grosso do Sul (MS)
Práticos de Farmácia de Salvador (BA)
Empregados no Comercio de Itabuna (BA)
Empregados no Comercio de Vitoria da Conquista (BA)
Empregados no Comercio de Feira de Santana (BA)
Farmacêuticos da Bahia (BA)
Empregados no Comercio de Ilhéus (BA)
Práticos de Farmácia do Distrito Federal (DF)
Farmacêuticos de Brasília (DF)
Farmacêuticos do Estado de Pernambuco (PE)
Empregados no Comercio de Recife (PE)
Empregados no Com de Jaboatão dos Guararapes (PE)
Condutores de Recife e Região Metrop (PE)
Empregados no Comercio de Garanhuns (PE)
Empregados no Comercio de Petrolina (PE)
Empregados Comercio Estado do Tocantins (TO)
Farmacêuticos do Estado do Tocantins (TO)
Farmacêuticos de Sergipe (SE)
Empregados Com Aracaju (SE)
Empregados Comercio de Joao Pessoa (PB)

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Farmacêuticos do Estado da Paraíba (PB)	
Empregados Comercio de Alagoas (AL)	
Farmacêuticos de Alagoas (AL)	
Empregados no Comercio do Rio Grande do Norte (RN)	
Farmacêuticos do Rio Grande do Norte (RN)	
Empregados no Comercio de Jequié (BA)	
Empregados no Comercio de Olinda (PE)	
Empregados Com de Campina Grande (PB)	
Empregados no Comércio de Caruaru (PE)	
Práticos de farmácia de Rio Grande do Norte (RN)	

14.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Marcello De Zagottis						
270.229.108-20	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
2.504.445	0,758036%	0	0,000000%	2.504.445	0,758036%	
Orbix Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento						
09.327.501/0001-51	BRASILEIRA-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
7.811.977	2,364500%	0	0,000000%	7.811.977	2,364500%	
Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado						
154.088.518-69	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
5.931.661	1,795373%	0	0,000000%	5.931.661	1,795373%	
Marta Almeida Pipponzi						
225.035.128-79	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
2.268.884	0,686737%	0	0,000000%	2.268.884	0,686737%	
Rodrigo Wright Pipponzi						
221.378.728-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
771.557	0,233532%	0	0,000000%	771.557	0,233532%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Alberto Wright Pipponzi						
227.271.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
771.557	0,233532%	0	0,000000%	771.557	0,233532%	
T. ROWE PRICE ASSOCIATES INC. - Empresa gestora de fundos. Vide item 15.8						
		Não	Não	21/03/2017		
Não						
16.524.395	5,001542%	0	0,000000%	16.524.395	5,001542%	
GL Participações Ltda.						
05.318.060/0001-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
18.668.208	5,650423%	0	0,000000%	18.668.208	5,650423%	
REGIMAR COMERCIAL S/A						
48.752.729/0001-40	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
17.708.880	5,360058%	0	0,000000%	17.708.880	5,360058%	
FIDELITY INVESTMENTS - Empresa gestora de fundos. Vide item 15.8						
	Americana	Não	Não	21/03/2017		
Não						
8.031.273	2,430876%	0	0,000000%	8.031.273	2,430876%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Alexande de Zagottis						
270.158.038-28	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
2.060.424	0,623641%	0	0,000000%	2.060.424	0,623641%	
Andre Almeida Pipponzi						
274.953.688-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
1.954.062	0,591448%	0	0,000000%	1.954.062	0,591448%	
Carlos Pires Oliveira Dias						
578.464.058-53	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
27.097.010	8,201622%	0	0,000000%	27.097.010	8,201622%	
Sirius Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento						
09.327.512/0001-31	BRASILEIRA-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
5.494.269	1,662985%	0	0,000000%	5.494.269	1,662985%	
Atena Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento						
09.327.472/0001-28	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
1.880.655	0,569230%	0	0,000000%	1.880.655	0,569230%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Eugenio De Zagottis						
186.783.418-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
2.506.820	0,758755%	0	0,000000%	2.506.820	0,758755%	
Franco Pipponzi (espólio)						
023.661.508-49	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
5.719.992	1,731306%	0	0,000000%	5.719.992	1,731306%	
Cristiana Almeida Pipponzi						
285.220.788-58	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
2.333.442	0,706278%	0	0,000000%	2.333.442	0,706278%	
Antonio Carlos Pipponzi						
454.326.788-53	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
12.705.984	3,845800%	0	0,000000%	12.705.984	3,845800%	
Bruno Wright Pipponzi						
221.182.778-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2017		
Não						
775.394	0,234693%	0	0,000000%	775.394	0,234693%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
186.190.957	56,355583%	0	0,000000%	186.190.957	56,355583%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 21/03/2017					
674.154	0,204050%	0	0,000000%	674.154	0,204050%
TOTAL					
330.386.000	100,000000%	0	0,000000%	330.386.000	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Atena Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento				09.327.472/0001-28	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Pedro Luiz Barreiros Passos					
672.924.618-91	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
GL Participações Ltda.			05.318.060/0001-70		
GRAZIELA LAFER GALVÃO					
012.072.688-28	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
39.225.632	99,999998	0	0,000000	39.225.632	99,999998
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARIA EUGÊNIA LAFER GALVÃO					
076.308.458-12	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
15	0,000001	0	0,000000	15	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho					
040.443.368-57	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
15	0,000001	0	0,000000	15	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
GL Participações Ltda.				05.318.060/0001-70	
TOTAL					
39.225.662	100,000000	0	0,000000	39.225.662	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Orbix Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento				09.327.501/0001-51	
Antonio Luiz da Cunha Seabra					
332.927.288-00	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
REGIMAR COMERCIAL S/A				48.752.729/0001-40	
ANDRE PIRES OLIVEIRA DIAS					
219.411.268-55	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Carlos Pires Oliveira Dias					
578.464.058-53	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
5	0,000008	0	0,000000	5	0,000008
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARCELO PIRES OLIVEIRA DIAS					
258.510.388-96	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
REGIMAR COMERCIAL S/A			48.752.729/0001-40		
MARIA REGINA CAMARGO PIRES R. DO VALLE					
269.997.118-95	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARIA T. PIRES OLIVEIRA DIAS GRAZIANO					
269.997.268-17	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
REGINA DE CAMARGO PIRES OLIVEIRA DIAS					
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
5	0,000008	0	0,000000	5	0,000008
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
REGIMAR COMERCIAL S/A			48.752.729/0001-40		
Renato Pires Oliveira Dias					
269.999.988-17	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
STICHING ADM. SANTA LUZIA					
09.343.084/0001-30	Holandesa	Não	Sim	31/12/2008	
Não					
62.204.710	99,999974	0	0,000000	62.204.710	99,999974
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
62.204.725	100,000000	0	0,000000	62.204.725	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sirius Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento				09.327.512/0001-31	
Guilherme Peirao Leal					
383.599.108-63	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
STICHING ADM. SANTA LUZIA			09.343.084/0001-30		
OUTROS					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000
TOTAL					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.466
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	232
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1.078

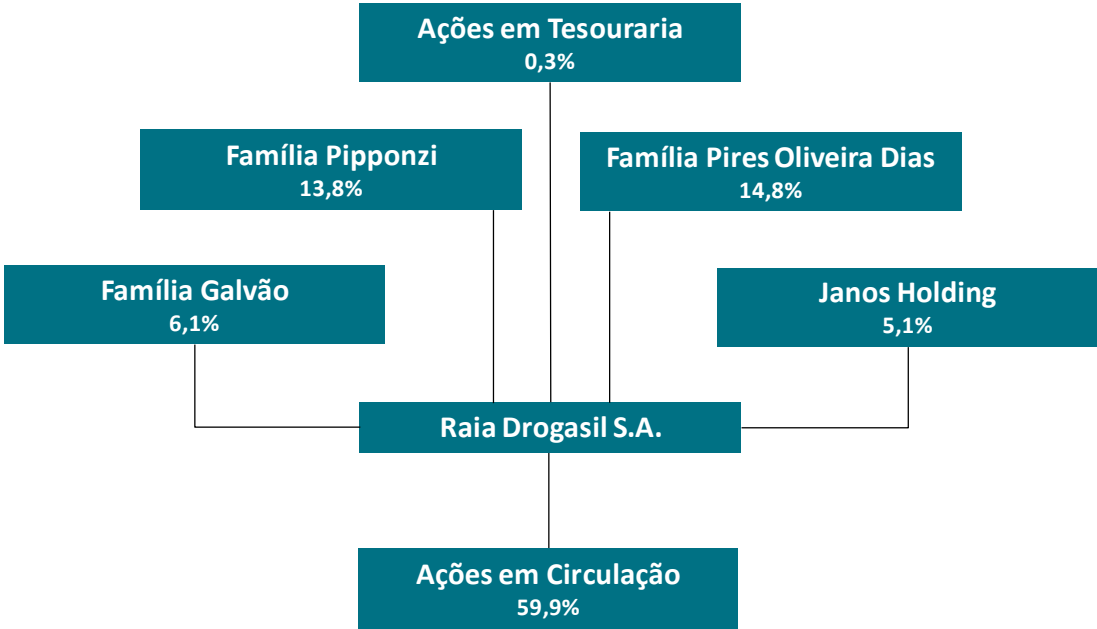
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	199.233.828	60,303351%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	199.233.828	60,303351%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma do grupo em 31 de dezembro de 2015:



15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Acionista	Quantidade de Ações	%
ALBERTO WRIGHT PIPPONZI	804.534	0,2%
ALEXANDRE DE ZAGOTTIS	2.514.424	0,8%
ANDRE ALMEIDA PIPPONZI	2.327.821	0,7%
ANTONIO CARLOS PIPPONZI	14.848.084	4,5%
BRUNO WRIGTH PIPPONZI	805.844	0,2%
CRISTIANA ALMEIDA PIPPONZI	2.772.743	0,8%
EUGENIO DE ZAGOTTIS	2.877.451	0,9%
FRANCO MARIA D PIETRO PIPPONZI	5.415.332	1,6%
MARCELLO DE ZAGOTTIS	2.868.417	0,9%
MARTA ALMEIDA PIPPONZI	2.696.033	0,8%
RODRIGO WRIGHT PIPPONZI	804.534	0,2%
ROSALIA PIPPONZI RAIÁ DE ALMEIDA PRADO	6.837.740	2,1%
FAMÍLIA PIPPONZI	45.572.957	13,8%
CARLOS PIRES OLIVEIRA DIAS	31.097.010	9,4%
REGIMAR COMERCIAL SA	17.708.880	5,4%
FAMÍLIA PIRES OLIVEIRA DIAS	48.805.890	14,8%
PAULO SERGIO COUTINHO GALVAO FILHO	1.604.672	0,5%
GL PARTICIPACOES LTDA	18.668.208	5,7%
FAMÍLIA GALVÃO	20.272.880	6,1%
ATENA MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO	2.195.940	0,7%
ORBIX MULTIMERCADO CRED PRIV FI	9.121.613	2,8%
SIRIUS MULTIMERCADO CRED PRIV FI	5.574.316	1,7%
JANOS HOLDING	16.891.869	5,1%
AÇÕES EM TESOURARIA	1.100.000	0,3%
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	197.742.404	59,9%
	330.386.000	

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Existe um acordo de acionistas arquivados em nossa sede:

a. partes:

ANTONIO CARLOS PIPPONZI; RODRIGO WRIGHT PIPPONZI; BRUNO WRIGHT PIPPONZI; ALBERTO WRIGHT PIPPONZI; ESPÓLIO DE FRANCO PIPPONZI; ANDRE ALMEIDA PIPPONZI; CRISTIANA ALMEIDA PIPPONZI; MARTA ALMEIDA PIPPONZI; ROSALIA PIPPONZI RAIA DE ALMEIDA PRADO; EUGÊNIO DE ZAGOTTIS; ALEXANDRE DE ZAGOTTIS; MARCELLO DE ZAGOTTIS; GIF II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES; ORBIX MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO - FUNDO DE INVESTIMENTO; SIRIUS MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO - FUNDO DE INVESTIMENTO; ATENAS FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO; CARLOS PIRES OLIVEIRA DIAS; REGIMAR COMERCIAL S.A.; PAULO SERGIO COUTINHO GALVÃO FILHO E GL PARTICIPAÇÕES LTDA., ANTERIORMENTE DENOMINADA TANTRA PARTICIPAÇÕES LTDA.

b. data de celebração:

10 de novembro de 2011 e primeiro aditivo celebrado em 27 de julho de 2012.

c. prazo de vigência

O Acordo entrou em vigor em 10 de novembro de 2011, e permanecerá válido e eficaz até o que ocorrer entre as seguintes opções: (i) data do 10º (décimo) aniversário da Data de Assinatura; ou (ii) data em que Acionistas representando 90% (noventa por cento) das Ações Vinculadas (em manifestação individual, ou seja, desconsiderados os Grupos de Acionistas ou blocos aos quais os Acionistas pertençam), decidirem rescindir este Acordo, por qualquer razão; ou (iii) data em que os Acionistas deixarem de deter ações de emissão da Companhia por qualquer razão que não aquelas descritas na Cláusula III do Acordo Acionistas, ressalvado, em qualquer caso, o disposto na Cláusula 7.1, 7.1.1 e X o Acordo.

Não obstante o disposto acima, o Acordo será extinto exclusivamente com relação ao Gávea na data em que este deixar de deter Ações Vinculadas, ressalvado o disposto nas Cláusulas 7.1, 7.1.1 e X do Acordo. A partir da referida data, todas as referências a “Fundos” no Acordo passarão a se referir unicamente aos Fundos Pragma.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas signatários do Acordo de Acionistas obrigam-se a sempre exercer o direito de voto relativo à totalidade das Ações Vinculadas e das Ações Livres de que sejam ou venham a ser titulares (i) em consonância com os termos do Acordo; e (ii) necessariamente em bloco e em conformidade com as deliberações tomadas em Reunião Prévia; e (iii) de modo a assegurar que somente sejam submetidas a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia as matérias cuja competência lhe seja expressamente atribuída por lei ou pelo estatuto social da Companhia. Os Acionistas comprometem-se, por si e seus

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

herdeiros e sucessores, a qualquer título, a exercer o direito de voto atribuído às Ações de que são titulares de modo a fazer com que as obrigações assumidas neste Acordo sejam integralmente cumpridas.

O Direito de voto das Ações Vinculadas e das Ações Livres (no caso destas últimas, apenas enquanto forem de titularidade dos Acionistas) não poderá ser de qualquer forma Transferido, direta ou indiretamente, a qualquer terceiro.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Os Acionistas signatários do Acordo de Acionistas comprometem-se a exercer seu direito de voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia, seja para aprovar a eleição de uma chapa ou para alocar os seus votos na hipótese de eleição por voto múltiplo, de forma a eleger o maior número possível de Conselheiros e com o objetivo de assegurar que: (i) Acionistas Fundadores Raia tenham direito de indicar, em conjunto, 2 (dois) membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo que um deles ocupará o cargo de Presidente do Conselho de Administração durante os 5 (cinco) primeiros anos contados da Data de Assinatura; (ii) Fundos Pragma tenham o direito de indicar, em conjunto, 1 (um) membro efetivo e seu suplente; (iii) Carlos e Regimar tenham direito de indicar, em conjunto, 2 (dois) membros efetivos e seus suplentes; e (iv) Tantra tenha direito de indicar 1 (um) membro efetivo e seu suplente. (v) Na hipótese de serem eleitos mais de 09 (nove) Conselheiros, os Acionistas Fundadores Raia tenham direito de indicar, em conjunto, mais 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, além daqueles mencionados no item “i” acima, e Carlos e Regimar tenham direito de indicar, em conjunto, mais 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, além daqueles mencionados no item “iii” acima. Os Acionistas indicarão por consenso os Conselheiros Independentes que lhes couber indicar. Caso os Acionistas não cheguem a um consenso com relação aos Conselheiros Independentes a serem indicados por eles dentro de 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da Reunião Prévia em que tenha surgido o Impasse, os Acionistas deverão exercer o seu direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia para assegurar que sejam eleitos: (i) 1 (um) Conselheiro Independente indicado pelos Acionistas Raia, em conjunto; (ii) 1 (um) Conselheiro Independente indicado pelos Acionistas Drogasil, em conjunto; e (iii) 1 (um) Conselheiro Independente indicado por consenso entre os Acionistas. Persistindo o Impasse com relação à indicação do Conselheiro Independente referido no item (iii) acima, este será indicado pelos demais acionistas da Companhia que não os Acionistas, em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim. Caso os acionistas minoritários da Companhia elejam (a) 1 (um) Conselheiro Independente, os Acionistas Raia, de um lado, e os Acionistas Drogasil, de outro, manterão o direito de indicar, cada grupo, 1 (um) Conselheiro Independente, conforme os itens (i) e (ii) da Cláusula 6.1.3; (b) 2 (dois) Conselheiros Independentes, o terceiro Conselheiro Independente será indicado por consenso entre os Acionistas; ou (c) 3 (três) Conselheiros Independentes, os Acionistas não serão obrigados a indicar nenhum Conselheiro Independente. Os Acionistas terão direito de indicar membros para o conselho de administração de cada uma das Controladas, se houver, observada a proporção prevista nesta Cláusula 6.1.1 do Acordo com relação ao número total de conselheiros que couber à Companhia indicar.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Nos termos da Cláusula 2.1 do Acordo de Acionistas da Raia Drogasil, os Acionistas Raia Drogasil não poderão alienar: (i) de 10 de novembro de 2011 até a data do 1º (primeiro) aniversário da Data de Assinatura (inclusive), a quantidade de Ações de titularidade de cada um dos Acionistas identificada no

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Anexo 2.1(i) do Acordo de Acionistas; (ii) entre a data do 1º (primeiro) aniversário da Data de Assinatura e a data do 3º (terceiro) aniversário da Data de Assinatura (inclusive), a quantidade de Ações de titularidade de cada um dos Acionistas identificada no Anexo 2.1(ii); (iii) entre a data do 3º (terceiro) aniversário da Data de Assinatura e a data do 5º (quinto) aniversário da Data de Assinatura (inclusive), a quantidade de Ações de titularidade de cada um dos Acionistas identificada no Anexo 2.1(iii); e (iv) entre a data do 5º (quinto) aniversário da Data de Assinatura e a data do 10º (décimo) aniversário da Data de Assinatura (inclusive), a quantidade de Ações de titularidade de cada um dos Acionistas identificada no Anexo 2.1(iv) (sendo as Ações vinculadas a este Acordo conforme o cronograma acima, em cada um dos referidos períodos, “Ações Vinculadas”). O número de Ações Vinculadas em cada um dos períodos referidos na Cláusula 2.1 do Acordo será ajustado conforme bonificações, desdobramentos e grupamentos eventualmente sofridos pelas Ações.

Para os fins do Acordo, o termo “Ações Vinculadas” inclui também todos os direitos inerentes às Ações Vinculadas, as ações, bônus de subscrição e quaisquer outros direitos e valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia que venham a serem distribuídos aos Acionistas em decorrência das Ações Vinculadas no período em questão, incluindo aqueles decorrentes de operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, reorganização societária, bonificação, grupamento, desdobramento, distribuição de dividendos e lucros como integralização em capital e capitalização de lucros ou outras reservas.

De modo a assegurar aos Acionistas a formação de um bloco substancial de acionistas para exercer o direito de voto pelo prazo deste Acordo, os Acionistas se comprometem, em caráter irrevogável e irretratável, a não Transferir, direta ou indiretamente, qualquer número de Ações Vinculadas, tal como definidas em 2.1 do Acordo, a qualquer terceiro (“Lock Up”), ressalvado o disposto na Cláusula 3.2 de referido Acordo.

Qualquer transferência de Ações Vinculadas, direta ou indireta, efetuada em desacordo com as disposições ao Acordo será nula e ineficaz em relação à Companhia, aos demais Acionistas e a terceiros e não será registrada nos livros da Companhia. O Acionista que efetuar qualquer Transferência de Ações Vinculadas em desacordo com os termos e condições do Acordo (“Acionista em Violação”) será ainda responsável por indenizar aos demais Acionistas por todo e qualquer eventual prejuízo, custo ou despesa resultante da pretendida Transferência.

Não obstante o disposto acima, cada um dos Acionistas poderá Transferir Ações Vinculadas de sua titularidade: (i) a outro Acionista integrante do mesmo Grupo de Acionistas ao qual pertença o Acionista cedente; (ii) a um descendente, ascendente ou cônjuge do Acionista cedente; ou (iii) a uma Afiliada do Acionista cedente (sendo as Pessoas referidas nos itens (ii) e (iii) da Cláusula 3.2 do Acordo, em conjunto, “Cessionários Permitidos Especiais”).

Sucessão de Acionistas. Em caso de falecimento, divórcio, separação judicial ou extrajudicial, rompimento de união estável, declaração de insolvência, ausência ou incapacidade declarada judicialmente, ou qualquer outra situação (“Evento”) envolvendo qualquer Acionista que seja pessoa física (“Acionista em Situação Especial”), em qualquer hipótese, pretexto ou circunstância, que proporcione, implique ou possa resultar na Transferência da propriedade ou do direito de voto de qualquer parcela de suas Ações Vinculadas (“Ações Vinculadas Especiais”) para terceiro que não seja um Acionista (“Terceiro Sucessor”), as Ações Vinculadas Especiais permanecerão vinculadas a este Acordo conforme o cronograma aplicável ao seu titular original estabelecido na Cláusula 2.1. do Acordo, e o Terceiro Sucessor será considerado um Acionista e integrante do Grupo de Acionistas ao qual pertence (ou pertencia) o Acionista em Situação Especial em questão.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**g. restrição ou vinculação do direito de voto de membros do Conselho de Administração**

Reunião do Conselho de Administração e Voto dos Conselheiros. As Reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos votos dos conselheiros presentes à Reunião, exceto com relação às matérias especificadas na Cláusula 5.1(a) a (k) do Acordo, os Conselheiros terão ampla liberdade para definição do teor do respectivo voto a ser proferido nas reuniões do Conselho de Administração, devendo exercer tal faculdade de acordo com seu melhor julgamento e no melhor interesse da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houveram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e dos administradores nos últimos três exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

a. Evento

Em 30 de julho de 2015, por meio de contrato de compra e venda e de subscrição de participação societária e outras avenças, adquirimos 55% das ações de emissão da 4-Bio Medicamentos S.A., que atua no comércio varejista de medicamentos de especialidades no Brasil.

b. Principais condições do negócio

O negócio envolveu o valor total de R\$ 24 milhões, sendo: (i) uma parcela primária, no valor de R\$ 13 milhões, mediante aumento de capital e a emissão de novas ações pela 4-Bio, subscritas e integralizadas pela Raia Drogasil, e (ii) uma parcela secundária, no valor de R\$ 11 milhões, mediante a aquisição de ações da 4-Bio detidas pelo seu acionista fundador, com pagamento 50% em moeda corrente nacional e 50% mediante a entrega de ações de emissão da Raia Drogasil então mantidas em tesouraria. O valor total de aquisição ficou ainda sujeito a um ajuste em decorrência de eventuais variações no EBITDA de 2015 da 4-Bio.

A Companhia recebeu uma opção de compra e André uma opção de venda das ações remanescentes da 4-Bio, exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021, segundo uma metodologia pré-estabelecida de avaliação.

c. Sociedades envolvidas

RAIA DROGASIL S.A., companhia aberta inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.585.865/0001-51, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Corifeu de Azevedo Marques, nº 3097.

4-BIO MEDICAMENTOS S.A. (a sociedade foi transformada em sociedade por ações entre a assinatura e o fechamento da operação), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.015.691/0001-46, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, 58, conjuntos 1, 2, 21, 22 e 42, CEP 04531-000, Chácara Itaim.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

Como resultado da operação e do pagamento de parte do preço de aquisição em ações de emissão da Companhia, o acionista fundador da 4-Bio (direta ou indiretamente) passará a deter 185.446 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações da Companhia. Entretanto, não haverá diluição dos acionistas da Companhia uma vez que tal pagamento será realizado com ações em tesouraria, conforme autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários em 15 de janeiro de 2016.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Não houve impacto societário material no quadro societário com a operação, exceto pela alteração prevista no item “d” acima.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, a operação foi realizada entre partes independentes e seguiu as aprovações necessárias conforme estatuto social da Companhia.

15.8 - Outras informações relevantes

Em 28 de fevereiro de 2014, em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, a T. Rowe Price Associates Inc. informou que adquiriu participação acionária na Companhia, e passou a deter em conjunto 16.519.297 ações (equivalentes a, aproximadamente, 5,00% do total de ações).

Em 22 de novembro de 2013, em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, a T. Rowe Price Associates, Inc. informou que alienou participação acionária na Companhia, e passou a deter 15.914.497 ações (equivalentes a, aproximadamente, 4,81% do total de ações).

Em 30 de agosto de 2013, em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, a Schroder Investment Management Limited informou que alienou participação acionária na Companhia, e passou a deter em conjunto 16.517.124 ações (equivalentes a, aproximadamente, 4,999% do total de ações).

Em 8 de março de 2013, em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, a Schroder Investment Management Limited informou que adquiriu participação acionária na Companhia, e passou a deter em conjunto 16.660.852 ações (equivalentes a, aproximadamente, 5,04% do total de ações).

Em 10 de novembro de 2012 o GIF II Fundo de Investimento em Participações teve a totalidade de suas ações desvinculadas do Acordo de Acionistas, à ocasião do aniversário de um ano de sua celebração.

Em 26 de setembro de 2012, em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, a T. Rowe Price Associates Inc. informou que adquiriu participação acionária na Companhia, e passou a deter em conjunto 16.535.824 ações (equivalentes a, aproximadamente, 5,01% do total de ações).

Em 2 de agosto de 2012, em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, a Pragma Gestão de Patrimônio Ltda., em nome dos fundos Atena Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento, Orbix Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento e Sirius Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento, informou que adquiriu participação acionária na Companhia, e passou a deter em conjunto 16.891.869 ações (equivalentes a, aproximadamente, 5,11% do total de ações). A participação é composta da seguinte forma: Atena Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento: 2.195.940 ações (0,66%); Orbix Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento: 9.121.613 ações (2,76%); Sirius Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento: 5.574.316 ações (1,69%).

Em 19 de dezembro de 2011 foi unificada pelo Banco Custodiante e pela CBLC, a base acionária da Raia S.A. e da Drogasil S.A., ocasião a qual que os acionistas de ambas as Companhias passaram a deter papéis de emissão da Raia Drogasil S.A. (RADL3), extinguindo-se, portanto, a negociação de ações sob os tickers RAIA3 e DROG3.

Em 9 de agosto de 2011, a empresa CREDIT SUISSE SECURITIES (EUROPE) LIMITED, em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, informou que possuía em 1º de agosto de 2011 um montante de 8.938.422 ações, equivalentes a aproximadamente 4,75% do total das ações e passou a deter em 2 de agosto de 2011, 9.889.518 ações, equivalentes a aproximadamente 5,25% do total de ações ordinárias de emissão da referida Companhia.

15.8 - Outras informações relevantes

Em 29 de julho de 2011, a empresa CAPITAL RESEARCH AND MANAGEMENT COMPANY (CRMC), em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, informou que reduziu a participação que administra em ações ordinárias (“Ações ON”) de emissão da Drogasil S.A., a CRMC administrava, em 21 de outubro de 2009, ações ON da Companhia correspondentes a 5,01% dessa espécie de ação e, em consequência das operações mencionadas, passou a administrar um total de 9.017.300 ações ON, correspondentes a 4,78% dessa espécie de ação.

Em 21 de março de 2017, a empresa T. Rowe Price Associates, Inc., em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, informou que possuía em 16 de março de 2017 um montante de 16.524.395 ações, equivalentes a aproximadamente 5,00% do total das ações.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

O Estatuto Social da Companhia determina que “a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas” seja aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, por no mínimo a maioria dos membros presentes à reunião regularmente convocada para deliberar sobre o assunto.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Escritório Zürcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire Advogados	22/12/1994	4.422.044,00	Saldo de 1,0 Mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Prazo indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Cláudio Pires Oliveira Dias Didier Fecarrota, sócio do escritório em questão, é sobrinho do Sr. Carlos Pires Oliveira Dias, membro do Conselho de Administração e acionista.						
Objeto contrato	Contrato para prestação de serviços advocatícios.						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	A qualquer momento a prestação de serviços poderá ser interrompida, mediante aviso prévio dado com antecedência de 30 dias, independentemente de qualquer penalidade ou indenização.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Heliomar S.A.	16/05/2003	9.545,00	Saldo de R\$ 1,6 mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Prazo indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelo Sr. Carlos Pires Oliveira Dias, membro do Conselho de Administração e acionista, e pelo seu irmão, o Sr. José Pires Oliveira Dias Neto.						
Objeto contrato	Contrato de convênio para o fornecimento por nossa Companhia à Heliomar S.A. de produtos comercializados por nós através de nossas lojas, internet e delivery.						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	A qualquer momento, por qualquer das partes, sem a aplicação de qualquer penalidade, mediante aviso prévio por escrito, acompanhado do respectivo comprovante de recebimento, apresentado com antecedência mínima de 30 dias da data de rescisão.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Natura Cosmetics SA	14/05/2015	1.000.000,00	Não há valores pendentes em 31/12/2015	Não aplicável.	22 de julho de 2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade na qual o fudo Pragma é acionista controlador						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de cessão de direitos sobre ponto comercial para abertura de uma loja						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Enox Publicidade S.A.	22/01/2007	0,00	Não há saldo em 31/12/2015.	Não aplicável.	Expira em 22 de janeiro de 2015, prorrogável automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 48 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade na qual o Sr. José Pires Oliveira Dias, membro suplente do Conselho de Administração e sobrinho do Sr. Carlos Pires Oliveira Dias, detém participação. O Sr. José Pires Oliveira Dias deixou de ser sócio da Enox Publicidade em 2013.						
Objeto contrato	Contrato de locação de espaço para publicidade no segmento de mídia indoor. O montante envolvido nesta transação diz respeito a valores recebidos pela Raia Drogasil S.A., de modo que não há o desembolso de quaisquer valores pela Companhia no âmbito deste contrato.						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	A parte que der causa à rescisão contratual por descumprimento contratual obriga-se ao pagamento de multa contratual equivalente a 10% da média dos últimos três valores pagos, responsabilizando-se, ainda, pelo ressarcimento das perdas e danos, inclusive morais, causados por seu inadimplemento, falência ou período de recuperação judicial.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Rodrigo Pipponzi	14/02/2008	6.293.000,00	Saldo de R\$ 702,0 mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Prazo indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Rodrigo Pipponzi, sócio da Editora Mol, é acionista e filho do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Antonio Carlos Pipponzi.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra e venda da revista beneficente Sorria. Compramos a revista da Editora Mol e revendemos em nossas lojas pelo mesmo valor. Descontados os impostos incidentes na operação, o produto da venda da revista Sorria é doado integralmente pela Editora Mol ao Grupo de Apoio ao Adolescente e Criança com Câncer (GRAACC) e ao Instituto Ayrton Senna (IAS). E contrato de prestação de serviço de concepção de materiais para veículos de comunicação interna (Revista Bula e Jornal Mural).						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser extinto por requerimento de uma das partes, com 30 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Antonio Carlos Pipponzi	21/05/2007	35.667,00	Saldo de R\$ 3,0 mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Até 1 de junho de 2017.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Antonio Carlos Pipponzi é acionista e Presidente do Conselho de Administração.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na cidade de São Carlos, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Franco Pipponzi (espólio)	21/05/2007	35.667,00	Saldo de R\$ 3,0 mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Até 1 de junho de 2017.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Franco Pipponzi era acionista.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na cidade de São Carlos, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Rosalia Pipponzi Raia de Almeida Prado	21/05/2007	35.667,00	Saldo de R\$ 3,0 mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Até 1 de junho de 2017.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Rosalia Pipponzi é membro suplente do Conselho de Administração e acionista.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na cidade de São Carlos, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Associação Obra do Berço	28/06/2013	0,00	Não há saldo em 31/12/2015.	Não aplicável.	Doze meses retroagindo a 1/3/2013, podendo ser prorrogado mediante aditivo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias é presidente da Obra do Berço e tia do Sr. Renato Pires Oliveira Dias, conselheiro, e da Sra. Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle, conselheira suplente.						
Objeto contrato	Parceria para edição, produção, distribuição e venda da revista Bem +, comercializada nas lojas da bandeira Drogasil localizadas no município de São Paulo.						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser extinto por requerimento de uma das partes, com 60 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Antonio Carlos Pipponzi	04/01/2010	41.333,00	Saldo de R\$ 3,3 mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Até 31 de agosto de 2015, podendo ser renovado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Antonio Carlos Pipponzi é acionista e Presidente do Conselho de Administração.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na cidade de Santo André, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Franco Pipponzi (espólio)	04/01/2010	41.333,00	Saldo de R\$ 3,0 mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Até 31 de agosto de 2015, podendo ser renovado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Franco Pipponzi era acionista.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na cidade de Santo André, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Rosalia Pipponzi Raia de Almeida Prado	04/01/2010	38.400,00	Saldo de R\$ 3,3 mil em 31/12/2014.	Não aplicável.	Até 31 de agosto de 2015, podendo ser renovado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Rosalia Pipponzi é membro suplente do Conselho de Administração e acionista.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na cidade de Santo André, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Regimar Comercial S.A. e Regimar Agropecuária Ltda.	22/04/2003	73.791,00	Saldo de R\$ 12,3 mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Prazo indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades detidas pelos filhos do Sr. Carlos Pires Oliveira Dias, membro do Conselho de Administração e acionista, sendo este usufrutuário das respectivas ações.						
Objeto contrato	Contrato de convênio para o fornecimento por nossa Companhia à Regimar S.A. através de produtos comercializados por nós através de nossas lojas, internet e delivery.						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	A qualquer momento, por quaisquer das partes, sem a aplicação de qualquer penalidade, mediante aviso prévio por escrito, acompanhado do respectivo comprovante de recebimento, apresentado com antecedência mínima de 60 dias da data de rescisão.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Heliomar S.A.	23/12/2003	198.066,00	Saldo de R\$ 19,0 mil em 31/12/2015.	Não aplicável.	Expira em 1 de fevereiro de 2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelo Sr. Carlos Pires Oliveira Dias, membro do Conselho de Administração e acionista e por seu irmão, Sr. José Pires Oliveira Dias Neto.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na Avenida Robert Kennedy, 3.377, lotes 9, 9ª e 10B, quadra 4, na cidade de São Paulo, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Por desapropriação ou descumprimento contratual. Após 24 meses de vigência o contrato poderá ser rescindido pela Companhia sem quaisquer ônus ou penalidades, desde que com aviso prévio de 30 dias.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia adota práticas de governança estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A., além de outras práticas recomendadas e/ou exigidas pela legislação aplicável, com o intuito de assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer parte relacionada sejam realizadas em termos e condições usuais de mercado, e sempre respeitando os interesses da Companhia. Caso seja identificada, pelos administradores da Companhia, qualquer matéria que possa dar ensejo a qualquer conflito de interesse entre a Companhia e qualquer parte relacionada, estes devem manifestar as razões de tal conflito de interesses, ausentando-se das discussões sobre o tema e abstendo-se de votar. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração deverá aprovar, pelo voto afirmativo de no mínimo a maioria de seus membros presentes a uma reunião regularmente convocada, “a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas”.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, observa as condições gerais praticadas pelo mercado à época da celebração do respectivo contrato, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros. As transações com partes relacionadas devem ser formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. Quando, em razão da especificidade do objeto do contrato, não é possível a demonstração do caráter comutativo das condições pactuadas, o pagamento compensatório leva em consideração, em alguns casos, o caráter personalíssimo da obrigação e o valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, e, em outros, a comparação, quando aplicável, com operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

16.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações pertinentes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
26/11/2015	1.808.639.254,57		330.386.000	0	330.386.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
26/11/2015	1.808.639.254,57		330.386.000	0	330.386.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
26/11/2015	1.808.639.254,57		330.386.000	0	330.386.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/06/2007	RCA	28/06/2007	204.695.745,00	Subscrição pública	13.646.383	0	13.646.383	409,39000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em consonância com art. 170, §1º da Lei nº 6.404/1976								
Forma de integralização		Moeda corrente nacional								
11/07/2007	RCA	11/07/2007	30.704.355,00	Subscrição pública	2.046.957	0	2.046.957	12,06000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em consonância com art. 170, §1º da Lei nº 6.404/1976								
Forma de integralização		Moeda corrente nacional								
10/11/2011	AGE	10/11/2011	623.239.154,57	Subscrição particular	142.065.980	0	142.065.980	218,37000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Em consonância com art. 170, §1º da Lei nº 6.404/1976								
Forma de integralização		Por incorporação das ações da Raia S.A.								
26/11/2015	AGE	26/11/2015	900.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve desdobramento, grupamento ou bonificação nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social.

17.5 - Outras informações relevantes

Não temos nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado da Companhia, em conformidade com o artigo 202 da Lei das S.As. Assegurado esse percentual mínimo, a assembleia geral pode deliberar a distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros pré-existentes. Ainda, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá, também, pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, ad referendum da assembleia geral ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	O valor do reembolso em caso de dissidência de deliberações da Assembleia Geral nos casos previstos na Lei das S.A. será determinado com base no valor patrimonial constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observado o disposto no artigo 45, da referida lei.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há condição específica imposta pelo Estatuto Social para alterar os direitos assegurados às ações da Companhia, prevalecendo o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado.
Outras características relevantes	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia obriga o adquirente de controle da Companhia, seja por meio de uma única operação, seja por meio de operações sucessivas, à realização de oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia na hipótese de alienação do controle acionário da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, no Regulamento do Novo Mercado, e no art. 28 do Estatuto Social, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores alienantes. Para maiores informações a respeito dos procedimentos relativos à oferta pública de ações a ser realizada na hipótese de alienação de controle, ver item 18.1.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social		31/12/2015								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.457.398.094	28,64	24,72	R\$ por Unidade	26,59
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.783.515.629	40,08	28,59	R\$ por Unidade	35,27
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.815.686.549	44,20	37,09	R\$ por Unidade	40,74
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.472.475.598	43,50	35,00	R\$ por Unidade	40,31
Exercício social		31/12/2014								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.516.167.601	19,63	13,71	R\$ por Unidade	15,52
30/06/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.120.665.820	19,90	18,07	R\$ por Unidade	18,88
30/09/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.176.559.474	23,05	18,08	R\$ por Unidade	20,42
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.550.321.974	25,35	20,60	R\$ por Unidade	23,27
Exercício social		31/12/2013								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.524.478.708	23,75	21,00	R\$ por Unidade	22,61
30/06/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.398.954.386	24,26	20,07	R\$ por Unidade	22,27
30/09/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.731.866.999	21,30	16,24	R\$ por Unidade	18,57
31/12/2013	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.005.435.513	18,00	14,59	R\$ por Unidade	16,52

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debentures 1ª Emissão (Série Única)
Data de emissão	19/04/2017
Data de vencimento	19/04/2022
Quantidade (Unidades)	30.000
Valor nominal global (Reais)	300.000.000,00
Saldo devedor em aberto	300.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM 476, as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na referida instrução e, por esta razão, somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição. Até a subscrição e integralização das Debêntures o Investidor Profissional assinará declaração atestando, entre outros, estar ciente de que: (i) a oferta não foi registrada na CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas neste Material de Divulgação, na Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável. Adicionalmente, conforme disposto no artigo 3º da referida instrução, a Oferta Restrita somente será apresentada a, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, podendo ser subscrita por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais. As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de sua subscrição pelo Investidor Profissional. A distribuição deste Material de Divulgação é realizada de forma numerada e controlada pelo Coordenador Líder.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir de 19 de abril de 2019 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). A Emissora deverá comunicar os Debenturistas por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 da Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento. Tal comunicado aos Debenturistas deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").
Características dos valores mobiliários de dívida	Em 19 de abril de 2017, a Companhia emitiu a 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação (conforme termos da Instrução CVM nº 476/2009), no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo o Agente Fiduciário a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures foram emitidas em série única, com prazo de pagamento de cinco anos, vencendo-se em 19 de abril de 2022. Sobre o valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,75% (cento e quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósito Interfinanceiro. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

Outras características relevantes

Vide item 18.12

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, em São Paulo, sob o código RADL3.

(a) Debêntures 1ª emissão Série Única.

As Debêntures foram registradas para (i) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP, e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento pela Companhia de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 – Negociação em Mercados Estrangeiros

Em 1º de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de *American Depositary Receipts* – Nível 1, sem aumento de seu capital social. Cada *American Depositary Receipt* emitido a partir de 21 de março de 2016, representa 1 ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do contrato de depósito celebrado entre a Companhia e The Bank of New York Mellon, sendo registradas perante a *Securities and Exchange Commission* americana (SEC) e negociadas no mercado de balcão, sob o código “RADLY”.

A Companhia apresenta abaixo, os seguintes dados com relação ao seu programa de *American Depositary Receipts*:

(a) País:

Estados Unidos

(b) Mercado:

Mercado de Balcão (OTC)

(c) Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à:

SEC (Securities and Exchange Commission)

(d) Data de admissão à negociação:

21 de março de 2016.

(e) Se houver, indicar o segmento de negociação:

ADR nível 1

(f) Data de início de listagem no segmento de negociação:

21 de março de 2016.

(g) Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício:

O percentual do volume de negociações dos *American Depositary Receipts* em relação ao volume total de ações ordinárias é inferior a 1,0%

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve título emitido no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos três últimos exercícios sociais não houve oferta pública de ações da Companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Nos três últimos exercícios sociais não houve oferta pública de ações da Companhia.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da 1ª Emissão de debêntures em 19 de abril de 2017 serão utilizados para reforço de capital de giro.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não foram realizadas ofertas públicas de aquisição pela Companhia

18.12 - Outras informações relevantes

Autorização: A presente Escritura de Emissão é firmada com base na autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de março de 2017 ("RCA Emissora"), na qual (i) foram aprovados os termos e condições da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente) e da Oferta (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (ii) a diretoria da Companhia foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, abrangendo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta (conforme abaixo definido), inclusive o aditamento à Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo).

Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

Conversibilidade:

As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária

Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 19 de abril de 2022 ("Data de Vencimento").

Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,75% (cento e quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"). A taxa percentual que remunerará as Debêntures, definida nos termos acima descritos, será ratificada por meio de aditamento a esta Escritura, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas.

Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou resgate antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo

18.12 - Outras informações relevantes

o primeiro pagamento devido em 19 de outubro de 2017, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 19 dos meses de abril e outubro de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”)

Resgate Antecipado Facultativo Total: Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir de 19 de abril de 2019 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”).

O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme tabela a seguir (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo”), fixado conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio} = p * \text{dup}/\text{dut} * \text{saldo do Valor Nominal Unitário}$$

onde:

p: 0,60% (sessenta centésimos por cento);

dup: Número de Dias Úteis contados da data do Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento; e

dut: Número de Dias Úteis contados a partir de 19 de abril de 2019 até a Data de Vencimento.

Oferta de Resgate Antecipado: A qualquer momento a partir da Data de Emissão a Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas, sem distinção, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos da presente Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações (“Oferta de Resgate Antecipado”).

Em caso de Oferta de Resgate Antecipado parcial em que haja adesão de Debenturistas titulares de quantidade de Debêntures superior àquela objeto da Oferta de Resgate Antecipado, o Agente Fiduciário deverá, fora do âmbito da CETIP, organizar sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, cujo resultado deverá ser comunicado pela Emissora aos Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado com ao menos 3 (três) dias úteis de antecedência contado da efetiva realização do resgate antecipado das Debêntures pelos mesmos meios dispostos na Cláusula 5.2.3 abaixo.

O valor a ser pago aos Debenturistas que aderirem a Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração devida na data de resgate e ainda não paga até a data do resgate, calculada pro rata temporis, e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis, e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo (“Preço de Oferta de Resgate”).

O pagamento do Preço de Oferta de Resgate será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) mediante procedimentos adotados pelo Banco Liquidante e Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

18.12 - Outras informações relevantes

Amortização Extraordinária Facultativa: Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, a partir de 19 de abril de 2019 (inclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.18 acima, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, amortizações extraordinárias ("Amortização Extraordinária Facultativa") sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures ser amortizada, fixado conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio} = p * \text{dup}/\text{dut} * \text{parcela do Valor Nominal Unitário que será amortizada extraordinariamente}$$

onde:

p: 0,60% (sessenta centésimos por cento);

dup: Número de Dias Úteis contados da data da Amortização Extraordinária Facultativa até a Data de Vencimento; e

dut: Número de Dias Úteis contados a partir de 19 de abril de 2019 até a Data de Vencimento.

Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

Vencimento Antecipado: Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência das hipóteses mencionadas na Escritura de Emissão.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
24/04/2014	24/04/2014 à 24/04/2015	1.029.417.865,00	Ordinária		1.100.000	0,575727	1.100.000	18,98	R\$ por Unidade	100,000000
O objetivo da Companhia na operação é de adquirir ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação com vistas a atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de abril de 2014. Os recursos disponíveis serão oriundos da conta Reserva de Capital – Ágio na Emissão de Ações. A decisão de cancelamento ou alienação das ações mantidas em tesouraria será tomada oportunamente e comunicada ao mercado. As operações de aquisição foram realizadas em bolsa, a preços de mercado, com a intermediação de Itaú Corretora de Valores S/A, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400 – 10º andar – Itaim Bibi – SP – CEP 04538-132, CNPJ: 61.194.353/0001-64 e de Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600 – 6º andar – Itaim Bibi – SP – CEP 04538-132, CNPJ: 04.323.351/0001-94.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2015****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	1.100.000	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.100.000	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2014**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	1.100.000	18,98
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.100.000	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2013**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	0
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não existem outras informações pertinentes.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	09/05/2012
Cargo e/ou função	Diretores Membros do Conselho de Administração Membros do Conselho Fiscal Membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária

Principais características e locais de consulta

O objetivo da presente Política de Negociação é esclarecer as regras que deverão ser observadas pelos Diretores, Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, caso seja instaurado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependente incluído na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, nos termos do art. 11 da Instrução CVM nº 358/02 ("Pessoas Vinculadas"), e pela Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia ("Informações Privilegiadas") em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários") e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

As regras desta Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de Informações Relevantes não divulgadas ao público.

Além das Pessoas Vinculadas, as normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem de forma indireta para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. Entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação. A política de divulgação está localizada no endereço da Companhia na internet, www.raiadrogasil.com.br e arquivada na CVM, zelando pela disseminação ampla, imediata e simultânea.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	A Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar seus Valores Mobiliários de emissão da Companhia em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o período de bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN), cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos. O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela aplicação dos termos desta Política de Negociação; quaisquer dúvidas acerca de suas disposições deverão ser esclarecidas juntamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia. A política de divulgação está localizada no endereço da Companhia na internet, www.raiadrogasil.com.br e arquivada na CVM, zelando pela disseminação ampla, imediata e simultânea.
--	---

20.2 - Outras informações relevantes

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DA RAIA DROGASIL S.A.

1 Objetivos e Abrangência

- 1.1 O objetivo da presente Política de Negociação é esclarecer as regras que deverão ser observadas pelos Diretores, Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, caso seja instaurado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependente incluído na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, nos termos do art. 11 da Instrução CVM nº 358/02 ("Pessoas Vinculadas"), e pela Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia ("Informações Privilegiadas") em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários") e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.
- 1.2 Tais regras também procuram coibir a prática de *insider trading* (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e *tipping* (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.
- 1.3 As regras desta Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de Informações Relevantes não divulgadas ao público.
- 1.4 Além das Pessoas Vinculadas, as normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem de forma indireta para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. Entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação.

2 Adesão a Política de Negociação

- 2.1 É obrigatória a adesão à presente Política de Negociação, mediante assinatura do Termo de Adesão (nos termos do Anexo I), por todas as Pessoas Vinculadas.
- 2.2 Será mantida na Companhia e à disposição da CVM, a relação das pessoas que aderiram à presente Política de Negociação.

3 Vedação à Negociação

- 3.1 Nos termos da Instrução CVM nº 358/02, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, pela própria Companhia ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, desde a data em que tomem conhecimento de ato ou fato

20.2 - Outras informações relevantes

relevante relativo à Companhia, conforme definido na Instrução CVM nº 358/02 (“Ato ou Fato Relevante”) até a sua divulgação ao mercado. É vedada a negociação com Valores Mobiliários de emissão da Companhia pelas Pessoas Vinculadas nas datas em que a Companhia negociar com ações de sua emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A Companhia deverá informar previamente as Pessoas Vinculadas acerca de tais datas.

- 3.2 A Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar seus Valores Mobiliários de emissão da Companhia em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o período de bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários.
- 3.3 As Pessoas Vinculadas deverão assegurar que seus contatos comerciais e aqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança não negociem Valores Mobiliários da Companhia quando tiverem acesso a Informações Privilegiadas. Para tanto, as Pessoas Vinculadas envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem Informações Privilegiadas firmem o competente Termo de Adesão à Política de Negociação.
- 3.4 No contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, Valores Mobiliários de emissão da Companhia.
- 3.5 As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN), cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.
- 3.6 Os administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos estatutários com funções técnicas ou consultivas da Companhia, bem como de suas controladas e coligadas, poderão adquirir as ações de emissão da Companhia, em conformidade com plano de investimento aprovado pela Companhia no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM desde que:
 - (I) A Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP; e
 - (II) O plano de investimento estabeleça: (a) o compromisso irrevogável e irretratável de seus participantes de investir valores previamente estabelecidos, nas datas nele previstas; (b) a impossibilidade de adesão ao plano na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; (c) a obrigação de prorrogação do compromisso de compra, mesmo após o encerramento do período originalmente previsto de vinculação do participante ao plano, na

20.2 - Outras informações relevantes

pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; e (d) obrigação de seus participantes reverterem à Companhia quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de emissão da Companhia, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados por meio de critérios razoáveis definidos no próprio plano.

- 3.7 As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre (i) a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia e (ii) 6 (seis) meses após o seu afastamento.
- 3.8 Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.
- 3.9 As vedações a negociação de Valores Mobiliários da Companhia deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue o Ato ou Fato Relevante aplicável ao mercado. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, com o ato ou fato associado ao Ato ou Fato Relevante.
- 3.10 Mesmo após sua divulgação ao mercado, o Ato ou Fato Relevante deve continuar a ser tratado como não tendo sido divulgado até que tenha decorrido período de tempo mínimo para que os participantes do mercado tenham recebido e processado o Ato ou Fato Relevante, bem como se a negociação possa, a juízo da Companhia, interferir nas condições dos negócios com ações da Companhia, de maneira a resultar prejuízo à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pela Diretoria de Relações com Investidores.

4 Autorização para Negociação de Valores Mobiliários

- 4.1 Nos termos da Instrução CVM nº 358/02, as Pessoas Vinculadas poderão negociar Valores Mobiliários de emissão da Companhia, respeitado o disposto no item 3 acima, desde que tais negociações atendam pelo menos a uma dessas características: (i) aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pelos acionistas da Companhia e às eventuais recompras pela Companhia, também por meio de negociações privadas; ou (ii) aplicação de remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de Valores Mobiliários.
- 4.2 As Pessoas Vinculadas poderão apresentar à Companhia programas individuais de investimento que deverão seguir as regras previstas nesta Política. Os programas individuais de investimento terão duração mínima de 6 (seis) meses e deverão ser arquivados junto à Diretoria de Relações com Investidores. O programa individual de investimento não poderá ser arquivado nem modificado na pendência de Ato ou Fato Relevante de que tenha conhecimento o interessado.
- 4.3 Os programas individuais acima mencionados somente serão aprovados pela Companhia se o seu teor impedir a utilização de Informação Privilegiada em benefício, direta ou indiretamente,

20.2 - Outras informações relevantes

devendo, portanto, ser elaborados de tal forma que a decisão de compra ou venda não possa ser tomada após o conhecimento da informação, abstendo-se a pessoa titular dos programas individuais de investimento de exercer influência acerca da operação na pendência de Fato Relevante não divulgado.

- 4.4 Os programas individuais de investimento deverão contemplar a natureza das operações programadas, tanto de compra como de venda, assim como as datas, as quantidades e os preços ou um critério pré-determinado para a definição desses elementos, os quais devem ser compatíveis com o disposto nesta Política de Negociação.
- 4.5 As Pessoas Vinculadas devem comunicar às Bolsas de Valores os seus programas individuais de investimento, caso os possuam, assim como as subseqüentes alterações ou inobservância de tais planos.
- 4.6 As vedações mencionadas nesta Política de Negociação não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento dos quais as Pessoas Vinculadas sejam quotistas, desde que não sejam fundos de investimento exclusivos ou fundos de investimento cujas decisões de negociação do administrador ou gestor da carteira sejam determinadas ou influenciadas pelas Pessoas Vinculadas.

5 Obrigação de Indenizar

- 5.1 As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição desta Política de Negociação obrigam-se a ressarcir a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento, independentemente e sem prejuízo das sanções aplicáveis pela CVM.

6 Responsabilidades de Terceiros

- 6.1 As disposições desta Política de Negociação não elidem a responsabilidade de terceiros não diretamente ligados à Companhia que tenham acesso a Ato ou Fato Relevante.

7 Obrigações de Sigilo

- 7.1 Cumpre às Pessoas Vinculadas e aos empregados da Companhia guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

8 Disposições Finais

- 8.1 A presente Política de Negociação vigorará por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário. As eventuais alterações da Política de Negociação deverão ser enviadas à CVM e à Bolsa de Valores.
- 8.2 A Política de Negociação não poderá ser alterada na pendência de divulgação de Ato ou Fato Relevante.

20.2 - Outras informações relevantes

- 8.3 Qualquer violação ao disposto nesta Política de Negociação estará sujeita aos procedimentos e penalidades previstos em lei, além da responsabilização por perdas e danos causados à Companhia e/ou terceiros.
- 8.4 A divulgação não autorizada de Informação Privilegiada e não divulgada publicamente sobre a Companhia é danosa à Companhia, sendo estritamente proibida.
- 8.5 A Companhia poderá estabelecer períodos de vedação à negociação com Valores Mobiliários da Companhia adicionais aos previstos na Política de Negociação, devendo notificar imediatamente as Pessoas Vinculadas.
- 8.6 A negociação com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas durante os períodos de restrição à negociação conforme previstos na Política de Negociação poderá ser excepcionalmente autorizada pela Diretoria da Companhia, mediante solicitação apresentada por escrito contendo a justificativa da necessidade da negociação.
- 8.7 Quaisquer violações desta Política de Negociação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.
- 8.8 O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela aplicação dos termos desta Política de Negociação; quaisquer dúvidas acerca de suas disposições deverão ser esclarecidas juntamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes**8.9 ANEXO I****MODELO DE TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES****MOBILIÁRIOS**

Eu, [nome], [qualificação]. [função ou cargo], declaro que tomei conhecimento da integralidade dos termos e condições da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Raia Drogasil S.A., elaborada de acordo com a Instrução CVM nº 358/2002 , comprometendo-me a cumprir todos seus termos e condições.

Para clareza, firmo o presente.

[Local e Data]

[Nome]

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante da Raia Drogasil S.A. tem por objetivo garantir a equidade e transparência da informação.

Os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria), os Acionistas Controladores, os Conselheiros Fiscais (se aplicável) e os demais integrantes de outros órgãos com funções técnicas e consultivas existentes, além dos funcionários com acesso à informação relevante devem pautar a sua conduta em conformidade com os valores da boa-fé, lealdade e veracidade. Além disso, devem ter a consciência de que a informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do investidor, assegurando o tratamento equitativo. Portanto, as pessoas vinculadas deverão guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada aos investidores, às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou da posição que ocupam, até a sua divulgação ao mercado. As informações divulgadas acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia devem ser corretas, completas e contínuas.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores divulgar nos meios de comunicação estabelecidos pelo Conselho de Administração (jornais utilizados habitualmente para publicações societárias e no endereço da Companhia na internet, www.raiadrogasil.com.br), à CVM e às entidades de mercado nas quais os ativos sejam admitidos à negociação qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios, zelando pela disseminação ampla, imediata e simultânea.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerente à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Para atender esta instrução, a empresa possui uma Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante que tem por objetivo o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados pelos administradores (conselheiros de administração e diretores), pelos acionistas controladores, pelos conselheiros fiscais e os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivas existentes, pelos funcionários com acesso à informação relevante ou que venham a ser criados pelo Estatuto Social da Raia Drogasil S.A., a fim de adequar a política interna aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e negociação de valores mobiliários da Companhia, assim como assegurar que as demonstrações e os relatórios financeiros representem, de maneira adequada, completa e precisa, a situação financeira da Raia Drogasil S.A. e os resultados de suas operações e/ou outros dados financeiros, de modo que as exigências das normas vigentes sejam observadas.

A política de divulgação está localizada no endereço da Companhia na internet, www.raiadrogasil.com.br e arquivada na CVM, zelando pela disseminação ampla, imediata e simultânea.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar nos jornais utilizados habitualmente pela Raia Drogasil S.A. para publicações societárias e comunicar à CVM e se for o caso, à Bolsa de Valores e entidade de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Raia Drogasil S.A. sejam admitidos à negociação, ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

Todas as informações sobre o ato ou fato relevante serão centralizadas na Diretoria de Relações com Investidores, devendo os Acionistas Controladores, Diretores, Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração, funcionários com acesso à informação e membros dos demais órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas comunicar por escrito ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

Os procedimentos para divulgação de informação sobre negociações de administradores e pessoas ligadas deverão ser realizados pelos diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, por escrito, e este comunicará à CVM, e à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações de suas posições.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.